

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Francisca Clarice Rodrigues de Sousa

Quintais produtivos no Assentamento Palmares: um resgate de saberes, sabores e
beleza

Rio de Janeiro
2016

Francisca Clarice Rodrigues de Sousa

Quintais produtivos no Assentamento Palmares: um resgate de saberes, sabores e beleza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilância em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro

Coorientador: MSc. Alexandre Pessoa Dias

Rio de Janeiro
2016

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

S729q Sousa, Francisca Clarice Rodrigues de
Quintais produtivos no assentamento palmares: um
resgate de saberes, sabores e beleza. / Francisca Clarice
Rodrigues de Sousa. -- 2016.
165 f. : il. color. ; mapas

Orientadora: Fernando Ferreira Carneiro.
Coorientador: Alexandre Pessoa Dias.
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

1. Assentamentos Rurais. 2. Projetos. 3. Promoção da
Saúde. 4. Agricultura Sustentável. 5. Zona Semiárida. 6.
Habitação. 7. Identidade de Gênero. 8. Feminismo. 9.
Trabalhadores Rurais. 10. Trabalhadores Rurais. I. Título.

CDD – 22.ed. – 338.1

Francisca Clarice Rodrigues de Sousa

Quintais produtivos no Assentamento Palmares: um resgate de saberes, sabores e beleza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilância em Saúde.

Aprovada em: 06 de julho de 2016.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Claudia Job Schmitt
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. André Monteiro Costa
Fundação Oswaldo Cruz - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro (Orientador)
Universidade de Brasília

Rio de Janeiro

2016

Ao Artur, meu exagero de amor

AGRADECIMENTOS

Como dizer a tantas pessoas importantes de minha vida do afeto que tenho por elas? Como dizer da gratidão a todas aquelas de longe, de perto e de bem pertinho que torceram, ajudaram e com muito carinho se fizeram presença durante estes dois anos de mestrado?

Começo agradecendo a quem sempre esteve, estar e estará, longe ou perto, presente em tudo que sou, pai e mãe, grata pela vida, pelo amor e por todos os ensinamentos.

Ao Missias, companheiro de tantas construções, de tantas vivências, de tantos querereres. Grata por tanta coisa, por tudo que nos foi possível até aqui e por tudo que, certamente, ainda está por vir. Gratidão pelo amor, pela vida conjunta, por compreender as ausências, as escolhas, os medos e estar sempre presente mim ajudando a superar e a refletir sobre eles.

Cleane e Hauary, presença constante durante estes dois anos e que sem eles, minha ausência teria sido mais dolorida, minhas preocupações teriam sido milhões de vezes maiores. Grata por tudo e por todo o cuidado e carinho com o Artur.

“Eu tenho tanto para te falar¹, mas sem palavras não dizer”, imensamente feliz por fazer parte da Turma Primavera da Luta, por todas as construções coletivas, pelas reflexões, pelo aprendizado, pelo cuidado e amizade construída durante este tempo e que tudo isso pendure para além do mestrado e que possamos nos alegrar, comemorar e beberorar sempre!

“A eles e elas, Sem Terra, a seu inconformismo e sua determinação”² gratidão por tudo que vivo e aprendo no MST Ceará!

“Será que vamos conseguir vencer”³, vamos sim, Lenna e Marcella (as manas), quanta afinidade, quanto querer bem... “Estou chegando de mansinho, cabreiro e analisando tudo”⁴ e quando percebi já éramos três, planejando viagens, que nem sei se vão acontecer, se ajudando e “azucrinando” a vida uma das outras, mesmo estando longe.

¹ Como é grande o meu amor por você, Roberto Carlos

² Paulo Freire, 2003

³ Será, Legião Urbana

⁴ Chegando de mansinho, Dominginhos

“Entre as coisas bem-vindas que já recebi”⁵, feliz pela amizade de vocês, pela presença e ajuda, e à alguns, por revisarem meus textos (rsrsrs): Gislei, Antônio José, Ivandro, Fran, Dora, Matilde, Camila, Karol, Gema, Paulo Roberto, Jeová, Ana Cleide, Sheila, Mônica...

“Estou um pouco atrasado, mas espero que ainda dê tempo”⁶, para dizer da minha gratidão, Fernando e Alexandre, do quanto sou grata pela parceria durante todo este tempo. Aprendi muito com vocês!

“Você, meu amigo de fé, meu irmão, camarada”⁷ Valeu Álvaro, pelo cuidado e disponibilidade! Sempre posto a ajudar. Grata e aprendi contigo!

“É um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta”⁸ Vera, Valeria, mulheres guerreiras de minha vida, aprendo com vocês, todos os dias, sobre viver e amar!

“A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar”⁹, Virginia Fontes, Nívia, Ari, Erica, Marcelo, CPP do mestrado, que cuidadosamente estiverem sempre presentes. Gratidão e carinho por vocês!

“Coração não é tão simples quanto pensa, nele cabe o que não cabe na despensa” e cabe mesmo, todos e todas que são presença, parte de mim, que estando longe ou bem pertinho sabem do meu carinho e gratidão, que me permitem ser parte da vida deles e sabem que são parte da minha.

⁵ As coisas tão mais lindas, Nando Reis

⁶ Por onde andei, Nando Reis

⁷ Guri, Cesar Passarinho

⁸ Maria, Maria, Milton Nascimento

⁹ Roda Viva, Chico Buarque

Acho que o quintal que a gente brincou é maior que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade.

BARROS, 2010. 54.

RESUMO

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, realizada no primeiro semestre de 2016 no Assentamento Palmares, localizado no município de Crateús, no estado do Ceará. Seu principal objetivo foi analisar e identificar as contribuições do Projeto Quintais Produtivos naquele assentamento, de forma a perceber a relação quintal/habitação/agrovila e suas implicações a partir das relações de gênero, bem como as alterações nos hábitos alimentares, culturais e na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar daquela população. A pesquisa mesclou pesquisa qualitativa com a Investigação Temática proposta por Paulo Freire e para apreensão dos dados recorreu-se a pesquisa bibliográfica, documental, círculo de cultura e observação participantes. A pesquisa apresenta suas análises e interpretações refletindo a partir dos temas: Agroecologia, convivência com o Semiárido, tecnologia social, saúde do campo, habitação saudável, soberania alimentar e gênero, feminismo e o empoderamento das mulheres. Observa-se que as famílias empoderaram-se da tecnologia do quintal produtivo, sendo capazes de avalia-la e adequá-la a realidade local. Observa-se limitações na execução do projeto inicial, onde uma das maiores dificuldades que se apresenta é a escassez d'água.

Palavras-chaves: Quintais Produtivos. Semiárido. Tecnologia Social.

ABSTRACT

This is a descriptive-exploratory research, held in the spring of 2016 in settlement Palmares, located in the municipality of Crateús, Ceará state. Its main objective was to analyze and identify the contributions of the project Productive in that settlement, Backyards in order to realize the relationship/housing/agroville yard and their implications from the gender relations, as well as proven changes in eating habits, cultural and health promotion perspective of the field and food sovereignty of that population. The research has merged with Thematic Research qualitative research proposal by Paulo Freire and seizure of data was bibliographical research, documentary, culture and observation circle participants. The research presents its analyses and interpretations reflecting from the themes: Agroecology, coexistence with the Semi-arid, social health technology field, healthy housing, food sovereignty and gender, feminism and women's empowerment.

Keywords: Backyards. Semi-arid. Social Technology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Distribuição das Amostras analisadas segundo a presença ou ausência de resíduos de agrotóxicos	22
Figura 2: Nova delimitação do Semiárido Nordeste	35
Figura 3: Iniciativas Agroecológicas registradas na Plataforma Agroecologia em Rede	39
Figura 4: Mapa da Prevalência de Insegurança alimentar em domicílios particulares por Unidades da Federação em 2013	75
Figura 5: Localização do Município de Crateús, CE	92
Figura 6: Croqui do Quintal Produtivo	117
Fotografia 01: Casa de taipa construídas no período de acampamento	88
Fotografia 2 e 3: Comemoração de 04 e 05 anos, respectivamente, da rádio Camponesa	90
Fotografia 4: Círculo de Cultura com as mulheres	100
Fotografia 5: Círculo de Cultura com os Jovens	100
Fotografia 6: Círculo de Cultura dos jovens	100
Fotografia 7: Círculo de Cultura com os Jovens	100
Fotografia 8: Círculo de Cultura com os homens	100
Fotografia 9: Último Círculo de Cultura	100
Fotografias 10 e 11: Mudanças entregues no Assentamento Palmares	111
Fotografia 12: Pé de Jerimum	112
Fotografias 13 e 14: Criação de galinha caipira	113
Fotografias 15 e 16: Quintal Produtivo	115

Fotografia 17 e 18: Quintal Produtivo	128
Fotografias 19 e 20: Desenhos elaborados no Círculo de Cultura	130
Fotografia 21 e 22: Planta medicina e pé de roseira	134
Fotografia 23 e 24: Melão e alface dos quintais produtivos do Assentamento Palmares	138
Fotografia 25 e 26: Canteiros de cebola e coentro	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação de material em relação aos dois projetos de Quintas Produtivos no Assentamento Palmares

Quadro 2 – Procedimentos metodológicos em relação aos objetivos específicos

Quadro 3 – Tipos de coleta de dados, sujeitos e quantidades de sujeitos da pesquisa

Quadro 4 – Mudanças dos quintais produtivos do Assentamento Palmares

Quadro 5 – Sementes do projeto Quintais Produtivos do Assentamento Palmares

Quadro 6 – Pintos entregues no Projeto Quintais Produtivos

Quadro 7 – Material de irrigação do Assentamento Palmares

Quadro 8 – Comparativo entre homens e mulheres posições de direção e coordenação no Assentamento Palmares

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CE	Ceará
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
LMR	Limite máximo de resíduo
Ias	Ingredientes ativos
ISEC	Instituto de Sociología y Estudios Campesinos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MI	Ministério da Integração Nacional
FNO	Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte
FNE	Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste
FCO	Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ONU	Organização das Nações Unidas
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
TA	Tecnologias Apropriadas
TS	Tecnologia Social
ONG	Organização Não Governamental
FBB	Fundação Banco do Brasil
ITS	Instituto de Tecnologia Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS	20
2.1 OBJETIVO GERAL	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
3. MARCO TEÓRICO	21
3.1 AGROECOLOGIA E A EMERGÊNCIA DOS TRABALHADORES SEM TERRA	21
3.2 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	33
3.3 TECNOLOGIA SOCIAL	39
3.4 SAÚDE E UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DO CAMPO	49
3.5 HABITAÇÃO SAUDÁVEL	59
3.6 SOBERANIA ALIMENTAR	69
3.7 GÊNERO, FEMINISMO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES	75
4. PERCURSO METODOLÓGICO	84
4.1 DESENHO DO ESTUDO	84
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISA	84
4.3 PERÍODO DO ESTUDO	91
4.4 FONTES DE DADOS, INSTRUMENTOS DE COLETA E SUJEITOS DA PESQUISA	93
4.5. CATEGORIAS DO ESTUDO	102
4.6. ANÁLISE DOS DADOS	104
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	105
5.1 PROJETO QUINTAIS PRODUTIVOS – CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO	105
5.2 RELAÇÃO QUINTAL/HABITAÇÃO/AGROVILA E SUAS IMPLICAÇÕES A PARTIR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	121
5.3 QUINTAIS PRODUTIVOS E OS HÁBITOS ALIMENTARES NO ASSENTAMENTO PALMARES	134

5.4 QUINTAIS PRODUTIVOS: PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CAMPO, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	138
6. CONCLUSÃO.....	143
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...153	
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	153
APÊNDICES	150

1. INTRODUÇÃO

Eu sustento que a única finalidade da ciência está em
em aliviar a miséria da existência humana

Brecht

Os Quintais Produtivos no Assentamento Palmares, é um projeto desenvolvido desde 2012, em diversas localidades no Estado do Ceará, dentre eles o Assentamento Palmares. Implantado em um momento onde se começou a refletir sobre a proposição de um projeto de convivência com o Semiárido, incluindo pequenos processos de irrigação, mas que, no entanto, foi proposto e desenvolvido durante uma das maiores secas vivenciadas no Nordeste nos últimos cinquenta anos. “O nordeste brasileiro enfrenta em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 municípios afetados. A informação foi anunciada nesta segunda-feira (8) pelo Governo brasileiro. A seca deste ano já é pior do que a do ano passado, também recorde” (ONUBR, 2013).

O relato sobre a seca vivenciada no Nordeste, publicada em abril de 2013 no site da UNUBR, traz também uma previsão de que até 2030 quase metade da população mundial estará vivendo em territórios com ampla escassez de água.

Já identificamos a tendência de que as temperaturas se elevam no mundo acima do normal. Em novembro de 2012 tivemos o mês de número trezentos e trinta e três em que as temperaturas subiram, seguidamente, acima do normal no século”, diz a Chefe da Equipe de Apoio da ONU sobre Mudança Climática, Marcela Main (ONUBR, 2013).

Nesse contexto, de acordo com as pautas de reuniões e discussões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Projeto Quintal Produtivo visa possibilitar “ações de pequenas irrigações simples utilizando captação de água de chuva, poços e

açude, bem como um processo de conservação e recuperação dos recursos naturais nas áreas de assentamentos, fossem de forma familiar como os quintais produtivos, fossem de forma coletiva e de pequenos núcleos de famílias” (MST, 2011, p. 03).

Diante deste cenário, onde se vivencia um longo período de estiagem e se constrói um projeto refletindo a partir dele a convivência com o Semiárido e alternativas para momentos de seca, nasce as inquietações em torno dos resultados e de como esta tecnologia social de convivência proporcionou mudanças no território.

Avaliar as potencialidades e limitações das tecnologias sociais instaladas no território é fundamental para sua efetividade e aprimoramento. Para tanto, no caso dos quintais produtivos algumas questões são determinantes para a devida apropriação pelas comunidades, dentre elas: como acontece a divisão sexual do trabalho no contexto do quintal produtivo? Que alterações o projeto proporcionou nos hábitos alimentares dos assentados, e, o projeto possibilitou o fortalecimento da agroecologia e soberania alimentar? Houve melhorias em relação a saúde e a renda das famílias assentadas?

No bojo dessas indagações a análise destas questões se deram à luz de algumas categorias de estudo, definidas a priori como fundamentação teórica desta pesquisa, sendo elas: agroecologia, convivência com o semiárido, tecnologia social, saúde do campo, habitação saudável, soberania alimentar e relações de gênero.

As contribuições das e dos pesquisadores Enrique (2001), Altieri (1987), Gubur e Toná (2012), dão a linha inicial para as reflexões a respeito da agroecologia.

Ressaltando a necessidade de superação do modelo de agricultura do agronegócio, que tem em sua base a concentração de terra e expropriação dos camponeses, o termo agroecologia, no âmbito desta pesquisa, é compreendido como sendo, de um modo em geral, um conjunto de conhecimentos sistematizados e fundamentados a partir de técnicas e saberes tradicionais, que trazem consigo os princípios ecológicos e valores culturais, incorporados, também, às práticas agrícolas (GUBUR. TONÁ, 2012).

Considerando que o Assentamento Palmares está localizado no Semiárido Nordeste, é importante, também, considerar que as tecnologias devem estar contextualizadas na perspectiva da convivência em condições socioambientais, como refletido por Ramos (2007, p. 101):

Não podemos mudar a instabilidade das chuvas, o alto índice de evaporação e solo raso, mas podemos buscar formas de desenvolvimento sustentáveis de se viver no Semi-Árido, de reflorestar as matas e sensibilizar as pessoas a se organizarem, dominando técnicas de produção, de armazenamento da água e dar acesso às famílias, à participação de políticas públicas que garantem seus direitos já constituídos. A convivência com o Semi-Árido se dá no dia-dia, no cotidiano das famílias rurais, no resgate da sua cultura e da sua cidadania, mesmo que limitados, eles têm encontrado mecanismos de sobrevivência.

O estado do Ceará e a região de localização deste estudo sofrem um processo de desertificação.

A degradação ambiental e a ocupação desordenada dos mais diferentes ecossistemas do Ceará são fatos efetivamente potencializadores para materializar as áreas degradadas susceptíveis ao processo de desertificação. Os desequilíbrios ambientais têm marcado profundamente as características originais dos ecossistemas no Estado do Ceará (IPECE, 2016).

Considerando estas questões a respeito das especificidades do território, a convivência com o Semiárido, nesta pesquisa, entende-se a forma como as pessoas tem encontrado para superar os limites ocasionados pelas especificidades próprias deste território, tanto em relação a questão da escassez de água, quanto da utilização de diversas tecnologias que tem garantido, apesar de todas as adversidades, a produção de alimentos e a permanência das pessoas no campo.

As tecnologias sociais são entendidas nesta pesquisa como processos, técnicas e metodologias inventadas e/ou reinventadas pelos camponeses para possibilitar sua permanência no campo, convivência com o semiárido e fortalecimento da luta pela superação da sociedade de classes. A fundamentação teórica se deu a partir de autores que fazem uma análise crítica do conceito de tecnologia e desenvolvem o termo tecnologia social, como: Coelho (2011), Dagnino (2004), Frigotto (2009), Dagnino, Brandão e Novaes (2012), Almeida (2010) e Chaves 2012)

Este estudo adota como conceito de Soberania Alimentar a definição da Via Campesina elaborada no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar em 2007. Dentre os autores com quem se trabalhou como base teórica para as discussões em torno de soberania alimentar, destacaram-se as definições e reflexões da Via Campesina (2002 e 2007), Stédile e Carvalho (2012) e Castro (1984)

Em relação ao termo saúde do campo, trabalhou-se com as definições elaboradas no contexto dos movimentos sociais camponeses, como as do coletivo de saúde do MST (2000), onde a liberdade e o respeito aos direitos definem uma sociedade com saúde, bem como, a distribuição igual da renda e das riquezas, o direito e acesso à terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, cultura, comunicação, dentre outros. Tal definição converge com o preconizado na 8ª Conferência Nacional de Saúde. Na compreensão do conceito de saúde e elaboração do conceito do termo saúde campo, dialogou-se também com Luz (2009), Gomes e Minayo (2006), Foucault 1989b *apud* Bastitela, Azevedo e Pelicioni (2011), Carneiro, Búrigo e Dias (2012), Caldart (2007) e Matielo (2009).

Para discutir as questões de gênero, dialogou-se com os pressupostos do Feminismo Camponês Popular a partir das elaborações do MST e da Via Campesina, por concordar que a consciência das condições de classe e de gênero da mulher, as colocam na compreensão de que se faz necessário a superação do modelo patriarcal, de forma que é preciso destruir todas as formas de dominação e exploração deste modelo de sociedade. Acrescentando elementos importantes ao debate do feminismo, gênero e divisão do trabalho, buscou-se refletir também a partir de Tilly (1994), Gomes (2004) Scott (1989), Silca e Camurça (2013) Rigoto, Rocga e Silva (2016), dentre outros que compõem a referência teórica desta pesquisa.

A respeito de habitação saudável, a reflexão feita nesta pesquisa abordou a partir de vários autores e a discutiu a partir dos conceitos de habitação como uma estratégia de promoção de saúde o que diz respeito ao empoderamento e melhorias de condições de vida das populações, trazendo as reflexões de Portes (2008), da necessidade da técnica dialogar com as diversas dimensões, considerando no hábito da tecnologia a expressão da cultura humana, pois além da importância da construção e/ou reforma da casa, é auspicioso o cuidado no desenvolvimento de medidas que melhorem os arredores da casa, “levando em consideração os aspectos da saúde, da alimentação e do embelezamento”. Além de Portes (2008), buscou-se compreensão a respeito de habitação saudável e a

evolução histórica em torno da habitação, a partir de: Cohen, Bodstein, Klingernam e Marcondes (2007), Nogueira (2015), Marx (1890) e elaborações do MST.

A visitação a estas categorias e o diálogo com os autores que fundamentam este estudo, trouxe questões importantes e que são refletidas aqui para assim possibilitar uma melhor compreensão em torno da construção histórica do território pesquisado, sendo este fruto da luta pela terra e de um processo que envolveu conflitos e resistência.

Avaliar as potencialidades e limitações a respeito do Projeto Quintal Produtivo, implica em descrever e caracterizar o processo de implantação do projeto de forma que esta reflexão estendesse seu olhar para as relações nas quais o projeto está envolvido ou provocando e assim o olhar foi direcionado para a relação quintal/habitação/agrovila considerando as implicações que este provocou a partir das relações de gênero, e por fim identificar a relação do projeto com possíveis alterações nos hábitos alimentares e culturais, bem como na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar.

O Assentamento Palmares, local desta pesquisa, está localizado no município de Crateús na região de Crateús/Inhamuns. Os limites de Crateús correspondem ao norte: municípios de Tamboril e Poranga, sul: municípios de Novo Oriente e Independência, leste: municípios de Independência e Tamboril e oeste: municípios de Poranga e o Estado do Piauí.

De acordo com dados do INCRA (Superintendência Regional 02) o estado do Ceará, possui 445 assentamentos e 21.929 famílias assentadas, enquanto que no município de Crateús estão localizados 10 assentamentos, dentre ele o Palmares, o que envolve 541 famílias e uma área de 28.789 há.

A análise a respeito do Projeto Quintal Produtivo, suas potencialidades e limitações, é necessárias considerando-o como uma experiência que se põem dentro de objetivos transformadores muitos mais amplos, pois a experiência no assentamento Palmares e no Estado do Ceará precisa contribuir para uma transformação efetiva, de modo a colaborar para a construção de novos valores, bem como pela importância em buscar entender a real relação das famílias assentadas com o quintal produtivo, possibilitando a quebra do paradigma dominante, o agronegócio, promover iniciativas que melhoram a vida das/os assentadas/os e a relação destes com os mercados locais e rompem com a lógica mercadológica da produção e distribuição de alimentos no país.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de implantação do Projeto Quintais Produtivos no Assentamento Palmares, CE, enquanto tecnologia social de convivência com o Semiárido.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o contexto e caracterizar o processo de implantação do projeto;
- Analisar a relação quintal/habitação/agrovila e suas implicações a partir das relações de gênero;
- Identificar a sua relação com os hábitos alimentares e culturais;
- Descrever as alterações referentes ao projeto na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar.

3. MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, traz-se alguns dos principais conceitos que foram importantes na apreensão do objeto deste estudo, como Agroecologia, Convivência com o Semiárido, Tecnologia Social, Saúde do Campo, Habitação Saudável, Soberania Alimentar e Gênero (feminismo e o empoderamento das mulheres), visando a partir disso, a apropriação necessária para a fundamentação e análise da pesquisa desenvolvida no âmbito dos Quintais Produtivos no Assentamento Palmares. Ressaltando que o quintal produtivo por si só não representa o todo do assentamento, mas que a partir dele e pela sua ligação e interligação com a habitação e com a agrovila, torna-se uma unidade de produção importante para se analisar a vivência e implicações das práticas onde estes conceitos estão amparados, assim como onde estas práticas se fundamentam.

3.1 AGROECOLOGIA E A EMERGÊNCIA DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Em 2015, a Organizações das Nações Unidas (ONU, 2015) divulgou um relatório, intitulado de “Perspectivas da População Mundial: A Revisão de 2015”, que indica que a atual população mundial de mais de 7,3 bilhões de pessoas, chegará a 8,5 bilhões até 2030. Em relação ao Brasil o relatório aponta que haverá um desaceleramento e o país cairá de quinto para sétimo mais populoso do planeta entre os anos e 2015 e 2050.

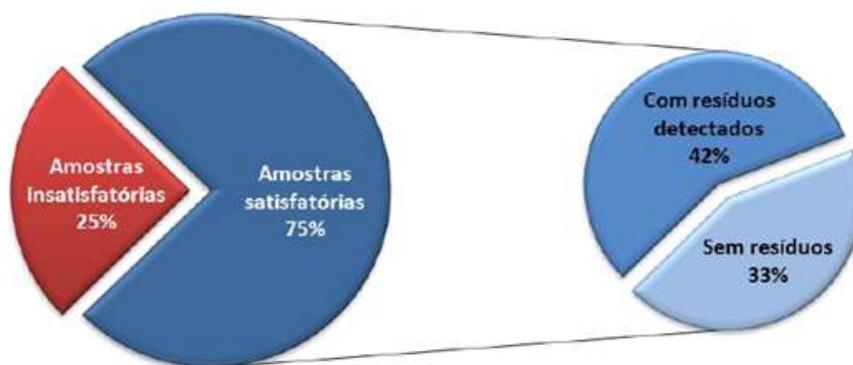
Antes da divulgação do relatório de 2015 da ONU, em julho 2013, a revista Exame.com, publicou uma matéria com o seguinte título “Como alimentar nove bilhões de pessoas em 2050?”.

Em junho, um estudo publicado na revista científica Plos One causou frisson ao afirmar que em 2050 não teremos comida suficiente para alimentar a população mundial – que, segundo dados da FAO (Food and Agriculture Organization), passará de 9 bilhões de pessoas. O argumento é de que o rendimento das culturas agrícolas não está crescendo o suficiente, e, em alguns casos, os agricultores estão se deparando com um limite biológico que nem a genética e a **biotecnologia** parecem conseguir ultrapassar. Confrontados com essa nova realidade, a tendência é de que os agricultores apelem para o

desmatamento das florestas em busca de mais áreas agricultáveis. Isso representaria um aumento da emissão de CO₂ na atmosfera, além de um grande risco para a biodiversidade (EXAME, 2013).

Os dados em torno do aumento populacional apontados para o futuro adicionados a realidade já vivenciada e a visualizada a partir da matéria acima, aponta para a sociedade a urgência de se repensar outras bases de sustentação da produção agrícola. O modelo apontado como um dos possíveis, no entanto, totalmente em expansão, coloca o Brasil, desde de 2008, como o maior consumidor de agrotóxico do mundo, enquanto que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2014), no relatório que apresenta a segunda etapa de divulgação dos resultados de análises de resíduos de agrotóxicos, referente ao ano de 2012 e publicado em outubro de 2014, indica que 67% das amostras de culturas coletadas e analisadas estão contaminadas por agrotóxicos, sendo que 25% “foram considerados insatisfatórios por apresentarem resíduos de produtos não autorizados, ou autorizados, mas em concentrações acima do LMR¹⁰”

Figura 1 – Distribuição das Amostras analisadas segundo a presença ou ausência de resíduos de agrotóxicos.



Fonte: ANVISA, 2014.

¹⁰ LMR (Limite máximo de resíduo) - O LMR é um parâmetro agrônômico, estabelecido legalmente pela Anvisa durante o registro do agrotóxico, em função da cultura agrícola e das instruções de uso contempladas na bula. Todavia, ele está diretamente relacionado com a qualidade dos alimentos comercializados e constitui um dos componentes para o cálculo da exposição e avaliação do risco que antecede o registro de um agrotóxico ou autorização da inclusão de novas culturas no registro. O consumo de alimentos contendo resíduo de agrotóxico em concentração equivalente ou inferior ao LMR não deve comprometer a IDA (ingestão diária aceitável) e consequentemente não deve significar risco à saúde

É olhando para este cenário, que se percebe que é urgente e necessário discutir, profundamente, sobre as formas utilizadas para se produzir alimentos, pois:

Mesmo que alguns dos IAs¹¹ possam – com base – em seus efeitos agudos – classificados como medicamentos ou pouco tóxicos, não se pode perder de vista os efeitos crônicos que podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, más-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (CARNEIRO, *et al*, 2015, p. 58)

Considerando a problemática já exposta, avalia-se como necessário dar visibilidade à existência e importância de práticas que respeitem e valorizem a diversidade e a relação equilibrada entre mulher/homem e natureza considerando que o que está em jogo é a vida das pessoas Alentejano (2013).

No entanto vale ressaltar que o atual modelo de produção agrária, hegemônico no Brasil, é marcado através da entrada do capitalismo no campo e sustenta-se, até hoje, sob os requisitos de um período conhecido como “Revolução Verde” (ABRASCO, 2015, p. 96). Este modelo “revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho” (ABRASCO, 2015, pg. 96).

Em um cenário marcado pelo fortalecimento da chamada economia o agronegócio e pela intensificação da estratégia de acumulação capitalista baseadas na superexploração dos recursos naturais, as ações voltadas para a denúncia dos impactos negativos do atual modelo de desenvolvimento da agricultura, que fomentam a construção de alternativas técnico-produtivas e de organização social, teimam em se multiplicar. Reconhecemos, justamente em consequências deste avanço capital, o crescimento das respostas da sociedade em resistência a esse

¹¹ IAs – Ingredientes ativos

modelo pela tomada de consciência em relação aos seus graves impactos. Nesse processo se consolidam a necessidade de superar o modelo de agricultura do agronegócio e a defesa e construção da agroecologia (CARNEIRO, *et al*, 2015, p. 423).

Corroborando com esta reflexão, Leff (2002), destaca que o termo agroecologia foi definida por Altieri (1987) como sendo “as bases científicas para uma agricultura alternativa”, seu conhecimento, portanto, deveria ser originado mediante a junção de diferentes disciplinas, pois isso permitiria a compressão “dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola” (LEFF, 2002, p. 38).

A Agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo introjeta princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitam um acesso igualitário aos meios de vida (LEFF, 2002 p. 38).

Com definição ainda em construção, a agroecologia constitui-se, de um modo em geral, em um conjunto de conhecimentos sistematizados, fundamentados a partir de técnicas e saberes tradicionais, que trazem consigo os princípios ecológicos e valores culturais e, também, incorporam os às práticas agrícolas (GUBUR. TONÁ, 2012).

Nesta mesma linha, e trazendo uma série de elementos importantes, como o das relações, Altieri (2012), afirma que:

A Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseada em relações mais horizontais entre os atores. (ALTIERI, 2012. p. 16)

Ao conceituar o termo Agroecologia, pensa que também faz se importante entender o momento histórico em que este termo foi surgindo, para denominar o que vão além de uma prática agrícola, como já nos afirmou Altieri. E para compreender as condições determinantes do surgimento da agroecologia, faz-se necessário trazer presente que a questão ecológica, no momento em que vivemos, de acordo com Chesnais e Serfari (2003, pg.01 *apud* GUBUR e TONÁ, 2012) envolve “a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e até mesmo, de certos países” e os camponeses dos países periféricos ao capitalismo destacam-se neste cenário.

Os camponeses foram historicamente expropriados e está expropriação é o centro dos “mecanismos de acumulação primitiva”, no entanto este processo de expropriação existe até hoje, de forma que “a permanência dos camponeses na terra e sua reprodução social encontra-se, hoje, gravemente ameaçada pelo modelo hegemônico que é, em nível mundial, a base de sustentação do agronegócio” (GUBUR e TONÁ, 2012).

O modelo do agronegócio viabilizou um processo de patenteamento, transgenia, nanotecnologia, fatos que sustentam uma fase moderna desta expropriação dos camponeses em um processo de aprofundamento da destruidora e moderna agricultura iniciada com a Revolução Verde. E diante de tudo isso, um dos principais objetivos é retirar dos agricultores o controle das sementes e, num contexto amplo, o controle da produção camponesa em benefício das poderosas corporações transnacionais. Este cenário onde estão postas as mais diversas formas de expropriação dos camponeses passa a exigir uma mudança na maneira de produzir no campo, motivação para as experiências de resistência ao modelo do agronegócio, o que também desperta o interesse, principalmente, de pesquisadores da área que já percebem as desastrosas consequências ambientais do modelo dominante (GUBUR e TONÁ, 2012).

Reconhecemos, justamente em consequência desse avanço do capital, o crescimento das respostas da sociedade em resistência a esse modelo pela tomada de consciência em relação aos seus graves impactos. Nesse processo se consolidam a necessidade de superar o modelo de agricultura do agronegócio e a defesa e construção da agroecologia (CARNEIRO, *et al*, 2015, p. 425).

Historicizando sobre o surgimento, especificamente do termo Agroecologia, para Gubur e Toná, (2012), que citam Gliessman (2000), o termo pode ter surgido durante a década de 1930 e trazia consigo o significado da ecologia aplicada à agricultura, mesmo ressaltando que a partir do aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade capitalista, bem como da “crescente fragmentação dos conhecimentos” e da expansão do capitalismo, que tem na Revolução Verde um marco histórico, a ecologia e a agronomia, *entendo como técnicas e conhecimentos que estudam a prática da agricultura* (grifos meus), seguiram sem interação, sem relação entre ambas, apesar da mesma ter sido, no seu início, concebida uma disciplina específica que estudava os ecossistemas.

É em 1980, quatro décadas depois do seu suposto surgimento, que o termo agroecologia se populariza e isso acontece a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e depois, de Stephen Gliessman. Os dois pesquisadores de universidades estadunidenses, são atualmente, considerados os principais nomes da “vertente americana” da agroecologia (GUBUR. TONÁ, 2012).

Assim como em vários campos de atuação política, a agroecologia também é composta por uma grande diversidade de opiniões, conhecimentos, atuações, dentre muitos outros elementos, e assim vão se formando as correntes, que divergem e convergem em muitas questões dentro desta construção de conhecimentos, relações e práticas.

A “escola europeia”, surgida em 1980 na Andaluzia na Espanha e com uma tendência sociológica é uma outra das principais correntes da agroecologia “que busca inclusive uma caracterização agroecológica do campesinato”. Para a “escola europeia” a agroecologia surgiu a partir da “interação entre as disciplinas científicas (naturais e sociais) e as próprias comunidades rurais, principalmente da América Latina”. Esta corrente nem como os seus principais destaques, os pesquisadores, Eduardo Sevilla-Guzmán e Miguel González de Molina, os dois ligados ao Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), da Universidades de Córdoba na Espanha. (GUBUR. TONÁ, 2012).

Quanto ao Brasil, o termo agroecologia começou a ser utilizado em 1989, a partir da publicação do livro do Miguel Altieri, sob o título “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Vale ressaltar que desde 1970 existia movimento que contestava a Revolução Verde, como é o caso do movimento da “agricultura alternativa”,

que se mantinha restrito a pequenos grupos de intelectuais, como José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro, todos desempenhando papéis importantíssimos, como, elaborações, denúncias e estudos a respeito dos efeitos do agrotóxicos, constatações a Revolução Verde, dentre muitas outras questões valorosas para aquele período (GUBUR. TONÁ, 2012).

Diversos autores estudaram a trajetória do movimento da agricultura ecológica no Brasil, destacamos a contribuição de Brandenburg (2002), que identificou três importantes fases: i) no primeiro período emerge um movimento nacional contra a industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhado por uma diluição parcial de seus princípios. Contudo, atualmente observa-se um quarto momento de redefinição e de recomposição de diferentes versões da agricultura alternativa, no qual a agroecologia ocupa um lugar significativo. Portanto, é esse processo de recomposição da agroecologia no país [...] (ABREU; LAMINE; BELLON; 2009).

A partir de 1990, as Organizações Não Governamentais (ONG), passam a ser as principais disseminadoras da agroecologia. Também neste campo, já mais para o final dos anos de 1990 e meados de 2000, os movimentos sociais do campo, principalmente aqueles que compõem a Via Campesina, passam a incorporar o debate da agroecologia, e com muita força, começam a desenvolver ações importantes, como jornadas, campanhas e ocupações. Um marco importante, na construção da agroecologia, como tentativa de articular nacionalmente os movimentos e organizações deste campo, foi o I Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002, *também realizados em 2006, 2014* (grifos meus) e o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizados anualmente desde 2003. Foi a partir destas duas atividades iniciais, que resultou no surgimento de duas entidades de abrangência nacional, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundadas em 2002 e 2004, respectivamente (GUBUR. TONÁ, 2012).

E aí parafraseando Delgado, Alentejano (2013), sucinta a reflexão no sentido de que existem muitos desafios postos para o movimento agroecológico e isso se deve a natureza atual da questão agrária do Brasil, por “está diretamente associada ao domínio do agronegócio sobre o modelo agrário brasileiro” (ALENTAJANO, 2013, p. 01).

Para Martins (1997), a questão agrária no Brasil tem a ver com o fato da sociedade brasileira ter sido, por muito tempo, uma sociedade escravista. Para ele, a questão agrária inicia-se no século XIX, período em que o Estado brasileiro, acaba com a escravidão e onde o regime de terra que prevalecia era o das sesmarias, suspenso em 1822.

Se o regime sesmarias fosse plenamente restabelecido e continuasse em vigor após o fim da escravidão, que obviamente estava próximo com a diminuição do número de escravos, os trabalhadores livres e os libertos ocupariam livremente as terras disponíveis e não iriam trabalhar para os fazendeiros (MARTINS, 1981).

Neste momento da história, o Brasil exportava produtos agrícolas e importava produtos industrializados da Europa e Estados Unidos, e por ser assim, não existia um problema em os trabalhadores não possuírem condições de compra e consumo de produtos oriundos de outros setores, principalmente do setor industrial, porém a partir do momento que o Brasil passa a se industrializar isso passa ser um problema. E sobre isso Martins (1981) destaca que:

A rigor, a necessidade de expansão do mercado interno para a indústria deveria ter colocado os industriais a favor da reforma agrária contra os grandes proprietários de terra. Mas, a burguesia brasileira nunca foi politicamente participante e vigorosa e nunca teve a consciência de classe que a tornasse protagonista decisiva dos destinos do país. Sobretudo, a contradição histórica entre a terra e o capital nunca tomou corpo e visibilidade num conflito de interesses entre os grandes proprietários e os industriais (MARTINS, 1981, p. 20).

O conflito entre industriais e os grandes proprietários de terra, no nosso caso, nunca houve, como aconteceu em outras partes do mundo, e isso é avaliado por Martins (1981), como o ponto central para que não houvesse as reformas sociais e políticas, principalmente a reforma agrária, o que viria a transformar o país em um país moderno,

sendo que o Brasil foi na contramão e por isso “a nossa modernização tem um estilo próprio: ocorre intensamente na área econômica, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social e, sobretudo político (MARTINS, 1981, p. 20).

Aproximadamente, a partir dos anos cinquenta, começa o que Martins (1981) chama de “espécie de revolução tecnológica no campo”, inclusive estimulada pelo próprio governo, através dos financiamentos subsidiados repassados através dos bancos públicos e privados. Neste momento começa a se intensificar a expulsão dos trabalhadores das grandes fazendas e surge novas relações de trabalho e um grande excedente populacional.

É também a partir destas transformações que surgem as resistências e os movimentos de luta pela terra. E de acordo com Medeiros (2013, p. 79),

Nos anos '50 e início dos '60, as práticas das “associações de lavradores” e das “ligas camponesas, respaldando e estimulando a resistência na terra, colocaram o tema da reforma agrária na ordem do dia. Na década de 70, essa demanda manteve-se viva no seio das entidades de representação de trabalhadores em função da importância que ela assumiu no corpo de propostas que o sindicalismo rural, em fase de reestruturação, elaborava. Nos anos '80 e '90, os acampamentos e ocupações de terra dramatizaram a reivindicação, dando-lhe novamente visibilidade e colocando-a no centro dos debates políticos.

Apesar desta retomada e do surgimento de movimentos importantes de luta pela terra, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em 1984, dados do Censo Agropecuário de 2006, demonstra que a concentração de terras no Brasil continua praticamente a mesma do período da ditadura militar. Na verdade, alguns dados chegam a indicar que a concentração tem aumentado nas últimas décadas. Um dos indicadores dos órgãos oficiais de pesquisa comprova isso. O índice de Gini em 1967 era de 0,836, e em 2006, data do último Censo Agrário, era de 0,854. Segundo o índice de Gini, que vai de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais concentrada é a distribuição de terras em um país.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 outro dado que também demonstra a concentração de terra é que os latifúndios que possuem mais de mil hectares, somam menos de 1% da quantidade de propriedades, mas controlam 44,42% das terras agricultáveis. Enquanto isso, a pequena propriedade, aquelas que possuem menos de 10 hectares, constitui 47,86% da quantidade de propriedades rurais, mas ocupam territorialmente apenas 2,36% das terras agricultáveis.

Diante desta concentração e dos seus efeitos, Medeiros (2013), nos faz perceber que o campo brasileiro é marcado por diferentes formas de disputa por terra, de forma que tanto os atores que reivindicam mudança fundiária, quanto o “desenho tradicional de reforma agrária” têm se transformado ao longo dos últimos 50 e/ou 60 anos.

O próprio sentido da reforma agrária vem ganhando novos contornos, com a introdução de temas relacionados à preservação ambiental e à qualidade dos alimentos, o que faz com que a crítica ao modelo de ocupação das áreas rurais não se volte apenas para a concentração fundiária, mas também abranja temas como a degradação do meio ambiente e submissão dos produtos agrícolas, dos mais diferentes tipos [...], aos interesses de grandes conglomerados internacionais responsáveis pela produção de insumos químicos, máquinas e sementes, processamento e colocação dos produtos nos mercados nacionais e internacionais (MEDEIROS, 2013, p. 01).

O surgimento do “sem terra”, no final dos anos 1970, deve-se à intensificação do processo de modernização da agricultura ao longo destes anos, pois se tratavam de trabalhadores atingidos intensamente por este fato e que tinham suas origens em famílias de pequenos proprietários, endividados, empobrecidos e com grandes dificuldades de se manterem com acesso à terra, tanto é que o movimento surge a partir do Rio Grande do Sul, onde a intensificação da modernização agrícola, era também muito mais forte (MEDEIROS, 2013).

A ocupação de terra, ação dos “sem terra”, era uma das formas de luta deste período, mais que existiam muitas outras e que para entender estas novas formas é necessário considerar outros elementos e não somente o processo de modernização, que expropriava. Entre estes elementos, destaca-se, que os trabalhadores começam a perceber a “ineficácia (em termos de obter desapropriação) da ação sindical” que se centrava em

denunciar ocorrências existentes e a demandar solicitações, através de ofícios, de desapropriações, o que não era muito eficiente. Um outro elemento importante, foi o trabalho da Igreja, através do grupo da Teologia da Libertação, e é a partir da releitura da Bíblia que as novas formas de luta encontram legitimação (MEDEIROS, 2013)

Medeiros (2013) destaca o crescimento das ocupações e acampamentos nas décadas de 1980 e 1990, como responsável pela relocação da questão da terra no espaço público utilizando-se de dois argumentos, um econômico que traz a necessidade de produção de alimentos e outro moral, que se trata da necessidade da eliminação da injustiça social que marca o campo brasileiro. No entanto, observa-se que este crescimento de ocupações, que força desapropriações, sofreu um desaceleramento a partir da metade dos anos de 1990 e alguns elementos podem ser elencados como motivos deste fato, dentre eles, os programas governamentais de compra de terra, a utilização de áreas públicas para assentamentos de famílias sem-terra, a demora na desapropriação de áreas ocupadas e melhora da economia o que possibilitou a geração de outras possibilidades de trabalho.

Apesar da diminuição no ritmo de ocupações, percebe-se que outros personagens têm se mobilizado na reivindicação do direito à terra, como é o caso dos quilombolas, faxinalenses e comunidades de fundo de pastos, estas reivindicações por sua vez, vão além da terra por se só, elas envolvem questões culturais de pertencimento a terra a que se reivindica. Enquanto isso, outros focos e temas ganharam espaço neste cenário, como o tema da soberania alimentar, agroecologia, efeitos do modelo produtivo sobre a saúde, resgate de experiências camponesas, principalmente protagonizados pelo o MST e pelo movimento sindical.

Para Medeiros (2013), o surgimento destes temas relacionados a luta pela terra, demonstra um deslocamento de foco, no entanto destaca que estes deslocamentos possibilitam novas articulações, e chama a atenção para a realização do Encontro Nacional Unificados dos Trabalhadores e Povos do Campo, das Águas e das Florestas em agosto de 2012.

O que se nota é uma progressiva incorporação da linguagem de valorização das dimensões ambientais, chamando a atenção para o princípio da função social e ambiental, aplicável a toda terra explorada ou mantida ociosa e a ênfase na construção de estratégia “camponesa”,

baseada na produção de alimentos saudáveis, na autonomia de meios de produção e energética (MEDEIROS, 2013, p. 9).

Indo além das condições de produção, discutir a questão fundiária é discutir também a luta por legitimação dos modos de produção, fundamentando os na sustentabilidade ambiental e saúde da população. Pensar a questão fundiária atualmente passa por “perceber melhor as novas formas assumidas pela propriedade de terra, as complexas relações entre agronegócio, agricultura familiar e as diferentes formas de demanda por terra” (MEDEIROS, 2013).

No contexto da Promoção da Saúde, a saúde é resultado dos fatores ambiental, físico, social, político, econômico e cultural, conexo com a qualidade de vida. O campo da Promoção da Saúde parte de uma “ampla concepção do processo saúde-doença” e dos fatores determinantes, bem como sugere a “articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução” (AZEVEDO; PELICIONI, 2011)

Compreendendo que a saúde é resultado de muitos fatores, dentre eles o modo como a nossa sociedade se estrutura para produzir e que, por exemplo, o intensivo uso de agrotóxicos e a produção em forma de monocultivo têm consequências sobre a saúde das pessoas e do meio ambiente, percebe-se a agroecologia como um campo de estudo que vai ao encontro das premissas da Promoção da Saúde.

O Brasil, é o maior país da América Latina do Sul e da Região da América Latina, sendo o quinto maior do mundo, tanto em área como em população. Quanto ao clima, apesar de dispor de uma ampla variedade de condições de tempo em uma grande área e topografia variada, a maior parte do Brasil é tropical. De acordo com o sistema de classificação climática de Köppen, o Brasil abriga seis principais subtítulos climáticos, sendo eles: equatorial, tropical, semiárido, tropical de altitude, temperado e subtropical e estas condições climáticas produzem ambientes que variam entre florestas equatoriais do Norte, regiões semiáridas do Nordeste, florestas temperadas de coníferas no Sul e savanas tropicais no centro do país.

O local deste estudo está cravado no meio do Semiárido Nordestino, o qual precisa de políticas públicas que permitam o desenvolvimento local, que promova a organização

e o empoderamento dos camponeses, e para isso faz se necessário entender esta parte do país, bem como sua relação com a agroecologia e é almejando esta compreensão que se segue uma abordagem a respeito desta região onde a agroecologia é vivenciada e tão importante para que seja possível a convivência com o Semiárido.

3.2 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

As regiões semiáridas da terra são as que o aporte de água pelas precipitações é menor que as perdas por evaporação e transpiração vegetal, sendo que a maioria destas regiões está localizada entre os trópicos de Câncer e Capricórnio e correspondem a 1/3 das massas continentais do planeta, o correspondente a cerca de 5,0 bilhões de hectares, possuem 1,0 bilhão de pessoas e produzem 22% dos alimentos da Terra (ARAÚJO FILHO, 2013, p. 50).

O Semiárido brasileiro é formado por uma área em torno de 1,0 milhão de km², o que significa 64% do território nordestino e se estende por nove estados do Brasil (ARAÚJO FILHO, 2013, p. 50).

A Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e define o Semiárido como sendo:

A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia (inciso IV do art. 5 do Capítulo II Dos Beneficiários).

Em 1995 havia sido feita a última atualização dos municípios do Semiárido, através da Portaria nº 1.181 da SUDENE, e em 2001 a SUDENE foi extinta, cabendo ao Ministério da Integração Nacional (MI) assumir a atribuição que antes era desta Autarquia, dentre elas “posicionar-se acerca dos pleitos de inclusão de municípios

interessados em beneficiar-se do tratamento diferenciado das políticas de crédito e benefícios fiscais conferido ao semiárido brasileiro” (BRASIL, 2005, p. 03).

Em março de 2004 o MI convocou ministérios e instituições envolvidas com as diferentes questões relativas ao semiárido brasileiro e instalou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável pela redelimitação do espaço geográfico do Semiárido Brasileiro. Para a nova delimitação foram adotados os seguintes critérios:

I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; Ii. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e Iii. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990” (BRASIL, 2005 p. 05).

Tendo como base estes critérios, o Semiárido brasileiro representa uma área territorial de 980.133,07 km², abrange 1.135 municípios, destes, 1.050 estão situados em 8 estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e os demais 85 municípios pertencem a Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. (INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO, 2014, p. 15)

Em 10 de março de 2005, o Ministro da Integração Nacional assinou a Portaria que criou a nova delimitação do semiárido brasileiro, atualizou os critérios de seleção e os municípios que passam a fazer parte dessa região, o resultado desta nova delimitação pode ser observado no mapa abaixo:

Figura 2: Nova delimitação do Semiárido Nordeste.



Fonte: Brasil 2005.

Os municípios que integram o semiárido brasileiro são beneficiados com bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), enquanto que este bônus é de 15% para os demais municípios da região Nordeste que não fazem parte do semiárido. (BRASIL, 2005, p. 07)

Ainda quanto ao FNE, a Constituição determina que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semiárido, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região. Em 2005, o valor a ser aplicado pelo FNE no semiárido alcança os R\$ 2,5 bilhões. Ademais, produtores rurais beneficiários do Pronaf do semiárido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e três anos de carência. (BRASIL, 2005, p. 03)

No Semiárido Brasileiro vivem mais de 22 milhões de pessoas que constroem cotidianamente a história deste território, buscando transformar as limitações em desafios e os desafios em oportunidades (INSA, 2014, p. 07). Dentre as muitas características do Semiárido brasileiro, uma de maior intensidade é o déficit hídrico, no entanto isso não significa falta de água, pois este é o semiárido mais chuvoso do planeta, com uma média pluviométrica que vai de 200 mm a 800 mm anuais, dependendo da região”, no entanto estas chuvas são irregulares no tempo e no espaço, além da quantidade de chuva ser “menor do que o índice de evaporação, que é de 3 mil mm/ano, ou seja, a evaporação é três vezes maior do que a de chuva que cai” (ASA, 2015).

Isso significa que as famílias precisam se preparar para a chegada da chuva. Ter reservatórios para captar e armazenar água é fundamental para garantir segurança hídrica no período de estiagem, a exemplo das cisternas domésticas, cisternas-calçadão, barragens subterrâneas e dos tanques de pedra. (ASA, 2015).

No semiárido brasileiro, assim como em todo o país, existem algumas políticas e programas importantes que vem de encontro com o fortalecimento da agroecológica, bem como da disseminação das técnicas já existente e que podem contribuir na melhor convivência dos camponeses com o seminário.

Uma importante política deste campo é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), construída a muitas mãos em 2003, onde contou com a participação, inclusive dos movimentos sociais e organizações que atuam no campo da agroecologia. A PNATER foi “elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais” (BRASIL, 2016).

A PNATER tem o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) como o seu instrumento orientador no seu processo de implementação e apontamento das diretrizes e metas para os serviços públicos de ater em todo o Brasil. A PNATER, foi instituído em 11 de janeiro de 2010, através da Lei nº 12.188, junto ao PRONATER, e estabelece a ATER como sendo um

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

De acordo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é “melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável”. (BRASIL, 2016)

A lei 12.188 estabelece os princípios e objetivos da PNATER e ao revisa-los é possível perceber a sua intrínseca ligação com os princípios da agroecologia, a pesar de, na prática existirem diversas controversas, tanto do ponto de vista da aplicação destes princípios na prática dos serviços de ATER, quanto da própria efetivação da política. São princípios da PNATER (art. 3 da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010):

I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V – equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI – contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (art. 3 da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010).

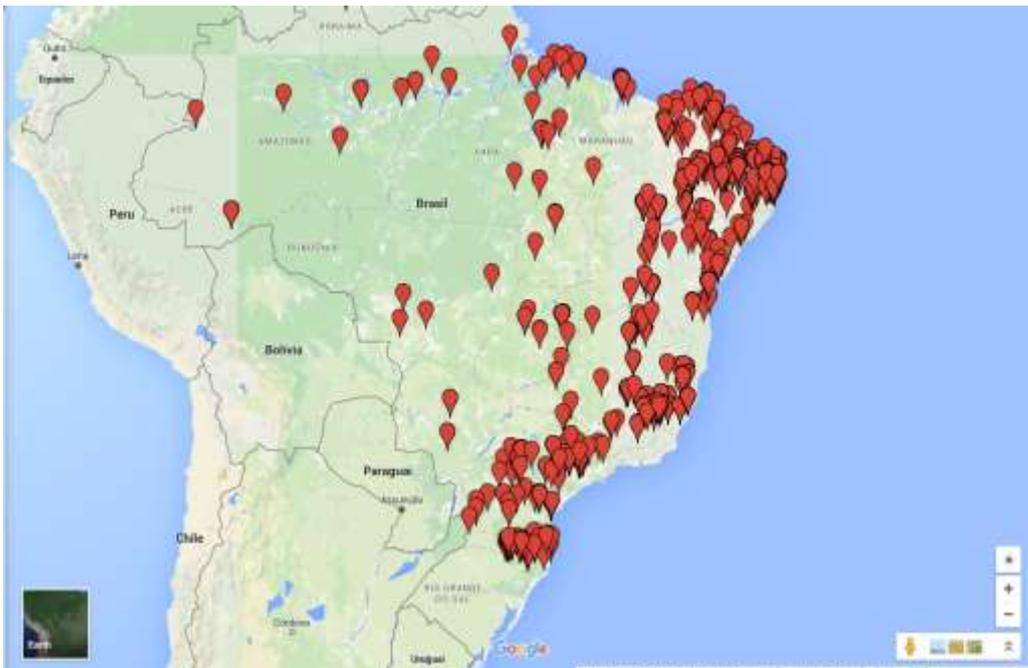
Também no âmbito das políticas públicas, existe a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) instituída em 20 de agosto de 2012, através do Decreto nº 7.794, que tem como objetivo

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2016).

A PNAPO, tem no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que assim como a PANATER, foi fruto de intensivos debates envolvendo diferentes órgãos governamentais e movimentos sociais do campo e da floresta, o seu principal instrumento de execução, porém o PLANAPO se propõe em ir além, pois busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos todos os ministérios parceiros na sua execução. (BRASIL, 2016).

O semiárido brasileiro, é a parte do país onde mais habita as experiências agroecológicas. A relação agroecologia e convivência com o semiárido é muito forte e, certamente explicado pelo fato da convivência com o seminário está relacionado com o modo de vida e produção que respeita a cultura e os saberes locais, usando tecnologias, metodologias e processos apropriados ao contexto ambiental e climático da região, o que dialoga diretamente com os princípios agroecológicos.

Figura 3: Iniciativas Agroecológicas registradas na Plataforma Agroecologia em Rede



Fonte: Agroecologia em rede e Ivandro

Agroecologia em rede é um sistema de informação que registra as iniciativas agrocológicas, sendo composto por três bancos de dados que se interligam entre si e é gerenciado pela ANA, ABA-Agroecologia e SOCLA. O sistema, atualmente, registra 999 experiências. Isso, certamente não contém todas as experiências existentes no Brasil, no entanto, das experiências registradas no sistema em torno de 46,65% estão no semiárido, podendo com isso perceber que existe uma pujança interessante entrelaçando agroecologia e convivência no semiárido agroecologia em Rede (2015).

3.3 TECNOLOGIA SOCIAL

Ainda no bojo da discussão de transformação dos limites em desafios e desafios em oportunidades, as “tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações [...]. Nesse sentido, o termo Tecnologia Social vem ganhando uma importância muito grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável” (LIMA, 2010, p. 93).

Em relação ao Semiárido Gnadlinger (2009), destaca que

As Tecnologias Sociais bem-sucedidas no Semiárido são primeiramente experiências populares, que depois foram assumidas por

organizações comunitárias que em alguns casos estão se tornando políticas públicas. Queremos citar especialmente as Tecnologias Sociais em torno da captação e do manejo da água da chuva para uso no abastecimento de famílias ou na produção agrícola, para passar a estação de seca. São experiências como cisternas de pedra e cal, cisternas de placa, cisternas de tela-cimento, barragens subterrâneas, barreiros, cacimbas bogó, cacimbas de areia, cacimbões, tanques de pedra, cisternas de produção, caxios e outras. Grande parte destas Tecnologias Sociais foram usadas pelo povo antes da existência de órgãos governamentais ou instituições científicas. Mais ainda, parte destas experiências ainda não são reconhecidas, pesquisadas e ensinadas por estes órgãos (GNADLINGER, 2009).

Tecnologia social é um termo que vem ganhando cada vez mais espaço na zona rural como uma possibilidade de convivência com o semiárido e uma das suas principais características é a valorização do saber e da cultura das populações locais Leonel (2014).

O conceito de Tecnologia Social é utilizado quando processos de experimentação e de inovação tecnológica e sociais para atividades agrícolas vêm sendo inventados e reinventados pelos próprios agricultores/as [...]. São as experimentações tecnológicas, baseadas na combinação e critérios sociais, ambientais e culturais suplementares aos critérios técnicos e aos interesses econômicos, porque visam atender a demandas sociais e são selecionadas pela sua adaptação ao contexto e às capacidades locais, assim como sua apropriação pelas famílias rurais envolvidas (LEONEL, 2014. pg, 08).

Para Leonel (2014), os quintais agroecológicos são uma tecnologia social que permite o acesso ao manejo produtivo da terra, da água, “das sementes crioulas e nativas, da diversidade produtiva dos sistemas agrícolas e do jeito de fazer próprio das comunidades rurais”, pois se trata de um mecanismo básico de promoção da agricultura famílias como uma estratégia que possibilita

Reduzir os riscos econômicos e sociais que ocorrem em razão de fatores internos e externos e da própria instabilidade climática do Semiárido; Incrementar a produtividade global da propriedade; Garantir a

segurança alimentar e nutricional das famílias; Proporcionar incremento de renda; Promover o resgate das culturas tradicionais locais; Estimular a experimentação e autogestão pelos grupos envolvidos; Promover a inclusão de gênero e juventude com a participação efetiva desses segmentos (LEONEL, 2014, p. 09).

O termo “tecnologia social” tem se expandindo junto aos movimentos sociais e também nas políticas públicas e ao revisar o significado do termo “tecnologia social”, logo nos remetemos a pensar que o último está relacionado com o que não é industrial, ou seja, é uma possibilidade acessível para aqueles que não conseguem o nível da indústria.

Historicizando sobre o processo de afastamento do homem da natureza, Coelho (2011), chamou de “tecnificação do homem e de seu ambiente”, o que foi possível através da apropriação da técnica dos artesãos pela Revolução Industrial, no século XIX, e que veio a proporcionar a união da ciência com a tecnologia.

Coelho, 2011, chamou de “tecnificação” o processo em que os artesãos acostumados com o trabalho manual foram sendo transformados em trabalhadores das manufaturas, onde o trabalhador passou a operar máquinas, encarregadas de acelerar o processo produtivo, e a conhecer apenas uma parte pequena do processo produtivo. Antes disso, o trabalhador conhecia todo o processo produtivo, ou seja, da extração da matéria prima até o produto acabado.

A pesar do entendimento de que a tecnologia alterou historicamente as bases do processo produtivo, para Coelho (2011, pg. 24) “a tecnologia só existe devido ao caráter criativo do homem” e que numa perspectiva ampla no seio da sociedade, ela tanto pode gerar impactos positivos como negativos.

Coelho (2011) que cita Dagnino (2004), explica quatro perspectivas em relação à tecnologia: “o instrumentalismo (controle humano e neutralidade de valores), o determinismo (autonomia e neutralidade de valores), o substantivismo (autonomia e portadora de valores) e a teoria crítica (controle humano e portadora de valores) ”.

No instrumentalismo a tecnologia é entendida como uma simples ferramenta, não sendo, portanto, considerado o seu processo histórico e, por conseguinte torna-se isenta de valores. Esta visão a respeito da tecnologia valoriza o quesito utilitarista da tecnologia.

O substantivismo, compreende a tecnologia como portadora de valores e autônoma. Para o substantivismo, segundo Coelho (2011, pg. 21), “ênfatiza o viés controlador, imperialista e maléfico da tecnologia ao transformar substancialmente a sociedade em sociedade tecnológica de forma linear”. Esta concepção sobre a tecnologia, a se centrar no mal ocasionado pela tecnologia, não considera os avanços e possibilidade que a mesma trouxe para o desenvolvimento da humanidade.

O determinismo, por sua vez, se entende a tecnologia como possuidora de características de autonomia e neutralidade, ou seja, neutra de valores e “autônoma para qualquer tipo de utilização, para o bem ou para o mal”. O determinismo, de acordo com Dagnino *apud* Coelho (2011, pg. 26) é pautado na “visão marxista tradicional segundo a qual o avanço tecnológico (ou o desenvolvimento das forças produtivas) é a força motriz da história”.

E por fim, a Teoria Crítica da Tecnologia, que parte do entendimento de que a tecnologia é dependente de valores e interesses próprias da ação do homem, ou seja, “controlada humanamente tanto no momento de sua construção - Construção Sociotécnica, como na possibilidade de uma adequação a outros valores e interesses, diferente aos originais, o que se caracterizaria pela chamada Adequação Sociotécnica (AST)” (COELHO, 2011, p. 22).

Já para Barbalho (2009 *apud* Chaves *et al* (2012), a tecnologia pode ser subdividida de um modo mais específico do que o apresentado no estudo do Coelho (2011). E a partir desta visão, depreende a tecnologia em: tecnologia aplicada, tecnologia emergente, tecnologia de chave, tecnologia de base, tecnologia auxiliar, tecnologia do futuro e tecnologia social.

Explicando cada uma das suas subdivisões, Barbalho (2009 *apud* Chaves *et al* (2012), defini que:

Tecnologia aplicada visa produzir novos conhecimentos através da sua aplicação e que ela parte de um objetivo antemão determinado, bem como de uma área específica; A tecnologia emergente está relacionada a produção de novos produtos ou serviços e que estes encontram-se em fase de testes e possuem previsão de serem colocados no mercado; Tecnologia de chave, é aquela que contribui para o aumento da competitividade das empresas. Está relacionada com as ações de uma empresa; Tecnologia de base, é aquela ainda necessária, mas que passou por um processo de envelhecimento, facilmente disponível no mercado

e nas empresas, é útil, mas não numa condição obrigatória para a sobrevivência da empresa. Tecnologia auxiliar é aquela utilizada para auxiliar na produção de uma determinada empresa. É uma tecnologia necessária, contudo “dispensável para a manutenção das atividades empresariais”; Tecnologia do futuro, pode ser entendida como aquela tecnologia que logo pode vir apresentar um forte benefício tecnológico para a vida cotidianas das pessoas;

E por fim, Barbalho (2009) citado por Chaves (*et al* 2012, p. 06), traz um conceito para o termo tecnologia social, objetivo principal desta abordagem. O autor define “tecnologia social” como sendo aquelas “caracterizadas como produtos, técnicas ou metodologias como possibilidade de reaplicação em contextos distintos dos originais, desenvolvidos a partir da participação e envolvimento da comunidade com potencial de transformação social”.

Para Frigotto (2009, p. 377), mais do que compreender a etimologia da palavra “tecnologia”, faz se necessário, no contexto do capitalismo, apreende-la “como uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais” pois, é a partir desta compreensão que é possível compreender porque a “promessa iluminista do poder da ciência, técnica e tecnologia” se cumprir em relação a acabar com a fome, o sofrimento e a miséria humana, pelo menos em relação a uma grande parcela a humanidade.

Ao mesmo tempo que é importante ter esta visão crítica a respeito da tecnologia, o autor ressalta a importante de entendê-la como uma prática social, pois para ele, é a partir desta percepção que é possível não cair numa visão de total negatividade da “tecnologia”, ainda mais nas condições atuais, onde ao mesmo tempo que a tecnologia é amplamente mistificada e fundamental para uma sociedade tão globalizada, é também cada vez mais privatizada e por seguinte excludente e destrutiva. Não poderia ser diferente, pois se trata de uma sociedade capitalista, e a gênese do capital é excludente e destrutivo.

Frigotto (2009, p. 377) recorre ao filósofo Álvaro Vieira Pinto (2005), para explicar os quatro sentidos mais usados do termo “tecnologia”, onde o primeiro e mais comum é o sentido etimológico, ou seja, a tecnologia “como o ‘logos’ ou tratado de técnicas”. Cabe dentro desta definição, “a teoria, a ciência, a discussão da técnica, abrangidas nesta última acepção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e,

generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa” (Pintos, 2005, p. 2219 *apud* Frigoto, 2009, p. 378). O segundo, é conhecido no senso comum como, técnica ou *know-how*, ou seja, - “saber como” - que inclui o conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por uma empresa ou pessoas e que por isso tem vantagens competitivas sobre os demais. O terceiro sentido do termo “tecnologia” diz respeito ao conjunto de técnicas que uma determinada sociedade possui. Esta acepção da “tecnologia” está relacionada ao grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade. E por fim, o quarto sentido, que está bem ligado ao terceiro, e que trata da “tecnologia” como “ideologia da técnica”.

Tomando a ‘tecnologia’ como uma relação prática social e tendo como horizonte que até o presente, como assinalava Marx em sua obra, a humanidade vive sua pré-história humana marcada pela desigualdade de classes, impõe-se uma dupla superação: o fetiche do determinismo tecnológico e da pura negatividade da ‘tecnologia’ sob o capitalismo (FRIGOTTO, 2009. p. 379).

Frigotto (2009), apoiado em Paris (2002), chama a atenção para o “fetiche do determinismo tecnológico” na atualidade, onde a “manipulação ideológica do avanço tecnológico” tenta mostrar o conceito de um mundo onde os maiores problemas podem ser resolvidos ao apertarmos os botões das mais diversas e modernas máquinas, enfim, é a ideia, falsa ideia, da superação da sociedade de classe, a pesar do capital.

Esta manipulação ideológica, por outro lado, passa a ideia que o desenvolvimento dos países dependentes e subdesenvolvidos é mera questão e comprar dos países centrais a ‘tecnologia’ produzida ou desenvolver capital humano (LANDES; ALTVARTER; ARRIGHI *apud* FRIGOTTO, 2009, p. 379).

A tecnologia, assim como todo que é ‘coisa’, são frutos da atividade humana, que, portanto, durante o processo histórico podem assumir-se com um sentido de alienação e exploração ou emancipação no campo das relações sociais, isso define o quanto cuidadoso se deve ser ao analisar a ‘tecnologia’ para não cometer o risco de cair, nem no viés do fetiche do determinismo tecnológico, nem na total negatividade da ‘tecnologia’, pois há que se considerar que a ‘tecnologia’ é “dominantemente decidida, produzida e apropriada” sob a lógica da propriedade privada, bem como da reprodução do capital. Isso é a mais clara demonstração de que o capitalismo só pode ser superado através da

luta de classes, “partido da identificação e exploração, no plano histórico, de suas insanáveis e cada vez mais profundas contradições” (FRIGOTTO, 2009, p. 381).

O surgimento do termo “tecnologia social” e o seu uso atualmente, recorre-se de diversas compreensões, mesmo reconhecendo que todas possuem, conceitualmente, pontos convergentes, apesar de reconhecer que seu emprego é diferente, a depender, da atuação política de cada entidade, órgão ou mesmo autores que a conceituam.

Quanto ao surgimento do termo “tecnologia social”, para Dagnino *et al* (2012), tem base no Movimento de Tecnologias Apropriadas (TA) surgido na Índia no final do século XIX, quando o desenvolvimento das tecnologias tradicionais nas aldeias, voltava-se para a luta contra o domínio Britânico, tal acontecimento tinha em Gandhi a sua liderança principal e quem se dedicava a criação de programas que visassem

À popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que a perpetuava na Índia. Isso despertou a consciência política de milhões de habitantes das vilas daquele país sobre a necessidade da autodeterminação do povo e da renovação da indústria nativa hindu, o que pode ser avaliado pela significativa frase por ele cunhada: “Produção pelas massas, não produção em massa (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2012, p.05)

Para Amílcar Herrera *apud* Dagnino *et al* (2012), apesar de Gandhi nunca ter utilizado o termo tecnologia apropriada, sua doutrina social refletia claramente este conceito.

O conceito de desenvolvimento de Gandhi incluía uma política científica e tecnológica explícita, que era essencial para sua implementação. A insistência de Gandhi na proteção dos artesanatos das aldeias não significava uma conservação estática das tecnologias tradicionais. Ao contrário, implicava o melhoramento das técnicas locais, a adaptação da tecnologia moderna ao meio ambiente e às condições da Índia, e o fomento da pesquisa científica e tecnológica, para identificar e resolver os problemas importantes imediatos. Seu objetivo final era a transformação da sociedade hindu, através de um processo de crescimento orgânico, feito a partir de dentro, e não através de uma imposição externa (HERRERA, Amílcar. 1983, p. 10-11 *apud* DAGNINO *et al* 2012. p. 06)

As ideias de Gandhi influenciaram Schumacher, economista alemão que ficou conhecido por ter denominado de ‘Tecnologia Intermediária’ aquela “tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada para os países pobres”. À Schumacher é também atribuído a responsabilidade de ter introduzindo o termo ‘Tecnologia Apropriada’ no Ocidente (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2012, p. 06).

O Movimento das Tecnologias Apropriadas, perde força na década de 80, no entanto logo, é de alguma forma retomado, através do advento das então denominadas Tecnologias Sociais.

De acordo com Coelho (2011) o nascimento da Tecnologia Apropriada e seus desdobramentos sociopolíticos “se configurou apenas como uma estratégia de sobrevivência, e não como um movimento contra-hegemônico. No entanto, trilhou caminhos para a emergência da Tecnologia Social (TS) como alternativa sustentável” (p. 46), que, portanto, passou a completar as lacunas deixadas vazias pela TA.

De acordo com a Fundação Banco do Brasil (FBB), “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”, ainda de acordo com a ONG ligada ao Banco do Brasil, este é um conceito que esta relacionando com “uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação”, e que a mesma se “baseia na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras”, ou seja, o resultando esperando é alcançar o poder inovador das tecnologias (FBB, 2016).

Esta concepção, mesmo que relacionada com a ‘tecnologia social’, não parece dialogar com o que traz Frigotto (2009), quando reflete sobre a manipulação ideológica, mesmo que este estivesse tratando da ‘tecnologia’ e seus avanços, crítica ao fato de se achar que todos os problemas podem ser resolvidos “apertando botões” ou manejando “objetos de apoio” o que vai de encontro com o conceito da FBB para tecnologia social, quando atribui a ela a solucionar os mais diversos problemas como os relacionados com

a “alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras” e até “efetivas soluções de transformação social”, sem considerar que, mesmo sendo extremamente importante a disseminação destas tecnologias, elas se dão no seio de uma sociedade capitalista e que a transformação social só será possível através das lutas de classes e superação do capitalismo.

Na política de financiamento de projetos e patrocínios, a FBB entende que as “Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala” e no bojo das suas explicações traz o exemplo das “cisternas de placas pré-moldadas” como um bom exemplo de Tecnologia Social, por ela está relacionada com a “participação coletiva na sua construção, autofinanciamento por meio de fundos rotativos solidários e atenua os problemas de acesso à água de boa qualidade à população do semi-árido” (FBB, 2016).

No estado do Minas Gerais, foi instituída em 10 de agosto de 2012, a Lei Nº 20377, que institui a Política Estadual de Fomento à Tecnologia Social, no âmbito desta Lei, estabelece-se como tecnologia social.

O desenvolvimento, por meio de processos de mobilização comunitária, de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis que: apresentem efetivas soluções para problemas sociais concretos; proporcionem a participação da comunidade e a apropriação do conhecimento por parte dos atores envolvidos; utilizem o planejamento e a aplicação do conhecimento de forma sistematizada, gerando aprendizagens que sirvam de referência para novas experiências; atendam aos critérios de simplicidade e de economicidade; e visem à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Para Almeida (2010), convencionalmente o termo Tecnologia Social, fundamenta-se no contrário às tecnologias convencionais e em sua avaliação, de quais seriam as contribuições da Universidade para com a TS, avalia que

A universidade que se presta, por meio da Extensão e da Pesquisa, a desenvolver Tecnologias Sociais necessariamente necessita despir-se

da tradição do modelo tecnológico moderno que produziu a tecnologia convencional ou pelo menos realizar as adequações necessárias para a nova realidade, especialmente dos empreendimentos populares, o que foi chamada pelo professor Dagnino (2004) de adequação sociotécnica. A TS contrapõe-se ao modelo que valoriza a liberação de mão-de-obra, utiliza insumos externos em demasia, degrada o meio ambiente, não valoriza o potencial e a cultura locais e gera dependência, características constituintes da Tecnologia Convencional. (ALMEIDA, 2010. p. 13).

Para Frigotto (2009), o principal embate deve ser para a superação da propriedade, que se apropria dos meios e instrumentos de produção e de vida, através do capital.

Para Leonel (2014), o termo tecnologia social é empregado no contexto das atividades agrícolas quando processos de experimentação e de inovação tecnológica e social são inventados e reinventados pelos próprios camponeses, tornando-se uma alternativa de convivência com o semiárido. Para a autora, a tecnologia social, traz no seu processo de construção e adequação, a valorização dos saberes e da cultura local.

Leonel (2014) traz na sua abordagem o quintal produtivo como uma tecnologia social que se fundamenta “na perspectiva do olhar sistêmico”, onde o quintal é envolto por um agroecossistema, que ela define como sendo complexo de interações entre seus componentes, por envolver o cultivo diversificado de pomares, hortas, plantas medicinais, *flores* (grifos meus) água e pequenos animais se tornando um local de produção agroecológica nos arredores de casa, ou seja, *nos terreiros, principalmente o que se localiza do lado da cozinha, aquele que quando não está cultivado é chamado de munturo*¹² (grifos meus).

Para o Instituto de Tecnologia Social (ITS) as TS são definidas como sendo o “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a

¹² Munturo é como é chamado os arredores das casas, principalmente aquele que está do lado da cozinha e não é cultivado. O munturo é sinônimo de sujeira, de lixo, de entulho, de monte de algo sem “utilidade” ou mesmo que não está sendo utilizado, como é o caso das folhas, dos restos de madeira e gravetos das árvores que se utilizado servem para cobertura e adubação da terra. Expressão que lembro de ouvi-la desde criança quando ainda brincava pelos munturos e quintais das casas da Serra da Umburatinha nos Sertões dos Inhamuns.

inclusão social e melhoria de condições de vida” (ITS, 2004, p. 130 *apud* Chaves *et al*, 2012, p. 08).

A definição da Rede de Tecnologia Social (RTS) é de que a TS “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (CHAVES, *et al* 2012, p. 08).

Assim sendo, as tecnologias sociais são entendidas nesta pesquisa como processos, técnicas e metodologias inventadas e/ou reinventadas pelos camponeses para possibilitar sua permanência no campo, convivência como semiárido e fortalecer a luta pela superação da sociedade de classes.

3.4 SAÚDE E UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DO CAMPO

O termo saúde em português é uma palavra que derivou de *salude*, vocábulo do século XIII (1204), já no espanhol ela deriva de *salud* (século XI), no italiano *salute*, que vem do *salus* (*salutis*) que tem o significado de salvação, conservação da vida, cura e bem-estar. A origem da palavra *santé*, na língua francesa no XI, está ancorada em *sanitas* (*sanitais*), no latim *sanus*, que significa “são, os que estão com saúde, aproximando-se mais da concepção grega de ‘higiêne’, ligada a deusa *Hygea* (LUZ, 2009, p. 353).

No geral, o termo saúde tem em sua origem idiomática, a designação de uma afirmativa positiva da vida, ao mesmo tempo em que esta afirmativa está relacionada com um modo de existência harmônica, não cabendo dentro deste contexto o universo da morte. E a partir desta sinopse, é válido afirmar que “saúde’ é, em sua origem etimológica, um ‘estado positivo de viver’, aplicável a todos os seres vivos e com mais especificidade à espécie humana” (LUZ, 2009, p. 353).

Para os romanos e gregos, o estado de saúde, em se tratando dos seres humanos, significava “um conjunto de práticas e hábitos harmoniosos”, o que abarcava todas as áreas da existência, como: comer, beber, vestir, hábitos sexuais e morais, políticos e religiosos. Implicaria ainda em “virtudes específicas ligadas a todas essas esferas, e também em vícios, que poderia degradar o estado de harmonia, ensejando o adoecimento e, no limite, a morte” (LUZ, 2009, p. 354).

A virtude capital ligada à 'saúde' seria a prudência, que não era certamente, como na cultura contemporânea, um vigilante cuidados ligado ao medo de adoecer, mas um agir equilibrados, com um 'caminho do meio' que evitaria os extremos, nocivos ao equilíbrio e, conseqüentemente, ao estado de 'saúde' do indivíduo, dos grupos e da sociedade, entre os quais não havia separação característica da sociedade moderna. Em suma, o importante a salientar é que 'saúde', mais que estado 'natural' é uma definição construída social e culturalmente (LUZ, 2009, p. 353).

O texto “enfoque ecossistêmico de saúde: uma estratégia transdisciplinar” de GOMES e MINAYO (2006), que tem como centro de sua discussão o “enfoque ecossistêmico de saúde”, traz uma síntese histórica das abordagens dos séculos XVIII e XIX em torno de teorias dos miasmas e ações higienistas e seguida “enfoca o movimento da medicina social do século XIX e início do século XX, colocando no centro da agenda da saúde as condições gerais de produção e de reprodução”.

A preocupação com os efeitos na saúde provocados pelas condições ambientais esteve presente desde a Antiguidade. Já no tratado *Ares, Águas e Lugares*, de Hipócrates, informa-se o médico sobre a influência da relação entre ambiente e a saúde, particularmente do clima, da topografia, da qualidade da água e, inclusive da organização política. (GOMEZ; MINAYO, 2006, p.02)

É a partir dos séculos XVIII e XIX, com o processo de industrialização e urbanização, que os problemas ambientais começam a ser associados à saúde e as condições de vida e de trabalho, no entanto as intervenções sanitárias fundamentavam-se na teoria dos miasmas, ou seja, as doenças originavam-se dos odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação nos solos e lençóis freáticos contaminados, sendo assim, neste momento a ação do estado era voltada para a higiene – eliminação de resíduos, tão ação acontecia, principalmente, nos centros urbanos e em determinados espaços populacionais.

A partir do século XVIII, há uma mudança de foco, e aí, o surgimento da medicina social, que partiu do entendimento de saúde como resultante de condições de vida e ambientais.

O conjunto de doutrinas políticas e econômicas do Estado Moderno vai tomar o trabalho como elemento central de preocupação dos governos, influenciando diretamente a administração da saúde pública. Da necessidade de manutenção do poder dos Estados Nacionais surgem os registros de estado, e entre eles, a estatística médica. Neste contexto, a medicina passa a considerar os aspectos econômicos, sociais e culturais envolvidos na saúde/doença da população. Segundo Foucault (1982b), é possível distinguir três etapas na formação da medicina social: a medicina de Estado, surgida na Alemanha do século XVIII com a organização de um sistema de observação da morbidade, com a normalização do saber e práticas médicas, a subordinação dos médicos à uma administração central e a integração de vários médicos em uma organização médica estatal; a medicina urbana, com seus métodos de vigilância e hospitalização, por sua vez, não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena. Surgida na França, a higiene urbana tinha como preocupação central a análise das regiões de amontoamento que significassem ameaça à saúde humana, como os cemitérios e os matadouros, propondo sua 're-localização' e o controle da circulação do ar e da água. Era a medicalização das cidades; por fim, com o desenvolvimento do proletariado industrial na Inglaterra, a medicina inglesa começa a tornar-se social através da 'lei dos pobres'. Caracterizada pela assistência e controle autoritário dos pobres, a implantação de um cordão sanitário que impunha o controle do corpo da classe trabalhadora por meio da vacinação, do registro de doenças e do controle dos lugares insalubres visava torná-la mais apta ao trabalho e menos perigosa para as classes ricas (FOUCAULT, 1982b *apud* BATISTELA, p. 40).

Sendo a saúde resultado de condições de vida e ambiente, é a partir da medicina social que o processo de medicalização passa a dar espaço a ações de mobilização política e social na busca da superação da maioria das doenças. As raízes do pensamento da medicina social, encontra-se, atualmente, presentes em muitas ideias da saúde coletiva. (GOMEZ; MINAYO, 2006).

Este movimento, passou por uma forte decadência no final nas últimas décadas do século XIX até metade do século XX, por conta da teoria bacteriana, que acabou

permitindo que se desprezasse os “fatores ecológicos e sociais próprios do pensamento da medicinal social” (GOMEZ; MINAYO, 2006).

No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial o pensamento social, volta a ter força e começa a fazer parte das agendas políticas e planos de gestão dos governos.

O movimento de Promoção da Saúde teve início no Canadá, na década de 1970, quando o Ministro da Saúde canadense Marc Lalonde estimulou a identificação e análise das principais causas determinantes da morbidade e mortalidade no país e como tais causas influenciavam a saúde da população. O ideário de Promoção da Saúde, compreendido por Pelicioni (2005) como um novo paradigma da Saúde Pública, é percebido como um processo orientado por uma visão de saúde que considera as diversas causas binômio saúde-doença a partir de valores éticos de democratização, estímulo à participação popular, à equidade, as práticas intersetoriais e à promoção da sustentabilidade. (AZEVEDO; PELICIONI, 2011, p. 716).

No contexto da Promoção da Saúde, a saúde é resultado dos fatores ambiental, físico, social, político, econômico e cultura, conexo com a qualidade de vida. O campo da Promoção da Saúde parte de uma “ampla concepção do processo saúde-doença” e dos fatores determinantes, bem como sugere a “articulação de saberes técnico e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução” (GOMEZ; MINAYO, 2006).

Para alguns autores, Azevedo e Pelicioni (2011) a Promoção da saúde pode ser classificada em cinco grupos, que reúne diversas e diferentes ações dentro deste campo:

Biomédicas – caracterizadas por uma definição de saúde como ausência de doença e centradas na cura e reabilitação; comportamentais: voltadas aos estímulos de vida individuais; educacionais: também voltada aos estímulos de vida, porém na perspectiva do empowerment individual; o empowerment coletivo associado ao desenvolvimento comunitário local, baseado no estímulo a participação social de todos os envolvidos no problema; para a transformação social: centrada no conceito de democracia participativa, ou seja a construção participativa de políticas

públicas saudáveis, orientadas pelo o princípio da equidade, que orienta para a mudança das relações de poder e ações sobre os determinantes sociais da saúde (AZEVEDO; PELICIONI, 2011. p. 716)

Em se tratando de Brasil,

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à saúde como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização, a regionalização e a participação da população como os princípios e diretrizes legais do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei Orgânica da Saúde (leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) regulamenta estes princípios, reafirmando a saúde como direito universal e fundamental do ser humano (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2003, p. 14).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde definiu como conceito ampliado de saúde, que “saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2003).

Essa definição envolve reconhecer o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida. O conceito de cidadania que a Constituição assegura deve ser traduzido nas condições de vida da população. Entretanto, é histórica e estrutural no Brasil a divergência entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano e social (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2003, p 14).

Ao se tratar de saúde, do contexto geral da saúde, e por pesquisa está relacionada com a vida de trabalhadores camponeses e no âmbito de um movimento social, também camponês, é fundamental entender a construção da saúde no campo.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), também, representa o marco político de construção da Reforma Sanitária Brasileira, pois forneceu as bases para as definições da Constituição de 1988, e em seu relatório, a saúde é definida como um direito de todos e dever do Estado e afirma a necessidade de se criar um sistema único de saúde, bem como estabelece os princípios e diretrizes para esse sistema, assim, é que foi criado o conceito ampliado de saúde. Isso significou também extraordinária conquista do movimento sanitário brasileiro, quando estabeleceu a “noção de saúde como produção social. Porém, “o acesso e a posse da terra” não está incluído no conceito de saúde reconhecido pelo Estado brasileiro, pelo menos não da forma explícita como constava no relatório da VIII CNS” (CANEIRO; BÚRIGO; DIAS; 2012, p. 694).

A mudança no relatório da 8ª CNS, quanto ao acesso à terra, certamente, explicita as barreiras e amarras “impostas pelos grandes proprietários de terras na construção de uma política de saúde para o campo” (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012).

Pois a concentração de terras é causa estrutural da desigualdade social no Brasil, tendo, portanto, grande impacto na saúde das populações do campo e da cidade. Em todas as CNS realizadas após a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), da IX a XIII, nas quais a participação da sociedade é garantida enquanto princípio do sistema de saúde, as questões de saúde no campo sempre aparecem de forma detalhada em várias propostas, reforçando a necessidade da implementação de medidas para garantir o acesso dessas populações às ações e aos serviços de saúde (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 695)

Ainda no contexto do campo brasileiro, o processo de modernização que tem como característica a concentração de terras, a expansão de monocultivos, o uso intensivo de equipamentos e modelo produtivo químico-dependente de Agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, tem afetado o modo de vida dos trabalhadores do campo, de modo que tem gerado um processo de “desterritorialização do Campesinato, de insegurança alimentar e de contaminação ambiental e humana”, além da modificação das relações de trabalho. Estas mudanças têm gerado um contexto em que emergem novas necessidades, com graves repercussões na saúde (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 691).

Os resultados dos diversos estudos sobre as condições de saúde desses grupos evidenciam um perfil mais precário quando comparadas às da população urbana. No campo, ainda existem importantes limitações de acesso e qualidade nos serviços de saúde, bem como uma situação deficiente de saneamento ambiental (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 691).

A política agrícola brasileira tendo como direcionamento a exportação ao invés de priorizar a agricultura camponesa, provocou expressivas migrações do campo para as cidades e isso determinou “alterações nos padrões de adoecimento e mortalidade da população do país” (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012)

A partir da década de 1960, intensificam-se as transformações no meio rural, que repercutem negativamente nas condições de vida e na saúde dos trabalhadores do campo. Essas transformações foram se processando no nível da produção em si e também no âmbito das relações patrão–empregado (CARNEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 694).

Na última década, alguns fatores contribuíram para o aprofundamento “da crise ecológica da agricultura” brasileira, dentre eles, a liberação da venda dos Transgênicos e o consumo descontrolado do uso de agrotóxicos (o que coloca o Brasil, desde 2008, como o país que mais utilização agrotóxicos no mundo) e os “impactos socioambientais desse modelo de agricultura têm se agravado e se concentram justamente nas populações que vivem em piores condições de moradia, saneamento, renda, acesso a serviços de saúde e educação” (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 694).

Quanto as políticas de saúde para o campo no Brasil, estas estiveram, especialmente, “associadas aos interesses econômicos ligados à garantia de mão de obra sadia para a exploração dos recursos naturais” (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 694).

Em 2003 o Ministério da Saúde criou o Grupo da Terra e em agosto de 2008 a proposta de Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

(PNSIPCF) foi apresentada e aprovada por unanimidade, no Conselho Nacional de Saúde, no entanto a mesma só foi instituída em 2 de dezembro de 2011, através da portaria nº 2.866.

O texto da política reconhece a necessidade de superação do modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico na busca de relações homem-natureza responsáveis e promotoras da saúde e a extensão de ações e serviços de saúde que atendam as populações, respeitando suas especificidades. Para isso, assume a “transversalidade como estratégia política e a intersetorialidade como prática de gestão, norteadoras da execução das ações e serviços de saúde voltados às populações do campo e da floresta” (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 696).

Um dos principais avanços na saúde do campo foi a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) para essas populações, em especial para os assentamentos da Reforma Agrária e de remanescentes de quilombos, isso graças ao Grupo da Terra e a pressão dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que esta expansão é avaliada como um avanço, é válido ressaltar que os mesmos precisam estar articulados com a efetiva incorporação da PNSIPCF ao SUS, para que não caia numa “política direcionada por tecnocratas e profundamente influenciada pela racionalidade biomédica, planejada para os espaços urbanos, portanto, como políticas de saúde para o campo e não do campo” (CANEIRO, BÚRIGO E DIAS, 2012, p. 696).

Diferente da educação do campo, o termo saúde do campo ainda não é totalmente conceituado e utilizado para indicar um processo de saúde que vá além o processo de medicalização dos camponeses, no entanto no âmbito dos movimentos camponeses, apesar da ausência de algumas sistematizações, muito têm se construído no sentido, tanto da formação do conceito, quanto dos processos que proporcionam uma saúde do campo.

Sendo produto de sua própria história, a qual se relaciona diretamente com os processos de saúde, adoecimento e morte a população do campo sempre precisou organizar estratégias de enfrentamento às adversidades. Embora não sistematizado de forma organizada, existe uma produção de conhecimento relacionada ao cuidado de saúde destas populações, que utilizava a sabedoria popular e o cuidado com a natureza, como forma de reagir aos processos de adoecimento e morte

decorrentes das situações de vida que enfrentavam (MATIELO, 2009. p. 54).

No contexto do MST, sempre existiu, desde que o movimento surgiu, a demanda por atendimento à saúde e já nas primeiras ocupações e acampamentos, eram organizadas equipes de saúde que buscavam responder às demandas imediatas, no entanto, foi a partir do final dos anos 1990 que se organizou o Setor de Saúde, pois as demandas específicas exigiam uma organização maior deste coletivo Caldart (2007).

A primeira Oficina Nacional do Setor de Saúde do MST aconteceu em 1998 em Brasília, onde reuniu 23 Estados. Nesta oficina foram definidos os princípios que devem ser considerados na luta pela saúde e direitos para que seja possível uma vida digna Matielo (2009). Os princípios definidos naquela oficina são:

1. Lutas pela valorização da vida;
2. Acesso ao conhecimento e a informação;
3. Saúde como dever do Estado;
4. Atenção integral à saúde;
5. Prioridade a promoção e prevenção;
6. Respeito às diferenças culturais;
7. Fortalecimento das práticas não convencionais; e
8. Saúde como uma conquista de luta popular.

Apesar de até este momento as discussões e elaborações apresentarem um conceito ampliado de saúde, ligado à sua determinação social, ao relacionar saúde com Reforma Agrária, o foco ainda era voltado para a doença Matielo (2009). Para Da Ros *apud* Caldart, isso tem uma explicação:

Esta concepção enraizou-se no Brasil a partir dos governos militares impostos a partir de 1964. Concepção cuja origem situa-se nos Estados Unidos, em princípios do século XX. No Brasil, a resistência e a construção de outros referenciais articularam-se no mesmo contexto de

reabertura política, especialmente a partir da metade dos anos 70. “Este novo pensamento, em oposição ao complexo médico-industrial, pode ser simbolizado pelo chamado Movimento pela Reforma Sanitária ou simplesmente Movimento Sanitário”. Importante registro, pois este Movimento será uma das fontes em que o Setor de Saúde do MST irá se alimentar (CALDART, 2007, p. 131).

Em 2000, aconteceu no Instituto Cajamar, São Paulo, a I Oficina de Produção de Materiais Educativos do Setor de Saúde, onde reuniu 21 estados, considerada hoje o marco da mudança de foco do MST em relação a sua concepção de saúde. “O encontro exigiu dos participantes a construção de um material educativo que expressasse em linhas gerais a concepção do MST sobre saúde” e a partir das discussões foi percebível que as ações até aquele momento desenvolvidas pelo movimento não eram suficientes para responder as demandas dos assentamentos e acampamentos. O resultado desta oficina foi a produção do texto Construindo o Conceito de Saúde do MST (Caldart, pg 132. 2007), que pontuou questões amplas “como o direito à saúde, as relações entre educação e saúde, o foco numa vida saudável, e em como mantê-la vinculada a um processo de transformação social, de acordo com os objetivos do próprio movimento” (MATIELO, p. 55. 2009).

A mudança de foco fez com que suas ocupações abrangessem as várias dimensões da vida de uma família acampada e assentada. Essa mudança diz respeito a deixar de olhar exclusivamente para o indivíduo (“doente”) e passar a compreender as relações e o cotidiano da vida comunitária e, nesse espaço, promover ações de saúde libertadoras (aqui se percebe a importância da educação). Libertadoras quer dizer relacionadas ao desenvolvimento de ações que coloquem as pessoas como sujeitos conscientes da melhoria de suas condições de vida. Dito de outro modo, vincular a ação na área da saúde à compreensão (reflexão) dos diversos fenômenos que a envolvem. Exemplificando, uma resposta à desnutrição seria oferecer a multimistura. Momentaneamente o problema estaria resolvido. No entanto, o problema subsistiria posteriormente porque não se atacou sua raiz, que seria, dentre outras, a profunda desigualdade social e o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, que proporciona e reproduz a miséria e a carência de condições dignas de existência. No entanto, não se nega a importância da multimistura na resolução das necessidades mais imediatas. O que se busca são as soluções de raiz, que mexem com os motivos dessas necessidades (CALDART, 2009, p. 133).

Saúde do Campo é um conceito ainda em construção e sendo forjado a partir da realidade de luta dos camponeses e esta pesquisa não tem a intenção de definir o que é saúde do campo, no entanto, existem definições importantes elaboradas no contexto dos movimentos sociais camponeses, como as do coletivo de saúde do MST, sendo assim, adota-se no âmbito deste trabalho estas concepções como elaborações importantes na construção do conceito de saúde do campo.

Neste sentido, para o MST (2000), a liberdade e o respeito aos direitos definem uma sociedade com saúde, bem como, a distribuição igual da renda e das riquezas, o direito e acesso à terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, cultura, comunicação, energia elétrica, dentre outros. Uma sociedade saudável é aquela onde há justiça, igualdade, participação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta para a garantia dos seus direitos. “É por isso que, para falar de saúde, precisamos falar de como a gente vive, como moramos, comemos, trabalhamos. Precisamos dar uma olhada e ver como está nossa vida, no dia-a-dia na luta pela sobrevivência” (MST, 2000, p. 13).

Ter saúde é sentir-se bem fisicamente, cabeça tranquila e viver em um ambiente familiar onde há respeito e carinho, é viver em uma sociedade que respeita a natureza, ou seja, onde o solo e as matas não são destruídos, nem a água e o ar poluídos. Numa sociedade com saúde, há igualdade e justiça, “não existe fome, desemprego, gente sem terra, sem casa sem lazer, sem segurança, sem direito a ser atendido com respeito nos hospitais e postos de saúde” (MST, 2000. p. 13).

É com este conceito de saúde que esta pesquisa se identifica, considerando que existe uma realidade camponesa a ser considerada no contexto da saúde, que assim como a educação do campo a saúde do campo deve caracterizar-se como um movimento constituído pelos sujeitos sociais que formam as realidades camponesas, e que, aspiram vincular o processo de vida no campo com os pressupostos da saúde.

3.5 HABITAÇÃO SAUDÁVEL

A saúde está intrinsecamente ligada ao modo de vida que as pessoas levam, bem como da sua relação com o meio ambiente. Isso nos quer dizer que a saúde não está ligada somente a determinantes biológicos e genéticos, mas também a dimensão social. A habitação traduz-se como um dos primeiros e mais vulneráveis espaços de promoção da saúde (COHEN *et al.*, 2007, p. 197). E a estratégia da habitação saudável como lócus de intervenção pode contribuir para a promoção da saúde ambiental e da qualidade de vida, mas para isso dois campos de ação necessitam ser trabalhados: a criação de ambientes favoráveis à saúde e a implementação de políticas públicas saudáveis.

Para Nogueira (2015), atualmente a palavra habitação está relacionada com moradia, quer dizer, com o local onde determinada pessoa mora, ressaltando que seu significado também é estendido até as áreas de jardins e quintal, sempre nos limites de um determinado terreno, na maioria das vezes, guardado por muro ou cerca.

A habitação como construção sociocultural muda ao longo do processo histórico. Ainda de acordo com Nogueira (2015), nos séculos XV e XVI, na Europa, o termo habitação tinha outro significado, e para melhor compreensão deste período histórico, ele explica:

O sentido original de habitação relacionava-se não apenas com a casa onde alguém mora, mas também com a terra ou o território onde viviam uma ou mais famílias de camponeses. Esse sentido da palavra habitação – que privilegia o aspecto territorial – fez-se presente na definição dada para o termo *habitation* pelo dicionário de 1835 da Academia Francesa: “habitação significa, ademais, a porção de terra que um particular cultiva e faz valorizar numa colônia” (NOGUEIRA, 2015, p.77).

Neste período, pré-moderno, a habitação compreendia o ato de viver em um determinado lugar onde não estava localizada só a morada, mas naquele espaço também se encontrava o campo de cultivo e de caça, desta forma o trabalho não se separava do modo de “habitar e usufruir do território a que se tinha livre acesso, inclusive porque muitas terras eram de uso comum para a caça e extração de lenha, denominadas “commons” na Inglaterra” (NOGUEIRA, 2015, p.77).

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que “por toda parte enchiam inutilmente os solares” conforme observa acertadamente Sir James Steuart. [...] o grande senhor feudal criou um proletariado incompativelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais (MARX, Karl. 1890, p. 833).

É a partir deste contexto, descrito por Marx, que Nogueira (2015), nos faz refletir que a destruição do modo de habitação territorial tem relação com o surgimento do mercado capitalista de trabalho, pois os camponeses a partir do momento que eram expulsos de suas terras, expropriados das condições básicas de sociabilidade e sobrevivência, iam para as cidades oferecer a única coisa que lhes restavam como meio de sobrevivência, a sua força de trabalho e é neste momento que o sentido de habitação foi se restringindo até chegar ao ponto de ser identificada como a casa.

Marx, no capítulo XXIV do livro I de *O Capital*, descreve o processo de expropriação das terras após o fim do modo de produção feudal, o que levou ao fim a habitação territorial camponesa a que se refere Nogueira (Marx *apud* Nogueira, 2015), em sua análise do que ele chamou de acumulação primitiva e a caracterizou como sendo a fase embrionária do capitalismo.

Neste relato minucioso dos acontecimentos históricos daquele período, 1489, Marx descreve leis que proibia a demolição das casas dos camponeses – as que fossem vinculadas a pelo menos 20 acres¹³ de terra e ele segue descrevendo estes fatos e as renovações das leis no ano 25 do reinado de Henrique VII na Inglaterra. Apesar das leis que por 150 anos restringiu a expropriação dos pequenos arrendatários e dos camponeses, os resultados eram diferentes, ou sejam as leis se mostravam ineficaz em relação ao que se propunha. Marx para explicar a ineficiência das regulações explica, e, por conseguinte aborda diretamente a extinção do modo de habitação territorial camponês.

13 Unidade de medida de área de dimensões variáveis (equivalente a aproximadamente 4.048 metros quadrados na Inglaterra e Estados Unidos)

Mas o sistema capitalista exigia, ao contrário, a subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital. Durante esse período de transição, a legislação procurou manter o lote de acres junto à choupana do trabalhador agrícola e proibiu-lhe nela abrigar inquilinos. Ainda em 1627, no reinado de Carlos I. Roger Crocker de Fontmill foi condenado por ter construído uma casa para lavrador no seu feudo sem acrescentar-lhe em carácter permanente, uma área de 4 acres; ainda no reinado de Carlos I, em 1638, foi nomeada uma comissão real encarregada de impor a aplicação das velhas leis, notadamente com relação a essa área de 4 acres, e Cromwell proibiu que se construíssem, na periferia de Londres até 4 milhas da cidade, casas que não estivessem dotadas de uma área adicional de 4 acres. Ainda na primeira metade do século XVIII ouvem-se queixas quando a choupana do trabalhador não dispõe de um terreno anexo de 1 e 2 acres. Hoje em dia, ele se considera muito feliz se sua habitação dispõe de um pequeno jardim ou horta, junto à sua habitação ou se pode arrendar um lote de terra liliputiano (MARX, 1890. p. 836).

É importante para compreender as mudanças históricas e o contexto em que se deu estas mudanças, entender a realidade atual a partir de uma realidade vivida, porém ainda presente, no que se refere a expropriação das terras e pelo que se compreende como habitação atualmente.

O censo demográfico do IBGE de 2010 aponta que em torno de 16% da população brasileira é rural, o que corresponde a 30 milhões de pessoas. Já o estudo “*Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*”, uma parceria do MDA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conclui que “o Brasil é muito mais rural do que se pensa, abrigando 37% da população”.

Um dos principais desdobramentos do trabalho é fornecer informações para que as políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial sejam adequadas às especificidades do Brasil rural contemporâneo, a partir de uma visão integrada, tendo como elemento estruturador o diálogo entre o rural e o urbano. Considerando dimensões como a geográfica, social, cultural, econômica, ambiental e administrativa, as políticas públicas poderão ser orientadas estrategicamente para melhor atender os territórios e contribuir para desenvolver suas potencialidades (MDA, 2015).

No âmbito da habitação rural, apesar da aprovação da Lei nº 11.977 de 07 e julho de 2009, que dispõe dentre outras questões, do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e que estabelece, como uma de suas estruturas, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR tendo “como finalidade subsidiar a produção de moradia aos agricultores familiares, definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e trabalhadores rurais. (Artigo com redação dada pela Lei nº 12.249, de 11/6/2010)”, o tema da habitação rural ainda se apresenta como uma questão que requer um olhar cuidadoso por parte do Estado.

O tema da habitação social no campo configura-se no Brasil como uma questão que ainda carece de reflexões e problematizações não apenas no seu aspecto teórico, mas sobretudo político. Se por um lado a habitação nos espaços urbanos tem sido pautada com mais efervescência, a habitação nos espaços do campo demanda um olhar crítico e reflexivo em busca de soluções que sejam condizentes com suas necessidades e especificidades (*PERCASSI, Jade. 2011*).

E sob este cenário, em maio de 2011, foi realizado na USP de São Carlos (*SP*) o 2º Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no campo, onde participou pesquisadores, docentes, estudantes, representantes de órgãos públicos, integrantes de movimentos sociais e trabalhadores rurais, uma demonstração de que é necessário se debruçar “sobre essas questões, sobretudo no que diz respeito à constituição e ao desenvolvimento de comunidades rurais em sua forma plena, garantida por meio da produção e de serviços básicos como saúde, educação, cultura, saneamento e habitação”

Hoje as questões que compõem o tema da habitação e do habitat no campo brasileiro continuam mais atuais do que nunca. Durante o colóquio, foram apresentadas experiências dos processos populares de luta pelo direito à moradia e pela qualidade de vida no campo e na floresta. As apresentações e debates deixaram clara a atual conjuntura

política hegemônica pela priorização do agronegócio no campo e pela construção de moradias por empreiteiras nas cidades, além da nítida diferenciação entre os recursos direcionados à produção de unidades habitacionais (o valor destinado à unidade habitacional de interesse social na cidade é de 52 mil reais, contrastando com os 15 mil para moradia rural) (PERCASSI, Jade. 2011).

Olhando para o contexto dos assentamentos rurais, ligados organicamente aos movimentos sociais, neste caso ao MST, Portes (2008), ressalta que “A casa não é apenas uma construção, ela faz parte da vida das pessoas. Uma boa casa ajuda a organizar a vida e passa a enraizar as famílias no assentamento”. Ele afirma também que a melhoria da casa “aumenta a auto-estima das famílias, que, muitas vezes, ficavam constrangidas ao receber visitas, parentes e amigos por não terem suas moradias em boas condições” Portes (2008).

Percebe-se, a partir das considerações de Portes (2008) a existência de uma preocupação em torno da habitação, podendo ser considerado como uma referência de habitação saudável, que demonstra a necessidade da técnica dialogar com as diversas dimensões, consideração no hábito da tecnologia a expressão da cultura humana, pois traz presente que além da preocupação com a construção e/ou reforma da casa, há o cuidado no desenvolvimento de medidas que melhorem os arredores desta casa, “levando em consideração os aspectos da saúde, da alimentação e do embelezamento”.

De acordo com alguns documentos do MST, percebe-se que o movimento sempre trouxe presente a preocupação com a moradia e o ambiente a ser construído nos “pós acampamento”, sendo possível visualizar que as discussões em torno das habitações começam ainda no período de “lona preta¹⁴”. Existem diferentes experiências em torno da forma de organização das habitações nos assentamentos, isso é perceptível no item “A organização da moradia” do Caderno de Cooperação Agrícola nº 10, de maio de 2001, onde orienta a discussão, com os acampados, em torno da organização das moradias do futuro assentamento e ressalta que a proposta de organização em agrovila, para algumas

¹⁴ Lona preta – corresponde ao período de acampamento; o termo lona presta faz referência as lonas que servem de teto para os barracos.

regiões, não tem sido interessante, no entanto observa que para a região Nordeste, os desafios em torno de alguns problemas que podem surgir por conta da proximidade entre as casas, têm sido superados com elaboração de regras de convivência – regimento interno do assentamento e que portanto esta forma de organização das habitações não significa um problema para a região, apesar de ressaltar que, naquele período, as experiências ainda não eram suficientes para maiores avaliações.

Nada que temos nos foi dado de presente. Tudo tivemos que conquistar, com muita luta, suor e sangue. Quem já é assentado conquistou uma vitória. A vitória sobre o latifúndio. Quem ainda está acampado tem mais esta peleja. Mas nossa luta é justa e nossa caminhada é bela. (CADERNO DO EDUCANDO, MST, 2002).

Acima a introdução do tema “embelezamento” no Caderno do Educando (2002), material de estudo do MST e que traz presente a necessidade de construir espaços saudáveis nos assentamentos, quando versa que “nossa casa, nosso assentamento ou acampamento tem que ser bonito e agradável. Precisamos viver em harmonia com a natureza. As pessoas têm que achar bonito e se sentir bem”. O caderno traz algumas orientações em torno do que denomina de “embelezamento” e dentre eles, destaca-se: a limpeza e a presença dos símbolos da nossa organização, organizar a moradia em forma de agrovila e plantar flores e árvores frutíferas e de sombra, junto as casas do assentamento como um todo.

Em um documento mais recente e amplamente discutido junto a base e militância do MST, o “Programa Agrário do MST” elaborado a parti do VI Congresso Nacional em 2014, traz como necessário para o desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas o desenvolvimento de:

Um amplo programa de construção e melhoria das moradias no campo, respeitando as especificidades da cultura camponesa em cada região, conjugando com acesso à energia de fontes alternativas, à água potável, saneamento básico, transporte e acesso as estradas trafegáveis; estimular formas de sociabilidades, com moradias dignas organizadas em

povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com as culturas regionais. (MST, 2014).

A pesar de não serem muitas e não abordarem especificamente o termo é facilmente associável as discussões que existem em torno da moradia, no âmbito do MST com os princípios da habitação saudável, pois é percebível a preocupação de não apresentar padrões habitacionais, uma vez que estas são expressões dos territórios e da própria relação dos camponeses com as técnicas.

O conceito de Habitação Saudável desenvolveu-se a partir de 1982, no Centro de Medicina Coletiva em Buffalo/Nova York, sendo, portanto, anterior ao movimento de Promoção da Saúde. Esta iniciativa resultou na criação de um Centro de Saúde na Habitação, “promulgando o conceito de higiene do meio, capacitando voluntários para apoiar a comunidade nas questões relativas à precariedade do meio” (COHEN., *et al* 2007, p.197)

Existem também outros antecedentes, que podem ser citados, como o Instituto Nacional de Higiene e Epidemiologia de Cuba, onde iniciou a “investigação sistemática da habitação, principalmente projetos típicos, abarcando a qualidade do ar interior, acústica, iluminação, microclima e ventilação, vibrações, introduzindo estudos epidemiológicos de impacto, tudo conduzido para a melhoria do desenho da habitação no nível de projetos construtivos e dentro de uma ótica intersectorial” (COHEN., *et al* 2007, p.193.)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou em 1992 um trabalho conjunto com o Centro de Medicina Coletiva de Buffalo, estabelecendo “uma comissão com o objetivo de delinear uma política de Habitação Saudável, baseada na estratégia de ambiente saudável como ferramenta de Promoção da Saúde”. Nos anos seguintes e mais especificamente em 1994 a Organização Pan-americana da Saúde identificou nas regiões das Américas alguns “atores interessados em promover ambientes saudáveis nos espaços funcionais da habitação” e em “1995, é criada a Red Interamericana de la Vivienda Saludable, uma iniciativa pan-americana integrada inicialmente por sete países e que, em 2005, já contava com a participação de dezesseis países” (COHEN., *et al* 2007, p.193).

O objetivo principal da Red Interamericana de la Vivienda Saludable vem a ser o fortalecimento das capacidades nacionais para enfrentamento das questões locais e de reforço ao movimento em torno das habitações saudáveis. Para isto, promove e incentiva a produção de documentos técnicos; a participação, investigação e ação local com as comunidades; a divulgação técnico-científica; a educação continuada agregando a educação para saúde; o intercâmbio sistemático de experiências, com lições aprendidas e melhores práticas (COHEN., *et al* 2007, p.193).

A partir de 2000, quando a Organização Mundial da Saúde, iniciou no Brasil um processo de divulgação e identificação de entidades nacionais capazes de desenvolver iniciativas de habitação saudável “a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), conjuntamente com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e com a Organização Pan-americana da Saúde (OPS), realizou a Oficina Moradia e Saúde no I Congresso Internacional de Engenharia de Saúde Pública, em Recife” e a partir desta atividade elaborou-se a Carta de Intenções, carta esta que marca a constituição da Rede Brasileira de Habitação Saudável (RBHS) (COHEN., *et al* 2007).

Outras iniciativas de Habitação Saudável ocorrem no campo da Habitação e do Urbanismo, preconizando, também, a elaboração de projetos que discutam o conceito ampliado de habitação, incluindo as dimensões sanitária, sociocultural e psíquica com adequação, integração e funcionalidade dos espaços físicos intra e peridomiciliares; utilização de tecnologia alternativa; prevenção de acidentes e desastres; criação de áreas de convívio para realização de atividades culturais, esporte e de lazer e observância do contexto físico-geográfico, socioambiental, cultural, climático. Estas iniciativas, em sua grande maioria, vinham acompanhadas de trabalho de educação ambiental. Podem ser citadas entre tantas iniciativas como: Arquitetura Ecológica; Desenho Urbano; Desenho Ambiental e Biocidades; Arquitetura Bioclimática; Arquitetura da Terra (COHEN., *et al* 2007, p.194).

Abordando a respeito da habitação saudável, como estratégia de promoção de saúde é possível considerar, portanto que ela passe pelo o empoderamento e melhoria das condições de vida das populações camponesa.

A Carta de Ottawa define a **promoção da saúde** como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo (Buss, 2000 *apud* WHO, 1986). A habitação é o espaço principal da promoção da saúde na comunidade. No processo de incremento da qualidade de vida, sobretudo em formações sociais com alta desigualdade socio sanitária é importante que sejam mostrados movimentos que concretizem, através de seus próprios fundamentos e práticas, a idéia da promoção da saúde. (COHEN et al., 2004. p. 810).

A Rede Brasileira de Habitação Saudável – GT habitação saudável e desastres, manifestou na 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental, realizada em Brasília, no período de 9 a 12 de dezembro de 2009, que:

O conceito ampliado de habitação inclui as dimensões sanitária, sociocultural, econômica e psíquica, com adequação, integração e funcionalidade dos espaços intra e peridomiciliares, além dos demais espaços de convívio. Este sistema complexo é identificado por fatores associados ao ambiente, em especial à habitação, ao trabalho, à escola, à unidade de saúde e aos espaços de lazer, entendidos como microambientes, componentes da vida social (COHEN; DIAS, 2009, p.01).

A habitação saudável na medida em que traz as reflexões da saúde nos lócus da habitação, que pode dialogar com as políticas públicas de saúde a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, a assistência técnica rural e a educação do campo possa trazer um maior empoderamento das comunidades camponesas de forma a contribuir com a promoção da saúde, tanto rural como urbana e sob este olhar. Torna-se um “instrumental de intervenção que traz, em seus pilares, estratégias para a abordagem ampliada dos

problemas de saúde e de seus determinantes, pressuposta a necessidade da mobilização social no território (COHEN; DIAS, 2009, p. 01).

3.6 SOBERANIA ALIMENTAR

Na atualidade, diante de um crescente número populacional e previsíveis aumentos deste crescimento até 2030, muito tem se falado a respeito dos alimentos e nisso os conceitos de soberania e segurança alimentar são defendidos como medidas públicas e necessárias no combate dos problemas mais trágicos da humanidade, fome, desnutrição e alimentação inferiores às necessidades básicas para a sobrevivência digna Stédile; Carvalho (2012).

De um lado destas discussões, tem a FAO defendendo a segurança alimentar e por outro os movimentos sociais, principalmente os que compõem a Via Campesina, que discutem a Soberania Alimentar.

O termo ‘Soberania Alimentar’ surgiu em 1996 no âmbito Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA) realizada pela FAO. Foi um termo que surgiu, principalmente, a partir das mulheres presentes no fórum paralelo à CMA para contrapor ao termo ‘segurança alimentar’ e assegurar que “alimento não é uma mercadoria, é um direito humano”, ao mesmo tempo em que sua distribuição passa por uma questão de soberania popular e nacional Stédile; Carvalho; (2012)

A Via Campesina, conceituou, naquele momento, o termo como sendo:

Soberania Alimentar é o direito dos povos, comunidades e países a definir suas próprias políticas sobre a agricultura, ao trabalho, a pesca, aos alimentos e a terra e que estas sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequadas às suas circunstâncias específicas. Isso inclui o direito à alimentação e à produção de seus alimentos, saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados, bem como o direito aos recursos de produção alimentar e a capacidade de sustentar a si mesmos e suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002).

A compreensão em torno da ‘Soberania Alimentar’ foi evoluindo e ganhando nova compreensão, até que em 2007, durante o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, que ocorreu em Mali, de onde saiu a Declaração de Nyéléni, foi afirmado que:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessível, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentícias, por cima das exigências dos mercados e das empresas (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

E, em 2010, na Conferência Mundial dos povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, acontecido em abril de 2010 em Cochabamba (Bolívia), foi reafirmado que

Soberania alimentar se refere ao direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo, por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos, em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a PRODUÇÃO autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo (STEDILLE; CARVALHO, 2012. p. 722)

As organizações sociais e camponesas que construíram o termo ‘Soberania Alimentar’, defendem que ele é mais que um conceito, é, pois, um princípio e uma ética, de forma que ele não nasce de uma definição acadêmica, ele emerge “de um processo coletivo de construção, um processo participativo, popular e progressivo” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 721)

Quanto ao termo ‘segurança alimentar’ para FAO, a alimentação é uma questão de segurança alimentar e a defini como sendo o “direito de todas as pessoas terem alimentos em todos os momentos e em quantidade suficiente, seguros e nutritivos para

manter uma vida saudável e ativa e que seja atendido as preferencias alimentarem das pessoas”. (FAO, 1996).

O termo ‘segurança alimentar’ surgiu na década de 1990, e durante todos estes anos ele tem sido adotado e adaptado pela maior parte dos governos e em concordância com as propostas da FAO. Esta política tem sido importante por ter se constituído como um compromisso éticos dos governos em resolver o problema da fome, porém as políticas adotadas no combate a fome têm se mostrado insuficientes para acabar com a fome e a desnutrição Stédile; Carvalho (2012)

Os dois conceitos se antagonizam no fato da soberania alimentar valorizar, além do direito ao alimento, o tipo de alimento, a produção e as relações que estão envolvidas no alimentar e no produzir. A segurança alimentar, por sua vez valoriza a disponibilidade de alimento de forma que as pessoas tenham acesso e capacidade de preferir um ou alguns dentre os disponíveis, o que passa por um viés de mercado e de produção em escala com capacidade de abastecer este mercado.

No âmbito do estado brasileiro, foi instituída a Lei Nº 11.346 em 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, visando assegurar o direito humano à alimentar adequada. No âmbito deste Lei, segurança alimentar é definida da seguinte forma:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2016).

Para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, no Brasil, houve mudanças significativas nos índices relacionados à pobreza, no entanto chama a atenção para um problema relacionado a alimentação e a saúde das pessoas.

Em lugar da desnutrição, embora ela ainda se manifeste em alguns segmentos da sociedade, ocorre o crescimento do sobrepeso, da obesidade e de doenças como diabetes e cardiovasculares. A população consome mais produtos industrializados e ultraprocessados e menos frutas e hortaliças. Dessa maneira perdem-se hábitos alimentares tradicionais, em geral mais saudáveis (FASE, 2016).

O problema para o qual a FASE chama a atenção exemplifica a questão da alimentação disponível, sem considerar as políticas que garantam alimentação e produção saudável dos alimentos, considerando a cultura local.

De acordo com Stédile e Carvalho (2012, p. 714), segurança alimentar tratar-se de uma política pública aplicada por governos dos países, partindo do princípio de que todas as pessoas têm direito à alimentação e que cabe ao Estado fornecer os recursos para que as pessoas se alimentem, os governos por sua vez, para executar esta política utilizam-se dos mais diversos mecanismos, como: “distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares, subsídios, além de programas de renda mínima e cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do Programa Bolsa Família.

Stédile e Carvalho (2012), avaliam o conceito de Soberania Alimentar, elaborado no âmbito da Via Campesina, como revelador de uma política mais ampla, que o da Segurança Alimentar, “pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessário para produzir seus próprios alimentos” (pg. 715). Para os dois, para se entender a importâncias de políticas como estas e a natureza dos seus conceitos, é fundamental, antes, compreender a natureza do problema da fome.

Um dos problemas socioeconômicos mais graves da organização da sociedade, durante toda a história da humanidade, sempre foi a fome e a desnutrição, que atingem uma parcela grande da população a milhões há anos. Algumas questões são apostadas, formalmente, como explicação para tal problema, como:

a) baixo conhecimento de técnicas de produção de alimentos; b) disputa e perda de territórios mais férteis; c) ocorrência de fenômenos naturais que destroem colheitas e fontes naturais de alimentos; d) epidemias que atingem grande parte da população e impedem a produção de alimentos; e e) ocorrência de guerras generalizadas que não apenas mobilizam os trabalhadores, mas também inutilizam áreas agricultáveis para a produção de alimentos (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 715).

Jamais, durante toda história da humanidade a fome e a desnutrição atingiu tantas pessoas como na era contemporânea, pois durante o século XX os povos conseguiram se organizar de tal forma que os principais fatores apontados como causa da fome e da desnutrição deixarão de ser suficientes para explica-los de uma forma tão significativa a ponto de atingir uma grande parte da população. Isso certamente dialoga com o que já defendia Josué de Castro, por volta de 1950 e pode ser encontrado nos pontos discutidos como causadores da fome no Brasil, no livro *Geografia da Fome*, obra de 1963, onde dentre eles encontra-se a questão fundiária do país.

Ao lado da estrutura agrária, há outros obstáculos estruturais a vencer. Não é só a infra-estrutura agrária que está superada, mais também os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. Dos monopolistas e exploradores da fome. Tudo isso tem que ser revisto. (CASTRO, 1984. p. 288).

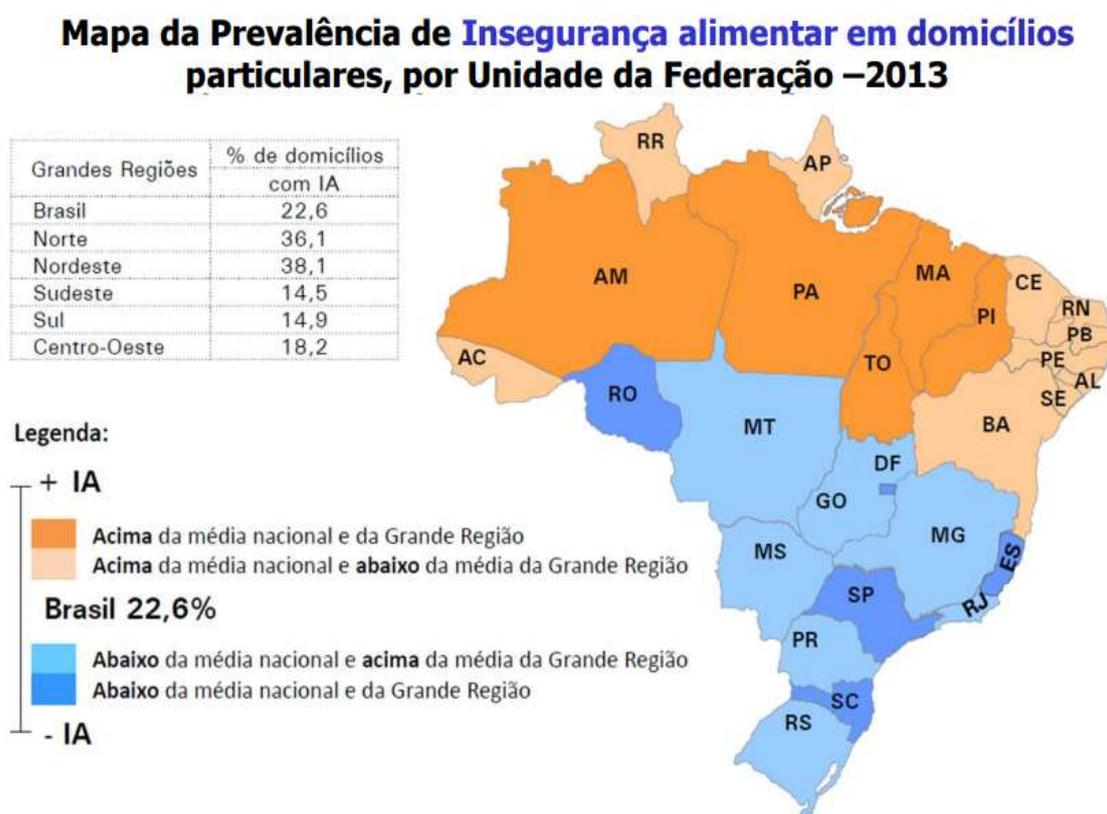
Para Josué de Castro (1984) a fome e a desnutrição não são inerentes ao ser humano, elas são consequências das relações sociais e produtivas estabelecidas em sociedade, ou seja, elas são produzidas pelo próprio ser humano.

Segundo os dados da ONU, divulgados no relatório ‘O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo’, (SOFI, 2015, na sigla em inglês), 795 milhões de pessoas e 780 milhões nas regiões em desenvolvimento sofrem de fome crônica no mundo. Apesar do

documento, trazer ao lado deste dado, alguns dados que sugerem diminuição nesta tragédia, isso é certamente uma informação que causa muita reflexão, ainda mais em tempo de tantos avanços tecnológicos.

Quanto ao Brasil, dados do IBGE, apontados na Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD/2013, demonstra que 7,2 milhões de pessoas vivem em “situação de insegurança alimentar”, que dizer, passam fome. Este dado, por mais assustador que seja, é o menor entre 2009 e 2013, tendo diminuído em 4,1 milhões entre os referidos anos.

Figura 4: Mapa da Prevalência de Insegurança alimentar em domicílios particulares por Unidades da Federação em 2013.



Fonte: IBGE, 2013

A realidade da fome é vivenciada e visualizada em maior ou menor grau nos estados brasileiros, sendo que no Norte e Nordeste esta situação sempre foi mais crítica. A ilustração seguinte demonstra esta terrível realidade.

Estes dados reforçam as teses, que dialogam entre si, de Stédile e Carvalho (2012, p. 715) e Castro (1984), de que a fome “tem suas causas no controle da produção e da distribuição dos alimentos e na renda auferida pelas pessoas”.

O direito à alimentação é um direito de todos os seres humanos, independentemente da condição social, cor da pele, etnia, local de moradia, crença religiosa, gênero ou idade. No entanto, na atual fase do capitalismo globalizado, esse direito fundamental para a sobrevivência dos seres humanos vem sendo sistematicamente violado como resultado do controle que as grandes empresas transnacionais têm sobre o mercado de alimentos, subordinando o acesso a eles às condições de lucro e da acumulação. Portanto, as pessoas só podem ter acesso aos alimentos quando têm dinheiro e renda para compra-los. Como em praticamente todas as sociedades, e mais gravemente nos países do hemisfério sul, há elevada concentração da renda, as populações pobres sofrem as consequências da falta de acesso a alimentos (STÉDILE; CARVALGO, 2012, p. 715).

De acordo com Stédile e Carvalho (2012), nunca antes em toda história da humanidade os alimentos estiveram tão concentrados e dependentes de uma mesma matriz de produção, assim também como nunca se produziu tantos alimentos ao mesmo tempo em que tantas pessoas passam fome. Tais fatos, são as mais puras demonstrações das contradições do próprio sistema capitalista.

Considerando todas relevâncias em torno dos termos ‘soberania alimentar’ e ‘segurança alimentar’, a compreensão desta pesquisa é de que ‘soberania alimentar’ compreende, também, ‘segurança alimentar’, porém é muito mais que isso, envolve o direito de decidir o que comer, produzir e distribuir de um povo, de forma sustentável e soberana.

3.7 GÊNERO, FEMINISMO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Não estamos perdidas, pelo contrário,
venceremos se não tivermos

desaprendido a aprender (Rosa
Luxemburgo)

A socióloga Ann Oakley foi a primeira a utilizar o termo “gênero” em seus trabalhos, a partir de 1970, “devido às tensões provocadas pela emergência do movimento político feminista que denunciava e refletia sobre a ‘opressão sexual’, a ‘luta entre os sexos’ e as ‘classes sexuais’” (GOMES, 2004, pg. 265), evidenciando com clareza, em 1992, a diferença entre os termos: sexo e gênero, e escreveu que “‘sexo’ é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...]. ‘Gênero’, pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em ‘masculino’ e ‘feminino’” (TILLY, 1994, p. 42).

Nos anos de 1980, Joan Scott, historiadora americana, reforçou os “estudos de gênero” quando introduziu “importantes reflexões e pressupostos teóricos que reformulavam radicalmente o conceito, agora entendido como uma categoria de análise histórica capaz de revelar diferenças sexuais e os papéis sociais a partir das significações históricas e socialmente construídas” (GOMES, 2004, pg. 265). Ao trazer esta ênfase, continua Gomes,

Scott aproximou-se da perspectiva da história cultural, que procura identificar, de que modo em diferentes lugares e momentos, a realidade social é construída, pensada e lida. Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações ou poder (GOMES, 2004, p. 265).

De acordo com Scott (1989), no texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, “as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. Assim, Nathalie Davis dizia em 1975: “Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses (SCOTT APUD GOMES, 1989, p. 03.).

Dialogando com isso, para Castilho (2006), o termo “gênero” começou a ser utilizado na década de 1980, por feministas americanas e inglesas para explicar as desigualdades existentes entre homens e mulheres que se caracterizam em discriminação, bem como, em opressão das mulheres. Neste período, as investigações em relação a condição social das mulheres já assinalavam graves desigualdades entre homens e mulheres e que tinha uma propensão a aumentar de acordo com a classe social, raça, etnia, além de outras condições de vida. Estas desigualdades compreendiam a esfera pública e privada que envolvia a vida das mulheres, de forma que na esfera pública se materializava em salários menores do que o dos homens em ocupações iguais, assim como na restrita participação política. No que diz respeito a esfera privada, as desigualdades se evidenciavam pela dupla moral sexual e na incumbência de papéis domésticos. A desigualdade que envolve o universo das mulheres era e continua se justificando “por setores conservadores religiosos, científicos e políticos, pela diferença biológica entre homens e mulheres. Muitos creem que as diferenças sociais são essenciais, naturais e inevitáveis” (CASTILHO, pg. 01. 2006).

O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. “Gênero” veio como uma categoria de análise das ciências sociais para questionar a suposta

essencialidade das diferenças dos sexos, a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis; homens são ativos, racionais e fortes. Na perspectiva de gênero, essas características são produtos de uma situação histórico-cultural e política; as diferenças são produto de uma construção social. Portanto, não existe naturalmente o gênero masculino e feminino. Gênero é uma categoria relacional do feminino e do masculino. Considera as diferenças biológicas entre os sexos, reconhece a desigualdade, mas não admite como justificativa para a violência, para a exclusão e para as desigualdades de oportunidades no trabalho, na educação e na política (CASTILHO, 2006, p. 01.).

A partir de Castilho (2006), é possível dizer que gênero é um pensamento que possibilita mudança nas relações sociais, bem como, nas relações de poder, é, pois, um instrumento para compreender as relações sociais e, especificamente, as relações sociais entre mulheres e homens. Gênero, apesar de estar relacionado com feminismo, não é sinônimo de mulher ou de feminismo. As relações de gênero, de acordo com Castilho (p. 02. 2006),

Podem ser estudadas a partir da identidade feminina e masculina. Gênero significa relações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas relações. O feminismo vai além ao mostrar que estas relações são de poder e que produzem injustiça.

O feminismo por sua vez, é um pensamento que procura analisar, discutir, criticar e denunciar as injustiças e desigualdades vivenciadas pelas mulheres, expressando-se por meio dos movimentos de mulheres que articulam a luta por direitos, igualdade, equidade e justiça. Além desta compreensão também, o feminismo pode ser entendido como “atitudes ou posicionamentos que as mulheres assumem em sua vida cotidiana questionando os papéis socialmente construídos” Rigotto; Rocha; Silva (2016). Corroborando com esta ideia, Silva e Camurça (2013) definem o feminismo como podendo ser

Tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. Hoje o feminismo é, entretanto, mais que isto. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida (SILVA E CAMURÇA, 2013, p. 11).

O feminismo também contribui para a identificação de como uma sociedade machista constrói desigualdades entre os homens e as mulheres pois, só é possível questionar e transformar uma determinada situação quando se toma consciência dela. Diante disso, o feminismo também se coloca como uma forma de ler o mundo, compreender e intervir sobre a realidade Rigotto, Rocha e Silva (2016).

Dialogando com as ideias de Rigotto; Rocha; Silva (2016) e com Silva; Camurça (2013, p. 12), as mesmas observam, de que a igualdade e a justiça almejadas a partir das lutas feministas, “não são possíveis nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista. É preciso transformá-la. Por isto dizemos que o feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação e propõe a transformação social, pois quer transformar a vida das mulheres e toda a sociedade”

E, em relação a sociedade que abriga tanto as discussões de gênero e feministas como as opressões e injustiças frutos das relações de poder e patriarcais, Araújo (2014), observa que a estrutura desenvolvida a “partir da forma como a sociedade organiza e controla a produção e reprodução da existência”, é que fundamenta as relações sociais de gênero, classe e etnia.

As sociedades patriarcais e classistas vêm expressando relações de poder que se caracterizam como desigualdade, opressão e exploração de alguns grupos sobre outros. Entretanto, a sociedade não é estática, ela está em constante movimento produzido pelas contradições inerentes à forma organização e controle das forças produtivas e seu complexo sistema de relações sociais. (ARAÚJO, 2014, p. 02).

No tocante a exploração de alguns grupos sobre outros e aqui, especificamente, tratando das relações entre homens e mulheres, onde as últimas são, cotidianamente, vitimadas seja pelos meios de comunicação difundindo um padrão de beleza a ser seguido, seja pelas desigualdades que rondam o mundo do trabalho, observados desde as duplas jornadas até a admissão de salários menores dos que os recebidos pelos homens, assumindo as mesmas funções que eles, a divisão sexual e social do trabalho é um item a ser bastante considerado neste contexto.

A luta feminista no mundo do trabalho se dá numa perspectiva de transformação nos processos de exploração de classe e de divisão sexual do trabalho. Uma grande parte desta luta é demonstrar que o mundo do trabalho inclui o trabalho doméstico e as tarefas de cuidado com as crianças, as pessoas idosas, ou com deficiência. O Estado e a sociedade em geral não reconhecem o trabalho doméstico como trabalho. Esta dimensão do trabalho, imposta socialmente a nós mulheres, e que não tem valor social, produz a dupla jornada e é razão de muito stress e adoecimentos entre as mulheres. (SILVA e CAMURÇA, 2013. p. 29).

A divisão sexual do trabalho remete a forma que a sociedade divide o trabalho dos homens e das mulheres, bem como atribui valores distintos aos dois. No atual e predominante modelo de sociedade, é comum que aos homens seja atribuído o trabalho produtivo, ou seja, aquelas atividades que geram renda, seja o trabalho assalariado, seja aquelas atividades que geram uma produção ou serviços comercializáveis. Enquanto que às mulheres, cabe o trabalho reprodutivo, que quer dizer do trabalho associado à manutenção da vida, ao trabalho doméstico, bem como, aos cuidados com a saúde e educação das crianças, idosos e adultos. (RIGOTTO; ROCHA; SILVA, 2016).

Também no contexto desta sociedade classista, “a situação das mulheres tem sofrido modificações importantes se compararmos a situação das mulheres de uma geração a outra” (MENDONÇA, 2000), uma destas modificações é o “aumento da participação das mulheres no âmbito do trabalho produtivo” (RIGOTTO; ROCHA; SILVA, 2016). No entanto, isso revela uma dimensão do trabalho onde as mulheres “acumulam tanto a responsabilidade do trabalhar fora *de casa* (grifo meu) e garantir o sustento das famílias quanto de cuidar das tarefas domésticas” (RIGOTTO; ROCHA; SILVA, 2016), sendo exatamente aí, onde nasce a dupla jornada de trabalho das mulheres.

Essas desigualdades afetam a vida das mulheres, repercutem no acesso ao trabalho, na igualdade salarial e em uma série de direitos à saúde, à participação política, à educação e nos direitos sexuais reprodutivos. Afinal, se as mulheres estão sempre sobrecarregadas de trabalho, como elas podem dar contas das outras dimensões da vida? (RIGOTTO; ROCHA; SILVA, 2016, p. 17).

No atual modelo de sociedade, esta divisão desigual que permeia o mundo do trabalho envolvendo homens e mulheres, também se amplia ao campo das decisões. Diante disso a Rede Mulher (2000), considera que a situação do homem em relação a mulher é uma situação onde “o homem é privilegiado com a autoridade, o dom de comandar, a possibilidade de tomar decisões e exercer liderança enquanto a mulher é designada uma posição dominada, de subordinação e inferioridade”, avalia também, que apesar de todas as questões já postas “a subordinação da mulher ao homem como fato social existe em todo mundo. Nos últimos anos, porém, as mulheres têm participado cada vez mais no mercado de trabalho, na política e nos movimentos sociais e com isso estão abalando os alicerces desses preconceitos e desigualdades” (REDE MULHER 2000, p. 21).

No âmbito de um dos principais movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, o MST, ressalta que “a coesão é uma condição básica na organização da luta”, sendo, portanto, considerada como fundamental para evitar o isolamento, essencialmente, das mulheres, dos jovens e das crianças, e reafirma que desta forma, “a participação das mulheres nos diferentes setores e instâncias” deste movimento é considerada como essencial e que sendo assim, “a preocupação [...] com a questão de gênero consubstanciou-se numa deliberação do 4º Encontro Nacional [...], em 1988, “priorizar a organização dos jovens e mulheres em todos os níveis dos assentamentos” (MORISSAWA, 2001, p. 211).

No primeiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, as mulheres, presentes no congresso, iniciaram as articulações para a formação da Comissão Nacional de Mulheres do MST, sendo que em março de 1986, juntamente com os demais movimentos de luta por garantia dos direitos das mulheres, conseguiu-se a garantia do

direito de as mulheres receberem “lotes na implantação dos assentamentos superando a condição de dependência em relação aos pais ou irmãos”.

Presentes em todos os setores e instâncias políticas do Movimento, elas têm sido fundamentais no desenvolvimento das ações em todos os níveis. Sua experiência nas ocupações, no enfrentamento e nas negociações, na lavoura, em suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, as cooperativas, no jornal e nas secretarias [...], resultou na criação *de* (grifo meu) um espaço de debate permanente a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões (MORISSAWA, 2001, p. 212).

Para Mafort (2014), foi a participação das mulheres no movimento que possibilitou a “organização de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. O conjunto do Movimento foi provocado a se envolver e isso criou as condições para o debate de como construir novas relações de gênero”, de forma que o Primeiro Congresso Nacional do MST, aprovou dentre as normas gerais

A organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo (MAFORT, 2014, pg. 01).

Foi a partir de 1990 e por meio da organização dos coletivos de mulheres “do/no MST”, que as militantes e lideranças feministas iniciaram os estudos e debates acerca do conceito de gênero, onde foi percebido a necessidade de envolver o todo da organização o que culminou com a criação do Setor de Gênero em 2000, com “tarefa de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para

participação igualitária de homens e mulheres” e que assim fortalecesse o conjunto da organização (MALFORT, 2014).

Várias linhas políticas foram tiradas a partir dessa definição, como por exemplo a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento nas instancias, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, etc; o debate da ciranda infantil; o debate da inclusão do nome da ‘mulher’ nos documentos de concessão de posse e uso da terra de forma conjunta (MALFORT, 2014, p. 01).

Para Malfort (2014) apesar de várias destas metas ainda serem um desafio permanente na construção do movimento, construir o setor de gênero foi importante para o processo de luta pela terra possibilitando que todos e todas sintam-se “sujeitos participantes de um processo de mudança”.

O acúmulo político e organizativo das mulheres no âmbito dos movimentos sociais do campo a nível internacional vem contribuindo para a construção do Feminismo numa perspectiva camponesa e popular.

Reconhecemos a existência de muitos Feminismos e de sua contribuição histórica. No entanto, nos posicionamos como mulheres feministas que tem a consciência que a igualdade substantiva nas relações de gênero não é possível ser alcançada plenamente nos marcos do capital. Lutamos pela destruição de todas as formas de dominação e de exploração deste nefasto modelo. (Texto preliminar para o debate da V Assembleia das Mulheres da CLOC/Via Campesina, 2015).

A partir desta construção, esta pesquisa adota os pressupostos do Feminismo Camponês Popular como posicionamento para as suas reflexões por entender e concordar que a consciência da condição de classe e de gênero da mulher, as colocam na condição de compreensão que sua “contribuição histórica é a do enfrentamento ao modelo do capital e a destruição radical do modelo patriarcal, que subordina as mulheres através da imposição de padrões de comportamento e da dominação do seu corpo”.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 DESENHO DO ESTUDO

O estudo aqui apresentado se trata de uma pesquisa qualitativa, descritiva-exploratória, realizada no primeiro semestre de 2016 no Assentamento Palmares, localizado no município de Crateús, no estado do Ceará.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, dentre muitas outras possibilidades, e não com a representatividade numérica Goldenberg (2003).

Os pesquisadores que adotam esta abordagem opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (SILVEIRA; PEIXOTO, 2009, p. 31)

Dialogando com as definições dos autores citados anteriormente, aprende-se com Minayo (2014, pg. 57), que “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISA

O Assentamento Palmares é fruto da luta pela terra na região dos Inhamuns, e originalizou-se a partir da ocupação da Fazenda Serrote, ocorrida no dia 28 de dezembro de 1993, organizada pelo MST.

Tudo começou em 1991 quando o MST começou suas articulações na região de Crateús o que depois de alguns meses na região, buscando apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores, aconteceu a

primeira ocupação organizada pelo o movimento naquela região, que foi a ocupação fazenda Itaurú no município de Nova Russas. A ocupação durou 30 dias e aí aconteceu o despejo das famílias que ao saírem da terra ocupada foram para o Parque de Vaquejada na sede do município de Nova Russas, sob a promessa, por parte do Governo do Estado, de que a Fazenda Girassol, em Crateús, seria desapropriada e as famílias iria para esta área. Diante de alguns problemas que se apresentou em relação a Fazenda Gira Sol e a tornou inviável para o assentamento das famílias, a opção apresentada e desapropriada pelo o Governo foi a Fazenda Curalim, um local de difícil acesso, solo improdutivo, sem capacidade para receber todas as famílias que ocuparam a Itauru, de forma que estes problemas desestimulou as famílias, principalmente as que já eram do município de Crateús, e somente 10 foram morar no Curalim e as demais famílias voltaram para os seus antigos locais de moradia.

Esta volta para os antigos locais de morada, era apenas uma forma de se reorganizarem novamente, pois desde os trabalhos para a primeira ocupação, a terra sonhada era a Fazenda Serrote, uma terra boa para morar e produzir e conhecida de todos na região por sua improdutividade.

O tempo de volta, foi o suficiente para o planejamento e recomposição das forças para a nova ocupação, que aconteceu no dia 28 de dezembro de 1993, quando um grupo de homens e mulheres, por volta da meia noite, cortou o arame que cercava a área e montou o acampamento debaixo dos pés de oiticicas na beira do rio, na croa das Cajás, desta vez, na Fazenda Serrote. A ocupação da Fazenda Serrote, foi à primeira naquele município.

Participaram do acampamento 43 famílias vindas dos municípios de Nova Russas e Ipueiras Ipaporanga e Ararendá e das localidades vizinhas, como Simião, Serra da Umburaninha e bairros de Crateús.

A Fazenda Serrote pertencia ao Coronel José Solto Maior, que a muitos anos não se tinha notícia dele indo ao local, ficando a cargo de um encarregado a “administração” do local. Os moradores da fazenda moravam em casas de taipa, pois eram proibidos de construir casas de alvenaria.

A pesar das condições de subordinação das quais eram submetidas morando e trabalhando em terras alheias, estas famílias e todas as comunidades vizinhas, com pouquíssimas exceções, ficam contra os acampados, de forma que os acampados passaram a serem tratados na região como criminosos.

Os dias vividos no acampamento foram de muitas dificuldades, era um período de chuva e isso aumentava ainda mais os problemas que se complementava na escassez de alimentos e na rejeição por parte da vizinhança.

Depois de um tempo debaixo das árvores e da lona, as famílias mudaram o acampamento para um local próximo, que apresentavam melhores condições e construíram casas de taipa e um barracão onde acontecia as reuniões e funcionava a escola do acampamento, que depois de muitos esforços, conseguiram que escolinha do acampamento fosse um anexo da Escola Umbelino Alves da Silva localizada no Curral do Meio, uma comunidade próxima.

Fotografia 01: Casa de taipa construídas no período de acampamento



Fonte: arquivos do assentamento

No período de acampamento, e principalmente na eminência dos conflitos, o apoio da igreja, na pessoa de Dom Antônio Fragoso e da irmã Cleide, foi fundamental, articulando amigos da igreja no Brasil e fora do país para ajudar os acampados e através de cartas e telegramas o governo era pressionado a resolver a situação do acampamento. O apoio também chegava através de contribuições financeiras, como o apoio recebido da Holanda e da Suíça, todos a partir desta articulação da igreja.

Durante este período, houve várias tentativas de despejos, articulada pelos gerentes da fazenda que contratavam ciganos e pistoleiros de Crateús para retirar na força os acampamentos da fazenda. Este período foi uns dos mais tensos durante a ocupação,

pois todos temiam um confronto entre ciganos e pistoleiros e os acampados, o que nunca chegou a ocorrer, apesar das famílias terem ficado cercadas e impedidas de entrarem ou saírem do acampamento por, pelo menos, duas vezes.

No período de acampamento, alguns moradores começaram a se aproximar de pessoas acampadas, pois já se conheciam, e a partir disso frequentar o acampamento de forma que acabaram indo para o acampamento se tornaram acampados.

A área foi vistoriada pelo o governo, através do INCRA, no dia 10/03/1994, o que constatou a condição a situação de improdutividade e irregularidade da fazenda. No mesmo período foi realizado o levantamento das famílias que fazia parte do assentamento, sendo que se constatou 92 famílias, apesar do número de famílias que compunha o acampamento nem todas residiam no local, a maioria delas estava ali representada por um membro da família, na maioria pelo o homem, que passava a maior parte no acampamento e que durante alguns dias ia visitar a família que estava morando, em alguns casos nas comunidades vizinhas. Neste período, morando mesmo no acampamento tinham nove famílias.

No dia 09 de agosto de 1994, o Presidente da República na época, Itamar Franco assinou a desapropriação da área. Este dia foi um dos mais marcantes da na história do Palmares, era um dia de realização do sonho, todo e qualquer sofrimento vivido ali, dava espaço a alegria.

Entre a desapropriação e a “Imissão de Posse”, passou-se mais um ano, o que aconteceu em 16 de agosto de 1995, o registro deste ato encontra-se registrado no Cartório do 2º Ofício, no Livro 02AL, na folha 61-V, no município de Crateús. Este foi mais um dia de festa, de alegria e concretude da tão sonhada e lutada conquista da terra e onde começava o desafio da implantação do assentamento, organização da produção agrícola e garantia dos direitos básicos para as famílias que durante três anos resistiram e lutaram pela terra.

Depois da “Imissão de Posse”, aconteceu o cadastramento das famílias acampadas e a liberação dos créditos iniciais e neste momento o planejamento as abrangia a construção do assentamento, o local da agrovila, o trabalho coletivo, que existia deste o acampamento, os cursos trabalhos pelo o MST na organização do assentamento. Depois da construção das casas, foi instalada a energia elétrica em 1997 e adquirido, através de

projeto, o trato que até hoje é utilizado pelo assentamento, em 1999 foi construído o primeiro açude.

Em 2001, motivado por diversos problemas que foram se acumulando durante os últimos anos, movidos por divergências internas e influências externas, inclusive de políticos e ex-moradores, houve um racha interno e foi criada uma segunda associação, o que mais tarde, acabou provocando a divisão da área e a construção de uma nova agrovila. Este momento foi crítico e rodeado de muitas mágoas, o que também foi se dissolvendo durante todos estes anos e atualmente as duas agrovilas têm uma relação extremamente tranquila e respeitosa.

Em 2003 sob muitas divergências, devido ao problema político que o assentamento enfrentava, foi construída a Escola de Cidadania do Assentamento Palmares, que ficou fechada por muito tempo e atualmente funciona uma sala de aula de séries iniciais.

O ano de 2005, foi o ano dos quintais com a construção das cisternas de placa e reforma das casas, assim como a construção da nova agrovila, que corresponde a 40 casas e que ficou conhecido como o Palmares II e Vila Nova.

No ano de 2011, o assentamento mota a Rádio do Assentamento Palmares, a Camponesa 95,7 que tem abrangência em toda região de Crateús e atualmente é a segunda maior audiência nos Inhamuns e o principal meio de comunicação do assentamento e das comunidades vizinhas. Toda a programação é construída e transmitida pelos próprios assentados e assentadas e pessoas das comunidades próximas ao assentamento.

Fotografias 2 e 3: Comemoração de 04 e 05 anos, respectivamente, da rádio Camponesa



Fonte: Blog da Rádio Camponesa

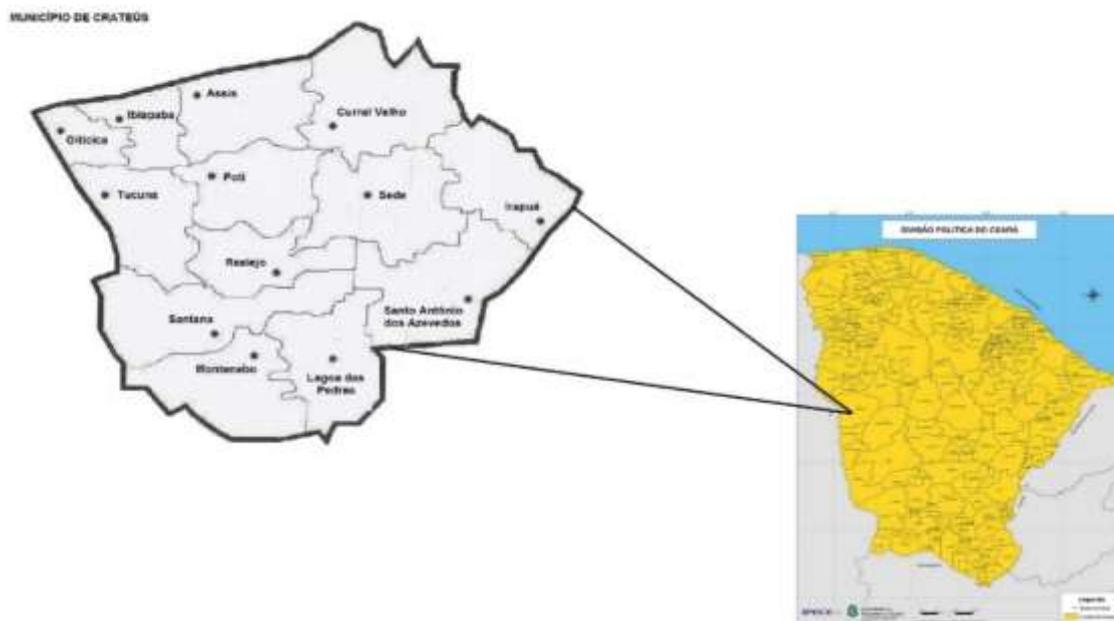
O Assentamento Palmares, possui uma área de 4.052 hectares (50 módulos), está localizado no Município de Crateús, na micro-região homogênea “Sertões de Crateús”, na margem direita da BR 404, que liga Crateús a Pedro II, a uma distância de 22km da sede municipal (a distância de 22 km é para a Associação I, no caso da Associação II essa distância passou a ser de 20 km) com entrada à direita no Distrito de Curral Velho, percorrendo em estrada carroçal a uma distância de seis quilômetros até o encontro da casa sede da Associação Palmares. Considerando o deslocamento da capital Fortaleza o assentamento está a uma distância de 374 km seguindo pelas vias BR 020 (cruzeta) CE 226.

No Assentamento Palmares, assim como na maioria dos assentamentos federais do estado do Ceará, toda a área de terra que diz respeito ao assentamento é coletiva, o que quer dizer que, diferente da realidade do restante do país, os assentamentos não são loteados, de forma que a partir da organicidade local de cada assentamento as famílias decidem as áreas de cultivos (os roçados) que são cultivados de forma individual, no entanto estas áreas continuam sendo áreas coletivas e não representam lotes para o conjunto do assentamento.

Assim como a realidade de assentamentos com área coletiva, as agrovilas também são uma realidade no estado do Ceará. A maioria dos assentamentos, inclusive alguns anteriores a chegada do MST no estado, têm suas casas construídas em forma de vilas. Dependendo da quantidade de família no assentamento, pode se construir mais de uma vila.

Crateús, possui uma área 2.985,143 km², com uma densidade demográfica de 24,39 habitantes por km². De acordo com os dados do IBGE em 2010, o município possuía uma população de 72.812 habitantes, destes 20.168 residindo em áreas rurais, enquanto 52.644 estão na zona urbana e uma estimativa de chegar a 74.271 em 2015.

Figura 5: Localização do Município de Crateús, CE



Fonte: IPECE. Montagem: Sousa, 2016

Como foi citado anteriormente, o Assentamento Palmares, foi dividido em duas áreas, sendo que para a Associação I ficou com uma área de 2.364 hectares e a Associação II 1.688 hectares, estes números são proporcionais ao número de famílias em cada área. O número de famílias que residem na agrovila da Associação I são 70, e na agrovila da Associação II são, 40.

Segundo o Laudo de Vistoria e Avaliação¹⁵ (INCRA, 1994) o solo é composto de bruno não cálcico, textura argilosa, fase pedregosa, com solos Litólicos Eutróficos,

¹⁵Estudo elaborado pelo INCRA no momento de desapropriação. Contém a caracterização total da área a ser desapropriada.

textura arenosa, e média fase pedregosa e rochosa e Planossolos Solódico, textura arenosa e argilosa. Ocorrem também manchas de solos características de Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico e solos aluvionais nas margens do rio Potí.

O Assentamento Palmares possui nove lagoas: Lagoa das Cajás, Lagoa do Zé Pinto, Lagoa da Marimba, Lagoa do mato, Lagoa do Pau Barriga, Lagoa Seca, Lagoa do Escondido. Ainda como recursos hídricos existe um cacimbão e dois poços profundos na comunidade.

Quanto a escolha do assentamento a ser pesquisado se deve ao fato do envolvimento da pesquisadora com o assentamento, pois além de educanda/pesquisadora e militante é filha de assentados e, portanto, conhece e vivência a realidade deste assentamento e do Projeto Quintal Produtivo.

O regime de produção agrícola predominante na região é a agricultura familiar de subsistência e é a partir desta realidade que os quintais produtivos ganham destaque como uma unidade produtiva familiar e um espaço de trabalho apropriado principalmente pelas mulheres com uma importante coparticipação da juventude e dos homens. O quintal também é um local de reprodução dos conhecimentos tradicionais, com o cultivo e reprodução de sementes crioulas e de plantas medicinais, associado à produção de frutas e a criação de pequenos animais, como aves, suínos, ovinos e caprinos.

O termo agricultura familiar está relacionado com o “modo de produzir orientado por objetivos e valores constituídos pela vida familiar” onde a família é ao mesmo tempo dona dos meios de produção e executora das atividades produtivas. (CALDART, Salette Roseli; PEREIRA, Brasil Isabel; ALENTEJANO, Paulo, 2012, p.32).

4.3 PERÍODO DO ESTUDO

A pesquisa aqui apresentada teve como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, realizada durante todo o tempo de estudo, o que pode ser considerada como a primeira fase na qual foi possível conhecer os documentos existentes a respeito do Projeto Quintais Produtivos.

A observação participante, efetivada através das visitas domiciliares, onde foi possível a convivência com as famílias e ouviu-se os relatos de vida, assim como as reuniões e a realização dos círculos de cultura, podem ser considerados como a segunda

fase de levantamento de dados e que aconteceu através da imersão direta no território da pesquisa, momentos ocorridos entre 26 de fevereiro a 31 de março de 2016.

No âmbito da pesquisa, houve no primeiro momento uma visita a todas as famílias, convidando para uma reunião que trataria da pesquisa.

Na semana seguinte aconteceu a reunião na casa sede do assentamento, onde foi explicado sobre o projeto e como seria a pesquisa de campo. Nesta mesma reunião foi planejado o período da observação participantes e da realização dos círculos de cultura.

Dos dias 07 a 18 de março aconteceram os círculos de cultura. O primeiro círculo realizado foi com as mulheres, onde participou 17 mulheres. O segundo círculo foi com os jovens, que teve a participação de 18 jovens. Terceiro círculo realizado foi com os homens, onde participaram 21 homens e por últimos o círculo que reuniu todos os círculos. Este foi um momento de apresentação do que havia acontecido nos outros círculos e que gerou um debate em torno das questões que se apresentaram com maior ênfase. Foi um círculo grande, pois envolveu 68 pessoas. Como foi um momento aberto e realizado na casa sede, espaço coletivo do assentamento por onde as pessoas estão sempre passando, ainda mais se durante a noite as luzes estiverem acesas e o local movimentado. Esta questão possibilitou que além das pessoas que já haviam participando dos círculos anteriores outras pessoas curiosas par entenderem o que estava acontecendo, quisessem participar daquele momento.

E por fim, entre os dias 21 a 31 de março, a observação participante (visitas domiciliares e relatos de vida), o que compreendeu 15 famílias, que foram sorteadas na primeira reunião, onde se planejou, juntamente com o assentamento, a pesquisa em campo.

Vale ressaltar que a imersão da pesquisadora no campo de pesquisa não ocorreu só durante este tempo da pesquisa em campo. Desde o primeiro momento, quando ainda se elaborava o projeto de pesquisa, o assentamento foi informado do estudo que se iniciava e desde então vem contribuindo com a realização do mesmo, o que foi fundamental para a pesquisadora obter os dados que necessitava para as suas análises.

4.4 FONTES DE DADOS, INSTRUMENTOS DE COLETA E SUJEITOS DA PESQUISA

A intervenção é histórica, é cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas.
(Freire, 2001).

O Assentamento Palmares é dividido em duas agrovilas, como já citado anteriormente, sendo que esta pesquisa se realizou na Agrovila I, que compreende 70 famílias. Deste total, a pesquisa compreendeu 47 famílias. As famílias que fizeram parte da pesquisa foram àquelas beneficiadas com o Projeto Quintais Produtivos e Quintais Produtivos a partir das Cisternas de Enxurradas.

A preferência pela agrovila I foi motivada a partir do vínculo da pesquisadora com o assentamento e em especial com esta agrovila. A pesquisadora é filha de assentados e seu pai participou da primeira ocupação em 1991 na fazenda Itaurú, assim como, contribuiu nos trabalhos para a segunda ocupação, a da Fazenda Serrote, atualmente o Assentamento Palmares. Foi morar nesta agrovila em 1995, estudou na escola que funcionou no galpão do acampamento, fez parte do grupo de jovens do assentamento e contribuiu na coordenação geral do assentamento até 2001, quando foi, definitivamente, para a militância do MST. Contribui até hoje na administração da associação e considera o Palmares o seu porto seguro, pois é nesta agrovila que moram, praticamente, toda sua família, os pais e seis dos dez irmãos de seu pai. Ali também moraram seus avós paternos, desde a construção da agrovila, até falecerem, em 1999 o avô e a avó em 2012.

A pesquisa dos dados secundários foi realizada a partir da revisão e pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos publicados relacionados as áreas de promoção da saúde, produção alimentar, soberania alimentar, questão agrária, bem como dos editais, compreendendo os estudos de concepção, projetos básicos, orçamento, cronograma executivo elaborado a partir de 2011, quando se começou a conceber o Projeto Quintais

Produtivos no estado e nos assentamentos ligados ao MST e demais estudos referentes a tecnologia social e de convivência com o Semiárido aqui pesquisada.

As técnicas de coletas de dados utilizados nesta pesquisa foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, círculo de cultura e observação participantes, desenvolvida através das visitas domiciliares e nestas os relatos de vida, onde aconteceu a interação direta da pesquisadora com as famílias envolvidas na pesquisa, compreendendo a pesquisa participante como todo o trabalho de campo, o que aconteceu desde o primeiro momento de mobilização das famílias, reuniões para explicar a pesquisa, reuniões para combinar e planejar os círculos de cultura, bem como em quais dias e horários as famílias receberiam a pesquisadora.

Considerando que a pesquisa acontece por etapas, a primeira delas foi a pesquisa bibliográfica e documental, que continuo mesmo depois de iniciada as demais etapas. Em relação ao todo da pesquisa, ela ocorreu em cinco momentos, que foram:

No **Primeiro momento**, a pesquisadora visitou todas as casas do assentamento, convidando as pessoas para a primeira reunião, já informando sobre a pesquisa e visitando os quintais. A reunião aconteceu a noite, melhor horário para reunir todas as pessoas, e foi realizada na “casa grande”, local onde aconteceu, praticamente, todos os momentos coletivos do assentamento. A reunião com todo o assentamento, o que incluiu as 47 famílias que receberam quintais produtivos, 35 do Projeto Quintais Produtivos e 12 das cisternas de enxurradas, tinha como objetivo informar sobre a pesquisa que se pretendia realizar naquele assentamento, bem como responder todas as perguntas que surgissem a respeito do estudo e planejar junto com o assentamento os passos da pesquisa, de forma que as pessoas pudessem contribuir com a pesquisa a partir das suas experiências e percepções.

No primeiro momento o objetivo era trabalhar apenas com as 35 famílias que haviam sido beneficiadas pelo Projeto Quintais Produtivos, mas durante os primeiros contatos com o assentamento, especificamente a respeito da pesquisa, avaliou-se como importante estender a pesquisa às 12 famílias que haviam sido beneficiadas pelo projeto de quintais produtivos a partir das cisternas de enxurradas, pois apesar das especificidades de um em relação aos outros, eles se assemelham pelo o objetivo de tornar o quintal produtivo um espaço de produção acessível a toda família, de reprodução de saberes e convivência com o Semiárido.

O que diferencia um projeto do outro, reside na entidade executora, quantidade e tipos de itens que compõem os dois projetos

Quadro 1: Comparação de material em relação aos dois projetos de Quintas Produtivos no Assentamento Palmares.

Tipo de Projeto	O que compõem
Quintal Produtivo	Material de irrigação, incluindo caixa d'água, construção de um pequeno galinheiro, 50 pintos, 50 mudas frutíferas e sementes. A entidade executora é a própria associação.
Quintal Produtivo com Cisterna de Enxurrada	Material de irrigação, incluindo caixa d'água e material para construção de 02 carteiros de placa, construção de uma cisterna de enxurrada, mudas e sementes. A entidade executora é a Caritas.

Fonte: Sousa, 2016

As famílias que participaram da pesquisa estiveram representadas por uma pessoa adulta, homem ou mulher, e que fosse, também, responsável pela habitação e por decidir ou ajudar nas decisões do conjunto da família envolvida. Por analisar que 47 famílias seria um número grande para se trabalhar na Observação Participante, resolveu-se trabalhar com 15 famílias beneficiadas no universo de 41, pois das 47 beneficiadas pelos dois projetos, 06 famílias são pais e tios da pesquisadora, por isso sendo excluídas da pesquisa.

Quanto ao Círculo de Cultura, todas as 41 famílias foram convidadas a participar, dividindo-se nos Círculos com as mulheres, homens e jovens e no último, um círculo com todos os participantes dos três primeiros.

A pesquisadora realizou o sorteio das 15 famílias e planejou com elas as datas que seriam feitas as visitas domiciliares e quais os horários, considerando que a pesquisadora tinha preferência pelo período que incluía o manejo do quintal produtivo. Os horários de chegada da pesquisadora nas casas das famílias ficaram entre 5:00 as 7:30 da manhã.

Na mesma reunião ocorreu a organização dos círculos de cultura, baseados na metodologia de Paulo Freire (2005) e neste caso planejou-se, a princípio três círculos, mas como a imersão na área de pesquisa está sempre possível de mudanças, aconteceram quatro círculos, um com as mulheres, um com os homens, um com os jovens e o último com os participantes dos três primeiros.

Os círculos de cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. (DANTAS, Vera Lúcia; LINHARES, Ângela Maria Bessa, 2014, p. 73).

Após explicar o que seriam os Círculos de Cultura, foram definidos os dias de realização dos mesmos e qual seria o primeiro. Como já dito anteriormente, o melhor horário para reunião é a noite, pois durante o dia as pessoas têm sempre muitas atividades a serem feitas e diante disso, foi definido que o primeiro seria realizado no sábado à noite, com as mulheres, no domingo pela manhã o círculo com os jovens, pois como estes têm menos responsabilidades, não teriam problema de reunir durante o dia do domingo e com os homens na segunda-feira à noite. O último círculo, envolvendo todos os demais, aconteceria na quarta-feira, também, à noite, todos no mesmo local, na “casa grande”.

Assim como planejado, aconteceram todos os Círculos, não havendo grandes mudanças, a não ser de atrasos nos horários combinados, mas nada que viesse a comprometer o trabalho. Uma das grandes preocupações era com as chuvas, pois a pesquisa foi realizada num período de muitas chuvas o que poderia a vir provocar a não realização de alguns momentos, no entanto, tudo ocorreu como haviam combinado.

O seu **segundo momento**, foi a organização dos Círculos de Cultura, que depois de combinado com os participantes, foram gravados e fotografados para facilitar a sistematização. Esta técnica de trabalho em grupo adaptada, a partir das ideias de Paulo Freire (2005), buscou estabelecer um debate no grupo, objetivando a apreensão dos temas pesquisados. Para iniciar a conversa, foi apresentado um vídeo sobre a experiência agroecológica no Assentamento Novo Horizonte/CE, um vídeo de mais ou menos seis minutos com o nome “Experiências Agroecológicas MST Ceará”.

A adaptação e inovação desta tecnologia foi acompanhada do receio de que os objetivos da pesquisa pudessem não ser alcançados, principalmente nos Círculos de Cultura. A partir desta preocupação e, como para Paulo Freire (2005), os pesquisadores, na medida em que estabelecem uma relação dialógica, são ao mesmo tempo partícipes da pesquisa, a pesquisadora decidiu levar para o Círculo de Cultura, algumas

questões/perguntas que poderiam ser colocadas no grupo no caso de haver dificuldade com o desenvolvimento dos Círculos de Cultura. Foram desenvolvidas sete perguntas, as mesmas que também foram levadas para as trocas na observação participante, descritas a seguir:

- a) Qual a importância do quintal produtivo para a família?
- b) Quem cuida do quintal produtivo e como isso é feito?
- c) Como se dá a divisão das tarefas entre as pessoas que fazem o manejo dos quintais produtivos e dos lotes de produção?
- d) O quintal produtivo proporcionou alguma mudança na alimentação da família?
- e) O quintal produtivo proporcionou algum tipo de mudança na vida da família, na relação dentro de casa ou na vida do assentamento?
- f) O quintal produtivo tem alguma relação com a saúde das famílias assentadas?
- g) Qual a relação do quintal produtivo com a agroecologia e a soberania alimentar?

Nos três primeiros Círculos foram levantadas as palavras, frases e situações mais significativas, a partir da visão e vivência de grupos distintos em relação ao tema pesquisado, o que em seguida, **terceiro momento**, no último Círculo de Cultura foi realizada a *descodificação* destas situações, provocando assim um processo de socialização de percepções e a partir disso, o surgimento de novas interpretações, seleção e organização de ideias e sugestões para resolver algumas questões que significavam problemas para o coletivo do assentamento, o que pode ser identificado como a tomada de consciência sobre as situações vividas.

A seguir um registro dos quatro Círculos de Cultura:



Estes, foram momentos onde foram debatidas as questões-chaves de forma a aprofundar a reflexão individual e coletiva em torno, tanto das questões que surgiram no grupo, quanto das questões que foram sugeridas pela pesquisadora, onde ambos se punham como partes integrantes da pesquisa, pela troca proporcionada desde o momento onde que a mesma se propôs a uma relação dialógica.

De acordo com Dantas e Linhares (2014), a concepção dos círculos de cultura promove a horizontalidade nas relações, bem como a valorização das culturas locais, da oralidade e assim faz a consternação em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação. Para as mesmas autoras,

Os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto (DANTAS; LINHARES, 2014, p. 74).

Durante a realização dos círculos as falas, como já dito anteriormente, foram gravadas e sistematizadas, e depois transcritas e as interações pessoais foram fotografadas, gerando assim dados de campo que foram o objeto analisado na produção dos resultados desta pesquisa. As informações foram trabalhadas, sob a lógica da análise de conteúdo, referenciada por Bardin (2009) e Minayo (2014). Segundo Minayo (2014), na pesquisa qualitativa, a análise das informações apresenta dois níveis de interpretação: um primeiro, que diz respeito à história e ao contexto político, cultural e econômico do grupo social estudado, e um segundo, que se refere aos fatos surgidos na investigação.

As visitas domiciliares foram realizadas no **quarto momento**, e foram oportunidades de observar e registrar as histórias de vida das famílias e suas percepções acerca da agrovila, de sua habitação, do quintal, bem como expectativas ou planos de melhorias, todas as visitas também foram gravadas e fotografadas, sistematizadas e fizeram parte do material de análise.

A sistematização dos resultados obtidos nos círculos de cultura e nas visitas domiciliares, através da observação-participante, ou seja, da vivência com as famílias, compreendendo todo o trabalho de campo, ocorreu no **quinto momento** desta pesquisa, o que também abrange a fase de análise dos achados. Apesar de na metodologia proposta por Paulo Freire (2005), os sujeitos também participarem de sua análise, esta fase sofreu mais uma adaptação, tendo seus dados analisado através da análise de conteúdo de Bardin (2009).

Na intenção de perceber a relação da metodologia proposta, bem como sua contemplação em relação a cada objetivo, apresenta-se, a seguir, um quadro onde se demonstra o caminho que foi percorrido objetivando contemplar todos os objetivos específicos deste estudo.

Quadro 2 – Procedimentos metodológicos em relação aos objetivos específicos

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
Descrever o contexto e caracterizar o processo de implantação do projeto;	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental
Analisar a relação quintal/habitação/agrovila e suas implicações a partir das relações de gênero;	Círculos de cultura Observação participante (Visitas domiciliares e relatos de vida)
Identificar a sua relação com os hábitos alimentares e culturais;	Círculos de cultura Observação participante (Visitas domiciliares e relatos de vida)
Descrever as alterações referentes ao projeto na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar.	Círculos de cultura Observação participante (Visitas domiciliares e relatos de vida)

Fonte: Sousa, 2016

Vale ressaltar que a partir do aprofundamento do tema, a metodologia foi também melhor definida, considerando sempre, a busca da maior participação possível dos assentados e assentadas.

No círculo de cultura a solidariedade e o aconchego contribuem para lidar com a cultura do silêncio e a insatisfação pela condição diante da negação e da perda dos próprios referenciais culturais. O círculo, do latim *circulus*, é diminutivo de *circus* e significa "redondeza". Aqui nos referimos à forma como espaço e à estratégia que permite a circulação dos seres, dos saberes, dos sentires e das coisas (GOMES; PENAGO, 2007, p. 09).

Foi sempre tomado alguns cuidados no intuito de criar um ambiente acolhedor que propiciasse ao grupo sentir-se à vontade para participar dos momentos, o que incluía

explicar ao grupo a ideia do trabalho, de forma que as cadeiras eram sempre organizadas em círculo, o que facilitava a interação do grupo, possibilitando o alcance da visão de todos em relação ao conjunto do grupo. Todos os Círculos de Cultura iniciaram com a acolhida dos participantes e em seguida era apresentado um documentário de uma experiência agroecológica e sempre foi disponibilizado papel, canetas, lápis de pintar e demais material necessário para escrita e desenhos, pois o grupo também era motivado a desenhar o antes e o depois do Projeto Quintais Produtivos, assim como a elaboração gráfica das suas análises e reflexões.

Considerando à construção coletiva do conhecimento, centro político dos círculos de cultura, o diálogo sempre partiu da pergunta “O quintal produtivo proporcionou algum tipo de mudança na vida da família, na relação dentro de casa ou na vida do assentamento?”, levando sempre em consideração o que o grupo conhecia/pensava sobre “quintais produtivos” e, tanto a problematização desta questão, quanto a reflexão a partir do documentário, como as setes questões criadas pensando em alguma dificuldade que pudesse surgir no grupo, produziram um novo conhecimento coletivo.

Quadro 3 – Tipos de coleta de dados, sujeitos e quantidades de sujeitos da pesquisa

Tipo de coleta de dados	Sujeitos	Quantidade de sujeitos
Visita de mobilização para reunião	Assentados e assentadas que moram no assentamento, independentemente de serem beneficiários ou não do Projetos Quintas Produtivos e Quintais Produtivos com cisterna de enxurrada.	70 casas
Reunião de socialização e planejamento da pesquisa de campo	Assentados e assentadas que moram no assentamento, independentemente de serem beneficiários ou não do Projetos Quintas Produtivos e Quintais Produtivos com cisterna de enxurrada.	128 pessoas
Círculos de Cultura	Mulheres	17 pessoas
	Homens	21 pessoas
	Jovens	18 pessoas
	Mulheres, homens e os jovens	68 pessoas
Observação Participante	15 casas/quintais	37 pessoas

Fonte: Sousa, 2016

4.5. CATEGORIAS DO ESTUDO

O estudo aqui apresentado trabalhou com sete categorias de estudos, as quais também compõem a fundamentação teórica desta pesquisa. As categorias de estudo sob as quais os dados coletados neste estudo foram analisados, são: agroecologia, convivência com o semiárido, tecnologia social, saúde do campo, habitação saudável, soberania alimentar e relações de gênero

No movimento interpretativo dos dados coletados, e considerando que este estudo teve uma fundamentação teórica claramente explícita a priori, a interpretação foi feita através de uma exploração dos significados expressos nas categorias através da análise dos achados em relação a fundamentação.

Considerando que cada categoria apresenta um conceito e que cada conceito pode ser compreendido a luz de diversas interpretações, estabeleceu-se para cada uma das categorias o conceito adotado por esta pesquisa, de forma que cada uma das categorias apresentadas é entendida, neste estudo como:

a) Agroecologia: Ressaltando que o termo agroecologia é ainda um termo com definição em construção, considera-se no âmbito desta pesquisa agroecologia como sendo, de um modo em geral, um conjunto de conhecimentos sistematizados e fundamentados a partir de técnicas e saberes tradicionais, que trazem consigo os princípios ecológicos e valores culturais e, também, se incorporam às práticas agrícolas GUBUR. TONÁ ((2012). Vale ressaltar a necessidade de superação do modelo de agricultura do agronegócio, que tem em sua base a concentração de terra e expropriação dos camponeses.

b) Convivência com o semiárido: A forma como as pessoas que residem no Semiárido tem encontrado para superar os limites ocasionados pelas especificidades próprias do Semiárido, como a questão da água, utilizando-se de diversas técnicas desenvolvidas e adaptadas que no bojo das discussões da convivência tem garantido a produção de alimentos em locais com condições muitas adversas.

c) Tecnologia social: as tecnologias sociais são entendidas nesta pesquisa como processos, técnicas e metodologias inventadas e/ou reinventadas pelos camponeses para

possibilitar sua permanência no campo, convivência como semiárido e fortalecer a luta pela superação da sociedade de classes.

d) Soberania alimentar: Esta pesquisa adota como conceito de Soberania Alimentar a definição da Via Campesina elaborada no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar em 2007, “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessível, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentícias, por cima das exigências dos mercados e das empresas”

e) Saúde do Campo: Sendo o termo Saúde do Campo um conceito ainda em construção e sendo forjado a partir da realidade de luta dos camponeses, como já dito anteriormente, esta pesquisa não teve a intensão de definir o que é saúde do campo, no entanto, adotou as definições elaboradas no contexto dos movimentos sociais camponeses, como as do coletivo de saúde do MST, onde para o MST (2000), a liberdade e o respeito aos direitos definem uma sociedade com saúde, bem como, a distribuição igual da renda e das riquezas, o direito e acesso à terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, cultura, comunicação, energia elétrica, dentre outros. Uma sociedade saudável é aquela onde há justiça, igualdade, participação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta para a garantia dos seus direitos. “É por isso que, para falar de saúde, precisamos falar de como a gente vive, como moramos, comemos, trabalhamos. Precisamos dar uma olhada e ver como está nossa vida, no dia-a-dia na luta pela sobrevivência” (MST, 2000, p. 13), o que também dialoga com o conceito de saúde definido pela A 8ª Conferência Nacional de Saúde quando definiu o conceito ampliado de saúde, como sendo “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”.

f) Relações de gênero: Considerando as muitas contribuições a respeito do tema já trazidas no referencial teórico desta pesquisa e importantes para o conjunto deste estudo, ressalta-se que a pesquisa adotou os pressupostos do Feminismo Camponês Popular como posicionamento para as suas reflexões por entender e concordar que a consciência da condição de classe e de gênero da mulher, as colocam na condição de compreensão que sua “contribuição histórica é a do enfrentamento ao modelo do capital e a destruição radical do modelo patriarcal, que subordina as mulheres através da imposição de padrões

de comportamento e da dominação do seu corpo”, de forma que “Lutamos pela destruição de todas as formas de dominação e de exploração deste nefasto modelo. (Texto preliminar para o debate da V Assembleia das Mulheres da CLOC/Via Campesina, 2015).

g) Habitação saudável: A reflexão feita no referencial teórico deste estudo, abordou a concepção de habitação a partir de vários autores e a partir disso faz a análise dos seus achados refletindo a partir dos conceitos de habitação saudável como uma estratégia de promoção de saúde e entendo que isso passa pelo o empoderamento das melhorias de condições de vida das populações e utilizando-se das abordagens de Portes (2008) a respeito da existência de uma preocupação em torno da habitação, podendo ser considerado como uma referência de habitação saudável, que demonstra a necessidade da técnica dialogar com as diversas dimensões, consideração no hábito da tecnologia a expressão da cultura humana, pois traz presente que além da preocupação com a construção e/ou reforma da casa, há o cuidado no desenvolvimento de medidas que melhorem os arredores desta casa, “levando em consideração os aspectos da saúde, da alimentação e do embelezamento”.

4.6. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados desde pesquisa foram trabalhados com a lógica da análise de conteúdo, referenciada por Bardin (1979) e Minayo (2014). De acordo com Minayo (2014), na pesquisa qualitativa, a análise das informações apresenta dois níveis de interpretação, sendo: um primeiro, que diz respeito à história e ao contexto político, cultural e econômico do grupo social estudado, e um segundo, referente aos fatos aparecidos na investigação. A análise de conteúdo se deu através de três etapas: Pré-análise, que consistiu na fase de organização do material disponível para à análise, exploração do material, codificação do material, e, por fim, tratamento dos resultados, como a inferência e a interpretação (Bardin, 2009). A etapa de pré-análise, iniciou-se com a escrita de todo o período de pesquisa em campo, reuniões, Círculos de Cultura e Observação Participante. Em seguida foi feito a transcrição dos círculos de cultura e diálogos com os sujeitos de pesquisa. A exploração, inferência e interpretação do material, foram feitas em seguida, debruçando-se sobre as falas dos sujeitos de pesquisa e relacionando tais achados em comparação ao discutido no referencial teórico.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 PROJETO QUINTAIS PRODUTIVOS – CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO

O devastador modelo de agricultura convencional hegemônica pelo capital e mesmo pelos governos, atualmente praticado é baseado no monocultivo com uso intensivo do solo, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e controle químico de pragas, que resultam no desequilíbrio ambiental pelo empobrecimento da terra, destruição de ecossistemas, da biodiversidade, poluição e esgotamento de reservas de água, ameaçando a própria sobrevivência humana. Vale ressaltar que este modelo de produção agrária, predominantemente, hegemônico no Brasil, é marcado através da entrada do capitalismo no campo e sustenta-se, até hoje, sob os requisitos de um período conhecido como “Revolução Verde”, modelo este que “revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho” (ABRASCO, 2015, p. 96).

Neste mesmo contexto, algumas questões, outrora, muito importante para os camponeses vão se perdendo, como tem sido o caso da perda de muitas variedades de sementes crioulas, a substituição de alguns alimentos por outros enlatados até bem pouco tempo distante da alimentação dos camponeses, bem como a perda da cultura de cultivar os arredores da casa, o quintal, tanto com plantas frutíferas como com plantas medicinais.

Percebendo o efeito insustentável deste modelo, há grupos na contramão do que esta prática de agricultura tem proposto e praticado, inclusive experiências importantes de que é possível produzir de outra maneira, levando em consideração a valorização dos bens naturais e do ser humano que dele depende.

Tais iniciativas nem de longe concordam com o que o modelo atual aponta como saída para a produção de alimentos. A alternativa apontada como a solução para alimentar os milhões de pessoas a nível nacional e mundial, em total expansão no Brasil, coloca o país, desde de 2008, como o maior consumidor de agrotóxico do mundo, enquanto que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA (2014), no relatório que apresenta a segunda etapa de divulgação dos resultados de análises de resíduos de agrotóxicos, referente ao ano de 2012 e publicado em outubro de 2014, indica que 67% das amostras

de culturas coletadas e analisadas estão contaminadas por agrotóxicos, sendo que 25% “foram considerados insatisfatórios por apresentarem resíduos de produtos não autorizados.

A pesar da concentração de terras e da produção em escala utilizando-se de gigantescos usos de veneno, como justificativa a necessidade de se produzir cada vez mais por conta do aumento populacional nos últimos anos, este sistema tem se mostrado cada vez mais ineficiente no combate a fome. De forma que jamais, durante toda história da humanidade, de acordo com Stedile e Carvalho (2012), a fome e a desnutrição atingiram tantas pessoas como na era contemporânea. Diante disso fica cada vez mais claro a teoria defendida por Josué de Castro, por volta de 1950 quando apontou como pontos causadores da fome no Brasil a questão fundiária do país

Ao lado da estrutura agrária, há outros obstáculos estruturais a vencer. Não é só a infra-estrutura agrária que está superada, mais também os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. Dos monopolistas e exploradores da fome. Tudo isso tem que ser revisto (CASTRO, 1984, p. 288).

Para Josué de Castro (1984) a fome e a desnutrição não são inerentes ao ser humano, elas são consequências das relações sociais e produtivas estabelecidas em sociedade, ou seja, elas são produzidas pelo próprio ser humano.

Na contramão deste modelo monopolista, no estado do Ceará, fala-se aqui do contexto dos assentamentos organizados pelo MST, tem se discutindo, desde de 2011, os *Quintais Produtivos* dos assentamentos vinculados a outra lógica de produção e de relação com a natureza. Assim, nos processos de reestruturação dos sistemas produtivos, as vilas ou agrovilas têm uma atenção diferenciada e sua dinâmica menos evidenciada, mas nem por isso menos valorizada. É neste espaço que se concentra as habitações, os espaços de sociabilidade de caráter organizativo e cultural, onde se dá as interações da infância, a juventude e o seu elo direto com os sistemas produtivos de todo o

assentamento. Neste sentido, o quintal é parte integrante da habitação. Numa metáfora real, a agrovila como um único organismo vivo, cada quintal seriam células complexas fundamentais para a sobrevivência da agrovila, o que o torna em um espaço produtivo e reprodutivo. Nesta compreensão, se insere em todo o estado uma política de fortalecimento destes espaços, onde categoriza-se de *Quintais Produtivos*.

De acordo com levantamento feito a partir dos termos de convênios, foram conveniados cerca de 2.300 projetos de Quintal Produtivos e implantados em 180 assentamentos organizados pelo MST no estado do Ceará. MST (2011). Tal experiência apresenta questões entendidas aqui como limites que precisam ser superados, no entanto ao se propor produzir alimentos saudáveis, mesmo que em uma escala pequena, em um período completamente adverso, como é o momento de seca, já explica o quanto desafiador é essa proposta e iniciativa vivenciada em vários assentamentos e em regiões diferentes do estado.

Desde 2011 o estado do Ceará, bem como toda a região Nordeste começa a viver um severo ciclo de estiagem, o que viria a ser chamada de maior seca dos últimos cinquenta anos. Foi no começo deste período e por conta dele, que o MST pauta, através da mobilização dos assentamentos, junto ao governo do estado do Ceará, alguns projetos como uma alternativa de superação, do período de escassez, dentre as alternativas propostas, encontrava-se o Projeto Quintal Produtivo. Segundo as pautas e discussões do MST 2011, os projetos possibilitariam “ações de pequenas irrigações simples utilizando captação de água de chuva, poços e açude, bem como um processo de conservação e recuperação dos recursos naturais nas áreas de assentamentos, fossem de forma familiar como os quintais produtivos, fossem de forma coletiva e de pequenos núcleos de famílias” (MST, 2011, p.03).

No âmbito do MST-CE o quintal produtivo entendido como sendo:

Uma unidade produtiva familiar que tem como objetivo garantir a soberania e segurança alimentar camponesa e geração de renda. Na sua execução prática é um espaço de trabalho apropriado principalmente pelas mulheres com uma importante coparticipação da juventude e dos homens. Atende nos seus princípios aos critérios da agroecologia e a convivência com o semiárido, é o local de reprodução dos conhecimentos tradicionais, com o cultivo e reprodução de sementes crioulas e de plantas medicinais, associado a produção de frutas e hortaliças e a criação de pequenos animais, como aves, suínos, ovinos e caprinos e ainda é um espaço de

trabalho produtivo facilmente associado as ações reprodutivas familiares. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 03).

A proposição do projeto como uma iniciativa de trabalho, alimento e renda em um período de estiagem, incitou as primeiras inquietações de como seria na prática os resultados (limites e superações) deste projeto. Considerando que não se trata de um projeto, simplesmente, pois alinhado a implantação do projeto, enquanto infraestrutura, segue uma definição política de produção de alimentos saudáveis, de troca de experiência entre os camponeses e de resgate de saberes e culturas tradicionais. Questões que dialogam com o conceito de Soberania Alimentar construído ao longo dos anos e a partir dos próprios campesinos

Ao adentrar especificamente nos achados da pesquisa, verifica-se que o Projeto Quintal Produtivo, implantado e analisado neste estudo, foi projetado em sua composição física através de um aviário de galinha caipira, onde cada família recebe cinquenta pintos, material para uma pequena área irrigada, cinquenta mudas frutíferas e diversas variedades de sementes de hortaliças e frutas (Governo do Estado do Ceará, 2013).

O material que compõe o projeto do Assentamento Palmares está apresentado nas tabelas abaixo. As quantidades existentes nestas tabelas são referentes a 35 famílias, ou seja, diz respeito ao material para a montagem de 35 quintais.

Quadro 4 – Mudas dos quintais produtivos do Assentamento Palmares

MUDAS	UNID	QUANTIDADE
Laranja	Unid.	280
Caju	Unid.	280
Mamão	Unid.	175
Ata	Unid.	140
Goiaba	Unid.	70
Graviola	Unid.	105
Manga	Unid.	35
Coco	Unid.	35
Acerola	Unid.	280
Jacarandá	Unid.	35
Ipê	Unid.	35

Fonte: Projeto Quintais Produtivos

O total de 1.470 mudas apresentadas na tabela 01 foram divididas entre as 35 famílias, o que representou um total de 42 mudas para cada família, sendo que as duas últimas mudas destacadas na planilha foram inseridas no momento da compra, devido a uma discussão do coletivo do assentamento de arborização da agrovila.

Fotografia 10 e 11 – Mudas entregues no Assentamento Palmares



Fonte: Roberto Marinho

As sementes descritas na tabela abaixo também foram as sementes divididas entre as 35 famílias que receberam quintais. Em relação as sementes, percebeu-se uma dificuldade em manter a linha agroecológica proposta pelo projeto. Pois devido ao baixo valor disponibilizado no projeto, não foi possível a aquisição de sementes agroecológica, sendo que as sementes entregues foram adquiridas no mercado convencional.

Quadro 5 – Sementes do projeto Quintais Produtivos do Assentamento Palmares

SEMENTES	UNID	QUANTIDADE
Abóbora Jerimum de Leite 10g	pacote	5
Alface 25g	pacote	10
Beterraba 10g	pacote	5
Cebola 25g	pacote	35
Cenoura 25g	pacote	5
Coentro Verdão 500g	pacote	35
Couve Manteiga 25g	pacote	5
Maracujá 10g	pacote	5
Pimentão 10g	pacote	35
Tomate 10g	pacote	35

Fonte: Projeto Quintais Produtivos, 2016

Fotografia 12 – Pé de Jerimum



Fonte: Sousa, 2016

Quadro 6 – Pintos entregues no Projeto Quintais Produtivos

SEMOVENTES	UNID	QUANTIDADE
Pinto de um dia – Galinha Caipira - POSTURA	CABEÇA	1750

Fonte: Projeto Quintais Produtivos, 2016

Observou-se que a partir dos pintos entregues no âmbito do projeto, muitas famílias mantiveram a continuidade da criação de galinha caipira, no entanto outras não deram continuidade alegando o alto preço do milho e como devido à falta de chuva não foi possível produzir o milho no próprio assentamento, a continuidade do projeto neste âmbito se apresentou como uma dificuldade. A pesar da avaliação feita, observou-se também que algumas famílias ampliaram os galinheiros, adicionando outras espécies, como capote e codornas.

Fotografia 13 e 14. Criação de galinha caipira



Fonte: Sousa, 2016

A tabela seguinte, apresenta o material do sistema de irrigação. Como antes de montar o projeto, era feito um diagnóstico do que já existia no assentamento/família e do que era necessário para deixar o sistema proposto funcionando, observa-se que nem todas as famílias receberam motor-bomba, pois cinco das 35 já tinham ou optaram por dividir o motor com outra família, de forma que não foi feito a aquisição de cinco bombas.

Quadro 7 – Material de irrigação do Assentamento Palmares

MATERIAL DE IRRIGAÇÃO E CONSTRUÇÃO	UNID	QUANTIDADE
Conjunto Motor Bomba Centrifuga 1/2CV - monofásico - AMT: 27mca - Q: 2,5 m ³ /h - 220V - Carcaça e Rotores em Ferro Fundido, Vedação do Eixo do Selo - Conjunto de Precisão construído com Borracha Nitrilíca, Mola de aço inox e as Faces de Vedação em grafite e Ceramica. Grau de proteção: IP 21	Unid	30
Cabo flexível PP 2x2.5 mm	Metro	900
Disjuntor 10 amperies	Unid	30
Tubo de PVC Roxo Soldavel 32mm	Unid	30
Adaptador 1"x32mm PVC	Unid	60
Joelho 90° - PVC - 32mm	Unid	30
Válvula de pé - 1"-PVC	Unid	30
Bucha curta de redução 1" x 3/4"-PVC	Unid	2
Niple Duplo 1"-PVC	Unid	30
Te Roscavel 1"-PVC	Unid	30
Bujão 1"	Unid	30
Caixa D'água 1000L - PE - C/ TAMPA - NBR: 14799	Unid	35
Adaptador Interno 1"-PVC	Unid	420
Adaptador rosqueável para Caixa de agua 1"-PVC	Unid	70
Tubo PEBD 1"- NBR: 11795: 2008	Metro	4200
TE interno com ranhura Triplo 1"-PVC	Unid	140

Cap 1"-PVC	Unid	105
TE interno com ranhura Triplo com Redução 1" x 1/2"-PVC	Unid	525
Tubo de PEBD 1/2 "- NBR: 11795: 2008	Metro	8750
Irigador Multifunção	Unid	3500
União Interna com ranhura 1/2"-PVC	Unid	105
União Interna com ranhura 1"-PVC	Unid	106
Veda rosca	cx	35
Registro de Esfera Roscavel plastico 1"PVC- ROSCA INTERNA	Unid	140
Adesivo plástico para pvc 75g bisnaga	Bisnaga	35
Fita isolante Eletrica	Unid	35
Tela / Galinheiro Galvanizada 2" FIO 23 (50m x 1,80m) ABNT NBR 10122	Rolo	38
Telha Ceramica Colonial	Milheiro	4,2
Prego – Ripal	kg	35
Prego – Caibral	kg	17,5
Arame Galvanizado 18 ABNT NBR 6331	kg	17,5

Fonte: Projeto Quintais Produtivos, 2016

Mesmo existindo um croqui que orientava a montagem dos quintais, observou-se a partir da realidade do assentamento Palmares que ela não se aplicou. Nenhum dos quintais seguiu a orientação, de forma que as famílias aproveitaram estruturas já existentes e as melhoraram ou construíram a área de plantio e o galinheiro de acordo com as suas escolhas.

Isso por um lado demonstra uma apropriação por parte dos assentados em relação aos quintais, no entanto também apresenta problemas técnicos, no sentido de alguns quintais não seguirem a orientação e acabarem não fazendo uma separação mínima entre as aves, plantio e cisternas, o que pode inclusive se apresentar como um problema de contaminação da água consumida a partir das cisternas de primeira água.

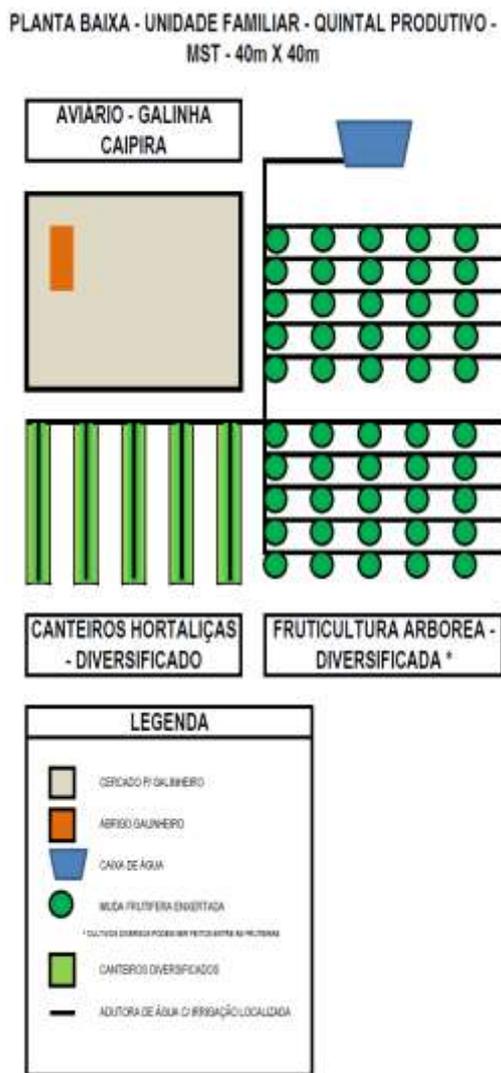
Fotografia 15 e 16: Quintal Produtivo



Fonte: Sousa, 2016

O croqui encontrado nos documentos iniciais do projeto que orientava a montagem dos quintais, demonstrado na figura seguinte, estabelece uma organização dividida em lotes, onde a área do galinheiro é cercada, o que evitaria a circulação das aves entre os canteiros e nas demais plantações. Uma questão observada no croqui é a ausência de uma área de pastejo, espaço que seria utilizado como complementação alimentar das aves. A ausência da área de pastejo, também foi observado através da observação participante, o que permite concluir que as famílias não foram corretamente orientadas, o que certamente comprometeu a continuidade do projeto, em algumas famílias, já que a base alimentar das aves passou a ser somente o milho moído, em alguns quintais, observou a adição de soja junto ao milho, fato que encareceu muito a criação de aves no período de seca.

Figura 6: Croqui do Quintal Produtivo



Fonte: MST-CE, 2011

Como já observado, para o MST (2011), o projeto possibilitaria a garantia de trabalho e renda para as famílias assentadas a partir de pequenas áreas irrigadas e de sequeiro, bem como a convivência com o semiárido e o enfrentamento com a seca, ao mesmo tempo em que possibilitaria o desenvolvimento de práticas conservacionistas adequadas à realidade local e ao mesmo tempo o incremento da qualidade de vida do homem e da mulher, camponeses e assentados, conservando e preservando os recursos naturais. (MST, 2011). O que dialoga com a definição de agroecologia apresentada a partir de GUBUR; TONÁ (2012), que entendem agroecologia como sendo, de um modo em geral, um conjunto de conhecimentos sistematizados, fundamentados a partir de

técnicas e saberes tradicionais, que trazem consigo os princípios ecológicos e valores culturais e, também, incorporam os às práticas agrícolas.

Nos documentos elaborados pelo governo do estado e que são parte do convênio, as justificativas encontradas também dialogam com as questões de convivência com o semiárido:

Atualmente, a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da escassez de água na região semi-árida como um fenômeno emergencial e sim passível de ações, se reflete em uma mudança cultural na maneira de se combater o problema, pois se reconhece as vantagens de investir não apenas em obras estruturantes ou ações emergenciais, mas em uma solução simples, barata e emancipadora. O projeto quintal produtivo visa introduzir técnicas de cultivos por meio de ações e mecanismos de transferências de tecnologias com baixo custo financeiro. Este projeto, além da segurança alimentar, a renda das famílias, através da produção de hortaliças, frutas, cereais e de pequenos animais, e melhorar a qualidade de vida através dessas novas áreas verdes. Pretende-se ainda, minimizar os impactos ambientais com o aproveitamento do lixo orgânicos para adubação (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2013, p. 2).

Complementando o que já foi posto, no âmbito do estado o projeto é uma possibilidade de:

Desenvolver ações junto às comunidades rurais de agricultores (as) de base familiar, fomentando o uso de adoção de tecnologias apropriadas de convivência com as adversidades impostas pelo clima semi-árido, a partir de modelos de explorações menos agressivos ao meio ambiente, que garantam a sustentabilidade dos agro-ecossistemas, melhore o nível de renda das famílias e promova o estabelecimento da inclusão social (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2013, p. 2).

Apesar do projeto “práticas agrícolas de convivência com o semiárido – Quintais Produtivos” ter sido pautado desde 2011 junto ao governo do estado, os primeiros

convênios só vieram a ser efetivados em novembro de 2012. A primeira licitação, processo exigido para a compra dos materiais (telas, telhas, material de irrigação, mudas e pintos) aconteceu em 16 de agosto de 2013 na região do Sertão Central (Quixeramobim) e em 13 de junho de 2014 na região dos Inhamuns (Sertões de Crateús), onde está localizado o Assentamento Palmares.

No âmbito da realização do convênio firmado entre Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e Associação dos assentamentos, existia uma equipe de técnicos, na maioria deles, técnicos agrícolas responsáveis pelo acompanhamento dos convênios e orientação às famílias assentadas. A equipe era formada por seis técnicos, responsáveis pelo o acompanhamento de todos os convênios.

A assistência técnica disponibilizada para o projeto foi algo inconstante, pois apesar de constar no convênio, nunca existiu na prática com a regularidade que se avalia como necessária, e ficou-se a negociar com o estado a liberação dos técnicos, nunca existindo um quadro fixo e com condições suficientes para o trabalho. Apensar dos problemas que se teve com a assistência técnica, o MST buscou fazer este acompanhamento e orientação a partir da militância com formação técnica.

No termo de convênio, encontra-se na clausula quarta, das obrigações das partes, no item III, a responsabilidade “da interveniente” é “prestar assistência técnica e geral”, no entanto, não descreve quem é o órgão responsável pela ‘interveniência” descrita, tal problema foi vivenciado na prática, ao se constatar que houve um déficit de orientação e acompanhamento técnico na implantação dos projetos.

A assistência técnica, assim como a escassez de água, foram questões observadas como pontos limitantes na execução dos projetos, considerando especificamente a realidade do Assentamento Palmares. As duas questões se fazem importantes, tanto para a produção agroecológica como para a disseminação das técnicas já existentes e que podem contribuir na melhor convivência dos camponeses com o seminário.

Apesar da existência da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), construída a muitas mãos em 2003, onde contou com a participação, inclusive dos movimentos sociais e organizações que atuam no campo da agroecologia, a ATER não tem chegado às famílias assentadas do assentamento Palmares, assim como em vários outros assentamentos do estado do Ceará, de forma que as famílias relatam uma série de descontinuidade deste processo deste de 2003 até os dias atuais. Esta questão

de falta de assistências técnica não parece condizer com o que está estabelecido na PNATER que foi “elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais” (BRASIL, 2016).

Especificamente no Assentamento Palmares – Associação de Assentamento Palmares, local desta pesquisa, existem 70 casas e o projeto foi implantado em 35 destas, os demais assentados não receberam quintais por já terem sido beneficiados com um projeto anterior, que incluía quintal e cisterna de enxurrada, ou por critérios de participação acordados no conjunto do assentamento.

O convênio foi realizado em nome da Associação de Assentamento Palmares, especificamente em 13 de dezembro de 2013 e regido pela Lei nº 15.341 de 15 de abril de 2013 e Instruções Normativas Conjunta SEFAZ/SEPLAN/SECON nº 01/2005, bem como das informações contidas no Processo Administrativo nº 12461045-5 e Processo Jurídico nº 1909/2013 tinha vigências de 365 dias, a contar a partir da data de publicação no DOE, no entanto devido ao agravamento do período de estiagem o convênio passou por dois aditivos e encontra-se vigente até hoje, ressaltando que no momento, já implantado, encontra-se em fase de apresentação de prestação de contas e encerramento do processo.

Devido ao período de estiagem no estado, os quintais da região dos Sertões de Crateús demoram para serem implantados, pois não existia água nos assentamentos que pudessem garantir a sobrevivência das plantas. No caso do Palmares, a única fonte hídrica que resistiu ao período de seca, foi um poço profundo, do qual se levava água para as casas, através de adutora, o que não era suficiente para regar as plantas, pois mesmo garantindo água só para o consumo humano, houve diminuição na quantidade fornecida diariamente para as famílias.

A questão da água era desde o começo deste estudo, uma das maiores inquietações. Considerando que o projeto proposto tinha como intenção, dentre muitos outros, ser uma possibilidade de trabalho e renda para os assentados no período da estiagem, era meio curioso conseguir isso a partir de um projeto composto, mesmo que de pequenos, processos de irrigação.

Percebeu-se que a questão da seca, foi um problema para a implantação dos quintais. No caso do Palmares, além de não permitir que o quintal fosse implantado todo de uma vez, ainda ocasionou a perda de muitas plantas, bem como a não continuidade da criação de galinhas por parte de alguns assentados, devido a não produção de milho no próprio assentamentos e ao alto preço no mercado.

Mesmo considerando a existências de limites, o que esteve na sua centralidade relacionado com a ausência de água suficiente para manter o projeto, é válido ressaltar a grandeza que foi e é produzir alimentos sem uso de agrotóxicos, utilizando-se de um processo de irrigação que necessita de pouquíssima água, sistema de gotejamento, pois no geral, os sistemas de irrigação são direcionados para a produção de grande escala, centrado na monocultura e ultimando-se de todo o pacote tecnológico do agronegócio. No sistema de produção em grande escala, como proposto pelo agronegócio, não existe espaço para a produção diversifica, como observado nos quintais produtivos e relata através da fala de Dona Raimunda¹⁶:

Depois que eu plantei isso aqui a verdura a gente leva daqui o tempero né? [...] Macaxeira, deu muita macaxeira. Logo no inverno eu planto também de milho e feijão que aí chega aqui em maio pra você ver como é que tá. É daqui até chegar lá embaixo[...]tudo cheio de milho e feijão. Tudo que é necessário. Aí a batata doce serve pra gente merendar, serve pra fazer um doce se quiser, serve pra gente dar uma pessoa. Tem porco, galinha. E daqui a pouco tem caju, tudo aí. Mamão, caju, e, e banana, e macaxeira, batata doce porque ali já tá criando batata. E maracujá? Eu plantei esses maracujá minha filha porque deve ser R\$4,50 o quilo de maracujá lá na rua, tem uns que não tem uma semente dentro. Matei um porco e deu 35 litro de gordura. Aí quanto tempo passa sem comprar gordura né? Aí o feijão da roça, guardei o feijão da roça, o milho, [...] Plantei arroz tirei 10 sacos de arroz. Aí mandava só pelar. Pra que melhor criatura? Aqui a gente tá com as armas na mão.

¹⁶Todos os nomes próprios utilizados para identificar as falas dos assentados e assentadas do Assentamento Palmares, nesta pesquisa, são nomes fictícios. Esses nomes não são os nomes reais dos participantes da pesquisa.

Por conta da dificuldade de água já colocada, os quintais acabaram sendo implantados em dois momentos. O aviário foi montado logo depois da licitação, enquanto que o sistema de irrigação só foi instalado em abril de 2015, mesmo período em que as mudas também foram entregues. Apesar de em 2015 ter chovido um pouco mais que nos anos anteriores, não foi o suficiente para manter o sistema funcionando como se planejava, pois, muitas mudas acabaram morrendo. O período chuvoso de 2016, o que em anos “bons” se estenderia até meados de julho, já terminou, o que demonstra que produzir no Semiárido é desafiador, no entanto não é impossível, pois mesmo diante de mais de cinco anos de seca, existe, sim, produção de alimentos e vida, muita vida no semiárido brasileiro.

A questão da água no Semiárido se apresenta como uma questão muito importante, pois a média anual de precipitação pluviométrica é de 800 milímetros e quando a situação é de seca a água se torna ainda mais difícil pois além da escassez o Semiárido apresenta um nível de evaporação “três vezes maior do que a de chuva que cai” (ASA, 2015), e diante de uma situação de seca a situação é ainda mais crítica, chegando ao ponto de faltar água até para o consumo humano, o que pode comprometer qualquer planejamento de produção, o que se percebe que ocorreu em relação aos quintais.

Apesar dos problemas enfrentados na implantação do projeto, avalia-se que o mesmo trouxe benefícios para as famílias e conseqüentemente para o assentamento. Isso é percebível, ao observar as mudanças na infraestrutura disponível, assim como nas falas dos assentados e das assentadas, pois como relatou, Maria, uma das assentadas “a importância do quintal produtivo para minha família foi que eu estou tirando toda verdura para mim, para o meu consumo de casa e eu estou até vendendo para outras pessoas”.

No debate da produção de alimentos, considerando que atualmente a população mundial é gigante, parece meio destoante apresentar alguns sistemas “tão pequenos” como é o caso do quintal produtivo. Isso certamente pode ser considerando para quem não conhece a realidade do Nordeste, e especificamente do Semiárido. O quintal além de ser uma possibilidade sim de produção de alimentos para o consumo da família é um resgate cultural importante que foi se perdendo, ao longo dos anos, de produção e troca de saberes a partir dos arredores da casa. E neste sentido, a tecnologia social, compreendendo o quintal produtivo neste contexto, apresenta-se para Leonel (2014) como um termo que vem ganhando cada vez mais espaço na zona rural por se apresentar

como uma possibilidade de convivência com o semiárido e uma das suas principais características é a valorização do saber e da cultura das populações locais.

Ainda dialogando com Leonel (2014), ela compreende os quintais agroecológicos como sendo uma tecnologia social que permite o acesso ao manejo produtivo da terra, da água, “das sementes crioulas e nativas, da diversidade produtiva dos sistemas agrícolas e do jeito de fazer próprio das comunidades rurais”, pois se trata de um mecanismo básico de promoção da agricultura familiar como uma estratégia que possibilita:

Reduzir os riscos econômicos e sociais que ocorrem em razão de fatores internos e externos e da própria instabilidade climática do Semiárido; Incrementar a produtividade global da propriedade; Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias; Proporcionar incremento de renda; Promover o resgate das culturas tradicionais locais; Estimular a experimentação e autogestão pelos grupos envolvidos; Promover a inclusão de gênero e juventude com a participação efetiva desses segmentos (LEONEL, 2014, p. 09).

A pesar da autora com quem se dialoga a respeito do quintal produtivo como tecnologia social considera-o como um mecanismo de promoção da agricultura familiar, este estudo ressalta a sua posição política ao utilizar o termo agricultura camponesa, como mais uma afirmação do projeto de sociedade que se deseja construir.

Ainda a respeito das questões trazidas por Leonel (2014), relativo ao quintal produtivo/agroecológico como uma tecnologia social, é possível afirmar que os achados desta pesquisa estão afirmados nas questões trazidas pela autora. Percebe-se que a teoria refletida por Leonel (2014) dialoga com a prática e os desafios da realidade encontrada em campo:

Eu acho que uma outra coisa que se aprendeu nesses quintais, foi além da convivência com as plantas e com a natureza o aproveitamento dos estercos. Aqui ainda tem muita gente, eu vejo carro entrar ali cedo e sair daqui cheinho. Lá em casa eles não tiram uma lata do quintal. Eles não tiram uma lata. Eu tenho um monte de estrume dessa altura, lá no quintal. Então, eu fui cavando pra plantar milho e feijão e entupindo de

estrupe. Cavando e entupindo de estrupe não é? Eu tenho. Eu sei que a terra tem esse problema igual Antônio disse aí. Tem. E eu vou continuar. Eu acho que é uma coisa que é uma cultura que a gente precisa desmistificar. Principalmente porque, as nossas terras como Antônio disse, a gente tem essa questão [...] e tudo que ela pegar de mecanismos diferentes ela vai levando. Rapaz, quando você vê o tanto de folha que cai da mutambeira, por exemplo, o tanto de folha que cai da mutambeira ali eu junto tudo lá no estrupe, boto outro estrupe aí de vez em quando e vou mexendo e tal. (Fala de um assentado no Círculo de cultura com os homens).

Fala do Antônio: Lá em casa eu plantei, mas não tirei. Sabe por que? Eu não sei o que que deu. Os pés de goiaba morreram, os pés de manga escaparam, mas estar amarelado... as bananas não cresceram, não cresceram. Dizem que é o barro de louça, mas não sei o que aconteceu.

As descobertas e experimentações percebidas nas falas acima, diz respeito ao que Leonel (2014) refletindo sobre a emprego do termo tecnologia social no contexto das atividades agrícola, explica que este acontece quando os processos de experimentação e de inovação tecnológica e social são inventados e reinventados pelos próprios camponeses, tornando-se uma alternativa de convivência com o semiárido. Para a autora, a tecnologia social, traz no seu processo de construção e adequação, a valorização dos saberes e da cultura local.

Considerando a história de luta pela terra na qual o Assentamento Palmares está inserido, onde se reconhecem sob a identidade “sem-terra” e verifica-se a participação permanente dos assentados nos espaços de luta por garantia de direitos e reflexões a respeito da construção de uma sociedade diferente, conclui-se que a tecnologia social do quintal produtivo no contexto deste território compreende a definição adotada nesta pesquisa como “processos, técnicas e metodologias inventadas e/ou reinventadas pelos camponeses para possibilitar sua permanência no campo, convivência com o semiárido e fortalecimento da a luta pela superação da sociedade de classes”

5.2 RELAÇÃO QUINTAL/HABITAÇÃO/AGROVILA E SUAS IMPLICAÇÕES A PARTIR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

A partir das reflexões de Nogueira (2015), percebe-se que habitação como construção sociocultural muda ao longo do processo histórico, de forma que nos séculos XV e XVI, na Europa, o termo habitação tinha outro significado diferente do atual.

De acordo com Nogueira (2015) neste período, pré-moderno, a habitação compreendia o ato de viver em um determinado lugar onde não estava localizada só a morada, mas naquele espaço também se encontrava o campo de cultivo e de caça, desta forma o trabalho não se separava do modo de “habitar e usufruir do território a que se tinha livre acesso, inclusive porque muitas terras eram de uso comum para a caça e extração de lenha” (NOGUEIRA, 2015, p.77).

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que “por toda parte enchiam inutilmente os solares” conforme observa acertadamente Sir James Steuart. [...] o grande senhor feudal criou um proletariado incompativelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. (MARX, Karl. 1890, p. 833).

É a partir deste contexto, descrito por Marx, que Nogueira (2015), nos faz refletir que a destruição do modo de habitação territorial tem relação com o surgimento do mercado capitalista de trabalho, pois os camponeses a partir do momento que eram expulsos de suas terras, expropriados das condições básicas de sociabilidade e sobrevivência, iam para as cidades oferecer a única coisa que lhes restavam como meio de sobrevivência, a sua força de trabalho e é neste momento que o sentido de habitação foi se restringindo até chegar ao ponto de ser identificada como a casa.

De acordo com Marx, no capítulo XXIV do livro I de O Capital, foi o processo de expropriação das terras após o fim do modo de produção feudal, que levou ao fim a habitação territorial camponesa a que se refere Nogueira (2015), em sua análise do que ele chamou de acumulação primitiva e a caracterizou como sendo a fase embrionária do capitalismo.

Olhando para as estas reflexões a respeito das mudanças que as habitações ou a retirada do direito de habitar vivenciado pelos trabalhadores, é possível imaginar a construção do assentamento, espaço coletivo, um movimento contrário ao refletido por Nogueira (2015). E é a partir desta possibilidade que se faz necessário refletir a forma de

habitar e o que se compreende como habitação de forma que a agrovila e o quintal, como espaço de produção e reprodução, se entranham no conceito ampliado de habitar.

As 70 casas do assentamento Palmares, foram construídas em forma de agrovila, o que ocupa um percurso de 1 km (1.000 metros), e as casas estão a uma distância de 08 metros uma da outra e entre uma e outra vila passa a ‘estrada’ que liga as comunidades umas às outras e ao próprio assentamento.

Considerando que existe uma série de atividades que se ligam e se inter-relacionam dentro do assentamento, a agrovila pode ser considerada como o centro, pois é onde se concentra a sociabilidade das famílias assentadas, no caso específico do assentamento aqui pesquisado. A agrovila abriga, além das casas e dos quintais, como partes intrinsecamente relacionadas e que até se completam, a escola, a “casa grande” (local onde acontece as reuniões, as celebrações, as festas), casa da saúde, a rádio comunitária, a quadra de esportes, enfim, a agrovila é, portanto, um espaço de produção e reprodução importante do assentamento.

Como já ressaltando por Portes (2008), “A casa não é apenas uma construção, ela faz parte da vida das pessoas. Uma boa casa ajuda a organizar a vida e passa a enraizar as famílias no assentamento”. A partir da pesquisa foi possível perceber que para os assentados e assentadas a habitação vai além dos cômodos da casa, abrangendo o quintal como uma importante parte da habitação.

Pra mim a parte melhor que eu tenho lá em casa é o quintal. Meio dia eu tô lá debaixo das plantas, se eu quero ler a bíblia vou lá pro quintal que é bem mais tranquilo, só ouço o canto dos passarinhos e é bem confortável lá no quintal, porque dentro de casa é mais quente [...] eu considero que seja uma parte da casa e que não é munturo, né? É quintal, e um quintal bem bom de ficar” (Depoimento de uma assentada do Assentamento Palmares).

A partir das falas é possível perceber que a relação casa e quintal é realmente muito próxima e que existe uma preocupação com o cuidado que se deve ter com o quintal, pois ele sendo um complemento da casa, tudo que não estiver bem no quintal, assim também não estará na casa.

A intrínseca relação observada no Assentamento Palmares entre habitação e quintal está de alguma forma refletida em Nogueira (2015), quando estabelece que atualmente a palavra habitação está relacionada com moradia, quer dizer, com o local onde determinada pessoa mora, e ressalta que seu significado também é estendido até as áreas de jardins e quintal, sempre nos limites de um determinado terreno, na maioria das vezes, guardado por muro ou cerca.

O cuidado percebido com o quintal, obviamente reflete na agrovila, pois um é parte, é abrigo um do outro. O lixo que deixou de existir no quintal, certamente, também deixou de existir na agrovila, proporcionando assim, além de uma visão esteticamente mais saudável, um aspecto de saúde e bem-estar:

Uma outra questão que teve muita interferência na limpeza da agrovila e dos quintais foi essa questão do lixo [...], porque antes a gente, a nossa concepção era jogar o lixo solto por aí, alguns até batia muito nesta questão com as famílias pra que elas queimassem os plásticos, até pelo gado, preocupação com os animais e tudo, mais aí nem todo mundo criava, nem todo mundo tinha essa compreensão. E aí contribuiu muito a vinda do carro, mas antes do carro vir a gente já tinha uma, uma, notado que com a chegada do açude, com a chegada da cisterna essa relação já tinha melhorado bastante, né? Eu acho que foi um trabalho do assentamento mesmo sabe? De o que chegou aqui, da própria direção do assentamento [...] a gente tem dificuldade de reconhecer isso, mais foi trabalho do assentamento, de termos aqui as assistências técnicas que vieram aqui e que conversaram com as pessoas, e que algumas pessoas tomaram aquele cuidado com o lixo como uma rotina e começaram a praticar e foram despertando pra outras pessoas. Aí depois vem as grandes consequências né? Por exemplo, eu acho que no Palmares, este cuidado foi muito positivo porque há muito tempo desde 2005 que eu vejo algumas pessoas dizendo - até 2005 a gente tinha sempre os surto de diarreia, principalmente nos períodos de chuva, dessas coisas que acontecem pelo consumo das águas, né? E pela própria natureza né? Reação da natureza. Hoje, a gente praticamente não vê mais esses surtos. Por que? Chegaram os banheiros, melhorou o cuidado com a higienização, chegaram a água de qualidade com a cisterna de placa pro consumo humano. Deixou de consumir aquela água que se consumia antes. Por mais que nós não percebesse a impureza daquela água, claramente, mais ela influenciava né? E aí o que eu via no Palmares, eu vejo muito em outras comunidades, se queixarem destas coisas. E no Palmares não lembro mais disso. Eu acho que é aquela coisa assim, nós deixamos de ter munturo e começamos a criar quintal. Quando eu cheguei naquela minha casa, os caras tinham arrancado todas as plantas lá do quintal, tudo, tudo, tudo. Não tinha um pé de árvore. Eu fui deixando, fui deixando criar lá moitas de mufumbo, fui deixando criar lá uns pé de jurema, o seu Manoel chegava lá dizendo que era pra arrancar jurema e não sei o que. Deixa a bichinha aí. O dia que eu tiver cansado eu armo uma rede e mim deito lá debaixo.

Deixa elas aí né? E aí foram criando outras plantas. Hoje no meu quintal tem jatobá, tem mutamba, tem jurema preta, tem mufumbo, tudo tem lá dentro. E é convivendo com as outras plantas, entendeu? Fui aprendendo isso também. Os meninos começaram a fazer os cursos na universidade, eu peguei muito essa convivência agroecológica né? E aí nós fomos convivendo com isso. [...] também nos cursos percebemos que a respeito da estrutura é melhor ter um quintal de tela do que ir lá no mato tirar um monte de madeira e de ano em ano renovar, né? Além de tirar a mata, a gente ainda trazia um monte de cupim pra dentro de casa. Não é? Aí se fizer de tela você vai usar menos madeira né? Vai ter um ambiente reservado, porque você pode fazer as separações bem direitinho e do tamanho que quiser e não vai trazer cupim para dentro de casa. (Depoimento de um assentado no círculo de cultura com os homens)

Uma fala ampla, que traz muitos elementos que estão diretamente ligados com a vida da agrovila, das casas e dos quintais. A partir do plantio do quintal, da família receber a cisterna de placa e das capacitações, nasceram outras preocupações como o relacionado com o lixo, o cuidado com o tipo de material a ser utilizado no cercamento do quintal para que não trouxessem para dentro das casas algum problema, como é o caso do cupim, bem como evitar o desmatamento. E partir destas preocupações, o assentamento conseguiu junto a prefeitura municipal de Crateús, que um carro passe na agrovila de 15 em 15 dias para recolher o material possível de reciclagem, como garrafas, papel, qualquer tipo de plástico e vidro. Diante disso as famílias são incentivadas a separar o lixo reciclável, enquanto que o lixo não reciclável pode virar adubação do próprio quintal. Há esse cuidado é atribuído além da limpeza da agrovila e das casas, a melhoria na saúde das pessoas, pois tem se percebido que os surtos de diarreia, que eram comuns até alguns anos atrás, têm desaparecido.

Mesmo considerando que em quase todas as casas é possível se perceber a preocupação em torno dos aspectos de higiene, o que envolve o manejo da cisterna de placa e o destino dos dejetos sólidos, água cinza e a manutenção das forças, ainda se percebe, em algumas casas, um total desleixo com estas questões, o que pode ressaltar o desconhecimento em torno dos problemas que isso pode causar relacionado aos aspectos de saúde e doença das pessoas.

Fotografia 17 e 18 – Quintal Produtivo



Fonte: Sousa, 2016

Deste ponto de percepção nasce uma reflexão em torno do potencial que este projeto apresentou no sentido de se trabalhar além da questão produtiva do quintal, as questões de saúde, bem como as múltiplas dimensões que o envolvem, como: ambiental, social, econômica, cultural, políticas e de inclusão de gênero e geração.

Sendo possível a partir disso, apreender que as famílias não se apropriaram de todas estas dimensões, mesmo sendo possível captar através dos materiais utilizados na elaboração do projeto que isso estava compreendido na percepção do MST, de forma que o trabalho formativo foi deficiente e se apresenta como um desperdício de oportunidade ainda mais quando se considera a quantidade de famílias que o projeto atingiu.

Partindo do contexto da Promoção da Saúde, que considera a saúde como resultado dos fatores ambiental, físico, social, político, econômico e cultura, conexo com a qualidade de vida e entendendo que o campo da Promoção da Saúde parte de uma “ampla concepção do processo saúde-doença” e dos fatores determinantes, bem como sugere a “articulação de saberes técnico e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução” GOMEZ; MINAYO (2006), é fácil associar a vida do assentamento, na sua relação quintal/habitação e agrovila com esta articulação de saberes técnico e populares, bem como a mobilização de recursos, seja institucional ou comunitário, públicos e privados como uma forma de possibilitar melhor condições de se viver no território, entendo que isso são fatores importantes na promoção da saúde

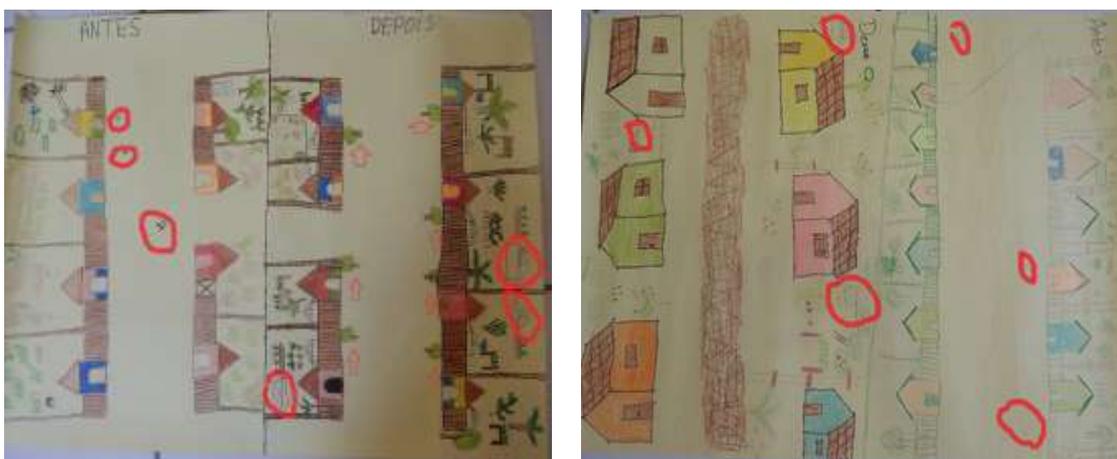
Mesmo considerando a existência de limitantes importantes na implantação do projeto, uma questão foi visivelmente modificada, a questão do lixo. O lixo na agrovila era, realmente, até bem pouco tempo atrás, um problema visível e que causava preocupação, pois era um problema que atingia, além dos quintais, a agrovila e o rio e para isso Ramos (2007), já chamava a atenção quando fez sua pesquisa de pós-graduação naquele assentamento.

O lixo é outro problema sério nas agrovilas, é fácil encontrar embalagens, garrafas, sacolas, pedaços de tecido dentro do rio. O problema é solucionado pela queima (79%) e depósito em terrenos baldios (21%). No assentamento não é permitido o uso de agrotóxico, foi uma decisão tomada por eles no início do assentamento. (RAMOS, 2007, p. 95).

A partir da inserção no campo de pesquisa foi possível perceber que o problema do lixo, não é algo de todo superado quando se tem como referência a totalidade das casas, mas é possível perceber que existe uma preocupação da maioria dos assentados e que a partir disso já é possível observar que em relação a questão do lixo voando ou se acumulando no meio da agrovila é algo superado. Porém ainda se constata que em relação aos quintais nem todos tomaram consciência da relação que esta área, tão perto da casa, tem como a mesma.

No Terceiro de círculo de cultura, os jovens foram desafiados, depois de muitas reflexões a respeito da vida no assentamento, da chegada do projeto quintal produtivo, a desenharem o antes e o depois da agrovila. Isso aconteceu em todos os círculos, no entanto, nos círculos anteriores, com as mulheres e os homens, as pessoas ficaram tímidas e não quiseram desenhar, de que forma se mostravam mais à vontade em falar do que em pôr no papel o que poderia ser verbalizado com mais facilidade.

Fotografias 19 e 20 – Desenhos elaborados no Círculo de Cultura



Fonte: Sousa, 2016

Em ambas as fotos é perceptível as mudanças e dentre elas as que mais se destacaram foram:

a) A agrovila antes das discussões de implantação do projeto quintais produtivos:

- Lixo no meio da agrovila
- Lixo nos quintais
- Poucas árvores nos quintais
- Ausência de árvores na frente das casas

b) A agrovila depois das discussões de implantação do projeto quintais produtivos:

- Ausência de lixo no meio da agrovila
- Maior quantidade de plantas nos quintais
- Cisternas de placas em todas as casas
- Arborização da agrovila
- Ampliação das casas
- Uma impressão de que a agrovila está mais bonita, mais colorida

Algumas das questões que apareceram nos desenhos, como é o caso da ampliação das casas aconteceram antes das discussões em torno do Projeto Quintais Produtivos, no entanto elas aparecem como algo que faz parte do “antes” e do “depois” da agrovila nos últimos anos.

Outras, como é o caso da arborização da agrovila, é algo que se discute desde a criação do assentamento, no entanto o projeto ajudou na concretude desta discussão, pois antes de receberem as mudas, as famílias discutiram que duas, das mudas que cada quintal iria receber, deveriam ser plantadas na frente das casas, e, portanto, cada uma recebeu

uma muda de ipê e outra de jacarandá, ambas as plantas floram e isso foi uma das questões observada no momento da escolha da muda, pois será uma forma de deixar a agrovila mais bonita e florida em alguns meses do ano.

Esta preocupação em torno da beleza do assentamento, das casas e da agrovila, dialoga bem com o que traz o Caderno do Educando (2002) material de estudo do MST, “nossa casa, nosso assentamento ou acampamento tem que ser bonito e agradável. Precisamos viver em harmonia com a natureza. As pessoas têm que achar bonito e se sentir bem” e assim, traz algumas sugestões de como aplicar estas orientações na prática, destacando a limpeza e a presença dos símbolos do movimento, organização da moradia em forma de agrovila e plantio de flores e árvores frutíferas e de sombra, junto às casas do assentamento como um todo.

A construção da vida no assentamento, considerando a luta por garantia de direitos, está também relacionado com o que a 8ª Conferência Nacional de Saúde definiu como conceito ampliado de saúde, onde definiu que “saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2003), de forma que a habitação e agrovila são centro, no contexto do assentamento, para a vivência destas questões.

Depois dos desenhos feitos, o círculo foi novamente organizado e as pessoas explicaram seus desenhos, trocaram ideias e refletiram, novamente, sobre a realidade.

Nós tentamos fazer aqui o antes e o depois do assentamento. Aqui era antes quando a gente não tinha muito conhecimento sobre quintais produtivos. Apesar de não ter, mais aqui já tinha algumas pessoas que tinha alguma coisa que plantava né? Já aqui a gente tentou fazer depois que chegou os quintais produtivos. Aqui a gente já percebe mais, mais planta, mais diversificação de plantas e mais canteiros, até animais, porcos e galinha a gente já percebe. Apesar de que aqui já tinha, mais era algo mais tímido. E com isso a gente percebe que enriqueceu mais, principalmente a visão assim do assentamento, mais verde, mais rico né? Isso que a gente fez. (Depoimento de uma jovem do assentamento Palmares ao explicar o desenho feito em grupo no círculo de cultura com os jovens).

E a discussão seguiu entre os jovens a respeito de como era a agrovila e de como está hoje e da importância de refletir sobre a vida no assentamento.

É, é importante esse momento para gente, a gente relembrou né? De como era antes, a gente chegou aqui e não eram todas as famílias que produziam, como já foi dito, era mais era mato no quintal, né? Aí depois vieram essas plantas produtivas que contribuiu bastante né? Com a nossa saúde, [...] que gerou renda para as famílias, houve melhora na saúde alimentar fruto da produção familiar e independentemente se seja inverno ou verão. Sendo assim, um incentivo a mais para nossa agricultura familiar e contribui também para a limpeza e organização dessas famílias e do assentamento em geral (Depoimento de um jovem do assentamento Palmares ao explicar o desenho feito em grupo no círculo de cultura com os jovens).

Refletindo a partir dos conceitos de habitação saudável como uma estratégia de promoção de saúde e entendo que isso passa pelo empoderamento das melhorias de condições de vida das populações, neste caso, assentada, pode se entender que este empoderamento é facilmente percebido na vida do assentamento Palmares.

Analisando as falas a partir dos círculos de culturas, existe uma capacidade do assentamento Palmares, enquanto coletivo, de refletir e atuar numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das famílias e a habitação aparece neste contexto abrangendo, mais que, especificamente a casa, mas que olhando para ela visualiza-se a necessidade de cuidar do entorno, da agrovila e do assentamento como um todo, questões que conversam como o que COHEN *et al* (2004), traz a respeito da promoção da saúde:

A Carta de Ottawa define a promoção da saúde como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo (Buss, 2000 *apud* WHO, 1986). A habitação é o espaço principal da promoção da saúde na comunidade. No processo de incremento da qualidade de vida, sobretudo em formações sociais com alta desigualdade socio sanitária é importante que sejam mostrados movimentos que concretizem, através de seus próprios fundamentos e práticas, a ideia da promoção da saúde. (p. 810).

Uma outra questão muito forte na história do cuidado com o quintal, e como já foi percebido, não está separado da casa, ambos se completam e são entendidos como habitação, está no campo da divisão do trabalho, envolvendo a mulher, o homem e os filhos. No círculo de cultura com os homens uma das falas, deixa claro, o que já havia sido percebido na observação participante, quando se ouviu os relatos de vida, que com a chegada do Projeto Quintal Produtivo as mulheres, a maioria das mulheres do assentamento, tiveram um aumento da sua carga horária de trabalho diário, pois é associado a elas o cuidado com o quintal, o que envolve regar as plantas, canteiros e cuidar das aves e dos pequenos animais.

Rapaz, lá em casa eu vou dizer quem cuida é a Cecília*. Ela rega pela manhã, rega a tarde, e eu vou fazer outro serviço. Vou cuidar [...], mas com relação às frutas, já tirei o mamão, já tirei melancia, pimentão, pepino, cheiro verde. Tudo a gente já tirou. Remédio pra gripe, pra uma coisa, tem a marcela, tem remédio de tudo, a carmelita... e outra essa água não é melhor pras planta porque ela é salgada. Você pode prestar atenção que depois começamos a aguar as plantas com esta água, ela engirica as folhas. [...] eu digo água salgada. Quando dá um tempo eu ajudo ela lá, mas não vou lhe dizer que é eu quem cuido, que não é. Quem cuida é ela. Mais já achei muita diferença, porque a gente já tirou um bocado de coisa já, tudo nós já temos, pepino, melancia, pimentão, um bocado de coisa. (Depoimento de um assentado no Círculo de Cultura com os homens).

Foi possível observar que apesar da história de luta pela terra e superação das desigualdades da qual o assentamento Palmares é fruto, ainda é muito forte a associação do trabalho reprodutivo às mulheres, enquanto que aos homens cabe a responsabilidade do trabalho que possibilita uma geração de renda maior e, portanto, mais valorosa, o que vai de encontro com as reflexões de Rigotto; Rocha; Silva (2016) a respeito da divisão sexual do trabalho remetida a forma que a sociedade divide o trabalho dos homens e das mulheres, bem como atribui valores distintos aos dois. No atual e predominante modelo de sociedade, é comum que aos homens seja atribuído o trabalho produtivo, ou seja, aquelas atividades que geram renda, seja o trabalho assalariado, seja aquelas atividades que geram uma produção ou serviços comercializáveis. Enquanto que às mulheres, cabe o trabalho reprodutivo, que quer dizer do trabalho associado à manutenção da vida, ao trabalho doméstico, bem como, aos cuidados com a saúde e educação das crianças, idosos e adultos.

Considerando a partir deste contexto que o quintal se insere como parte da habitação, logo está associado em maior parte ao trabalho das mulheres. Diante disso uma outra questão que ficou muito evidenciado foi a pouca participação das mulheres no momento de decisão a respeito de como construir e do que plantar no quintal, pelo menos no âmbito do projeto. Esta reflexão reside no fato de que todas as mudas inseridas no contexto do projeto são mudas frutíferas, enquanto que as mulheres manifestam o desejo por mudas tanto de plantas medicinais quando de flores, sendo comum encontrar uma grande variedade destas plantas espalhadas pelos os arredores das casas.

Fotografias 21 e 22: Planta medicina e pé de roseira



Fonte: Sousa, 2016.

Na observação participante, foi possível perceber que o quintal, quase que na sua totalidade é cuidado pelas mulheres e que aos homens cabe o serviço ‘mais pesado’, que é o de cavar o barro para plantar, montar os canteiros, deslocar o esterco dos animais até o local onde será curtido antes de adubar as plantas. O trabalho atribuído aos homens, não acontece todos os dias, no entanto o das mulheres faz parte do dia a dia, pois do contrário as plantas e as aves morrem.

Eu cuido sozinha, sozinha. Todo dia eu venho aqui. Quando eu não chego 07:00 eu chego 08:00, eu chego 09:00 dependendo da hora que eu, que eu me desocupo lá em casa que eu venho pra cá. Mais eu trabalho só [...] Mais outro dia eu faço a merenda dos homens que vão trabalhar, depois eu faço, ah não, primeiro eu faço café, faço a merenda aí eles saem. Quando eles saem aí é que eu venho pra cá. [...] É. Eles vão trabalhar nos outros trabalhos deles pra lá e eu trabalho aqui é só. (Depoimento de uma assentada que tem quintal com cisterna de

enxurrada).

Eu penso [...] em fazer uma ampliação. Eu já pedi o Antônio pra vim aqui e [...] cortar essas árvore, não todas, só estas que estão aqui no meio, porque essas árvore eu não quero elas tirada daqui, sabe por que? Porque no verão elas ficam muito grande e elas pra fazer uma sombra pra eu poder deixar minhas plantas, minhas pimentinha debaixo, pimentão, pimentinha, elas gostam de sombra. Elas gostam muito de sombra. (Depoimento de uma assentada)

E possível perceber que o cuidar do quintal é um trabalho a mais, que antes deste, estas assentadas, especificamente, cuidam da comida do marido e dos filhos.

A divisão do trabalho envolvendo o cuidado com o quintal e os demais trabalhos no assentamento, refletindo a partir de Rigotto, Rocha e Silva (2016) como cabendo ao homem o trabalho produtivo e a mulher o reprodutivo, como já observado é ainda muito presente na vida do assentamento, mesmo que isso não possa ser atribuído a totalidade do assentamento, pois existe, em bem menor quantidade, relatos de que toda a família cuida do cultivo e do cuidado com o quintal.

A pesar de ainda está muito enraizado na cultura dos assentados esta associação da mulher com o trabalho doméstico, percebe-se também que as mulheres têm um papel fundamental nas demais atividades organizativas do assentamento e que cada dia mais elas têm se desafiado a ir além do papel que historicamente lhes foi atribuído e isso é percebido na composição da coordenação geral, na locução da rádio Camponesa e na direção da associação do assentamento, bem como na militância política nos movimento sociais.

Quadro 8 – Comparativo entre homens e mulheres posições de direção e coordenação no Assentamento Palmares

Atividade	Mulheres	Homens
Coordenação do Assentamento	12	12
Coordenação da Rádio Camponesa	2	1
Direção da Associação	2	1
Direção e coordenação do MST	02	02

Fonte: Sousa, 2016

Esta questão nos leva a outra reflexão, pois apesar de estarem ocupando outros espaços, elas continuam acumulando a responsabilidade do trabalho reprodutivo, ou seja, na proporção que assumem outras atividades dentro do assentamento, elas levam para si

mais uma responsabilidade, desta forma “acumulam tanto a responsabilidade do trabalhar fora *de casa* (grifo meu), [...] quanto de cuidar das tarefas domésticas” Rigotto, Rocha e Silva (2016).

5.3 QUINTAIS PRODUTIVOS E OS HÁBITOS ALIMENTARES NO ASSENTAMENTO PALMARES

Antes de qualquer reflexão a respeito das alterações que o projeto quintais produtivos tenham proporcionado nos hábitos alimentares dos assentados e assentadas do Assentamento Palmares, é válido ressaltar que as discussões a respeito da alimentação a partir desta pesquisa são orientadas sob a definição de Soberania Alimentar no conjunto da Via Campesina, que utiliza a seguinte definição:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessível, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentícias, por cima das exigências dos mercados e das empresas (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

No Palmares foi possível perceber uma grande variedade de plantas frutíferas, algumas ainda de recente plantio, legumes e vegetais o que também foi possível visualizar a partir das falas nos círculos de cultura

A importância do quintal produtivo para minha família foi que aqui eu estou tirando toda verdura para mim, para o meu consumo de casa e eu até chego a vender para outras pessoas. Mais verdura, coentro, cebola, pimentão, pimentinha (Depoimento de uma assentada na observação participante).

Plantemos, tiremos também bastante tomate, bastante pimentão, bastante cebola, essas coisas. Acerola também já tão dando. Bananeira também já tá brotando os cacho. Tá bom o quintal. O que foi ruim foi as formigas que apareceram e fizeram um formigueiro. Até que ainda

tem umas formigas por lá ainda e acabaram com os meus pés de pimenta, mas agora eu tô plantando de novo. (Depoimento de uma assentada no Círculo de Cultura).

No entanto, apesar das variedades de vegetais existentes, perceber-se que as pessoas consomem mais as frutas, alguns legumes e vegetais. Dentre as sementes entregues no momento da implantação do quintal, as famílias receberam, abóbora, alface, beterraba, cebola, cenoura, coentro, couve, maracujá, pimentão e tomate, no entanto em nenhum dos relatos as pessoas incluem alface, beterraba, cenoura e couve dentre o que se cultiva no quintal.

A falta de relato em torno dos legumes e vegetais já observados, não significa que eles não existam nos quintais. Foi observado que as famílias chegaram a plantar estas sementes e cuidam das plantas, no entanto não possuem o hábito de comerem estes legumes e/ou vegetais e acabam cuidando e mantendo as plantas muito mais como uma forma de responder ao que estava proposto no projeto e não por uma necessidade da família. Analisando esta questão, existe uma grande possibilidade destas sementes não serem replantadas, pois como elas não são vistas como importantes, para a maioria das famílias, se não existir um trabalho no sentido da importância destes alimentos, eles certamente deixaram de existir nos quintais das famílias.

Abaixo, pepino e alface colhido e observado durante a observação participante e que em nenhum momento dos círculos ou mesmo das visitas domiciliares, as pessoas relatam que cultivam pepino e alface



Fotografias 23 e 24: Melão e alface dos quintais produtivos do Assentamento Palmares

Fonte: Sousa, 2016

No assentamento Palmares, as pessoas avaliam que o projeto Quintais Produtivos proporcionou mudanças na alimentação das famílias.

É. Pra mim foi. Pra mim foi uma mudança boa porque que pelo menos eu deixei de comprar verdura. Minha verdura eu não compro, tudo é eu que faço aqui. (Depoimento de uma assentada).

Sim, a gente percebeu mudança na alimentação. A diversificação dos quintais né? Porque isso a gente percebeu, a alimentação saudável acho que dessa diversificação, melhoria na rentabilidade, quer dizer, melhoria na renda porque aumentou mais com a diversificação de alimentação, de verdura, essas coisas aumentou mais a renda. O envolvimento da família com a produção, porque antes era mais envolvido só com roça. Quando tinha, só no período de inverno que tinha a, produção e hoje não. Percebe que a família, filho, esposa e marido está sempre envolvido no quintal. E isso contribuiu para sustentabilidade da família. Também trouxe a troca de experiência entre as famílias e até os vizinhos, assentados vizinhos né? E com isso melhorou na alimentação, na qualidade da alimentação das famílias. (Depoimento de um jovem assentado no Círculo de Cultura).

Eu acho que sim porque oh eu estou em casa ali, dá vontade de tomar um suco é só pegar uma vasilhazinha, vou lá no pé de acerola encho, bato no liquidificador. (Depoimento de um assentado no Círculo de Cultura com os homens).

Observou-se a partir das falas e da observação participante que ao falar de ‘verdura’ estão falando basicamente da cebola em palha (cebolinha) e do coentro, de forma que estes dois são os mais consumidos e também produzidos nos quintais e até vendido dentro do próprio assentamento, comunidades vizinhas e feira na sede do município

Fotografia 25 e 26 – Canteiros de cebola e coentro



Fonte: Sousa, 2016

Esta questão em torno do não consumo dos legumes e vegetais, possivelmente tem uma raiz cultural e certamente se apresenta como uma questão a ser trabalhada com as famílias, considerando a partir disso os benefícios que estes alimentos podem proporcionar. Entender o que aqui está sendo chamado de ‘falta de hábito’ com certeza requer um aprofundamento muito maior, o que não foi possível fazer neste momento. Pressupõe-se que esta questão está relacionada tanto com a falta de água como com a concentração de terra, que impedia as famílias de construir casa de alvenaria e produzir nas terras onde moravam, ficando sujeitas as regras estabelecidas pelos donos de terra. Isso certamente inflacionou historicamente sobre a relação que as pessoas do Nordeste foram estabelecendo com os alimentos. De toda forma compreender isso, passa por um aprofundamento, que como já foi dito, não foi possível neste trabalho.

Um outro aspecto que se coloca neste contexto é o refletido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, que considera importantes e significativas as mudanças nos índices relacionados à pobreza acontecida no Brasil nos últimos anos, no entanto chama a atenção para um problema relacionado a alimentação e a saúde das pessoas.

Em lugar da desnutrição, embora ela ainda se manifeste em alguns segmentos da sociedade, ocorre o crescimento do sobrepeso, da obesidade e de doenças como diabetes e cardiovasculares. A população consome mais produtos industrializados e ultraprocessados e menos

frutas e hortaliças. Dessa maneira perdem-se hábitos alimentares tradicionais, em geral mais saudáveis. (FASE, 2016).

Foi possível perceber apesar de todas as diversidades que o assentamento Palmares vive em relação à água, assim como todo o Nordeste em relação à seca, ele não incrementa a porcentagem de mais de 38% dos domínios nordestinos que apresentaram prevalência de insegurança alimentar em 2013. Realidade cruel de fome que reforça as teses, de Stédile e Carvalgo (2012, pg. 715) e Castro (1984), de que a fome “tem suas causas no controle da produção e da distribuição dos alimentos e na renda auferida pelas pessoas”.

5.4 QUINTAIS PRODUTIVOS: PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CAMPO, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Fundamentada nos estudos e discussões já existentes, buscou-se nesta pesquisa uma conceituação de tecnologia social que dialogasse, também com as lutas do campo e com o fortalecimento de um projeto que compreende, inclusive, a superação da sociedade de classes. Diante do conceito de tecnologia social adotado nesta pesquisa e alisando os quintais produtivos nesta perspectiva compreende-se que ele é uma tecnologia importante de convivência com o Semiárido e vivência da agroecologia, possibilitando que os assentados e assentadas permaneçam no assentamento num processo de resistência e de luta por outro modelo de sociedade.

Interessante também porque através desse momento aqui, a gente pode perceber porque muitas vezes a gente tem um quintal em casa, mais a gente não para pra analisar as diferenças, as coisas que a gente foi conseguindo através dessa **consciência**. E também que é uma oportunidade tão grande que nos **conseguimos** e a gente muitas vezes não sabe aproveitar. Temos os criatórios de galinha agora, que a gente procura ampliar, são coisas que assim, a gente vai percebendo que é possível a gente desenvolver mais, aproveitar mais o que a gente tem (Fala de um jovem assentado no Círculo de Cultura com os jovens).

Esta fala traz para estas reflexões importantes em torno do processo de luta e resistência camponesa. O Assentamento Palmares sendo fruto de um processo de ocupação que envolveu conflitos, ameaças de despejos e durante muito tempo foi alvo de muitas críticas naquela região, é perceptível que as pessoas foram durante este tempo adquirindo consciência em torno dos direitos que historicamente lhes foram negados, isso certamente dialoga com o conceito adotado para o termo ‘tecnologia social’ no âmbito desta pesquisa, quando trata do fortalecimento da luta buscando a superação do modelo de sociedade atual, e isso está demonstrado, na fala, no fato de reconhecer que o que existe no assentamento hoje, quer dizer “*o que conseguimos*” é fruto da *consciência*, entendendo que a consciência canaliza para a luta e a luta proporciona as conquistas, pois nada do que existe, nem o Projeto Quintais Produtivos, foi ‘dado’, pelo contrário, ele é fruto da organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

É, [...] importante esse momento pra gente, a gente lembrou né? De como era antes, alguns nem tinham onde plantar. Quando a gente chegou aqui também não eram todas as famílias que produziam, como já foi dito, tinha muito mato no quintal, né? Aí depois vieram essas plantas produtivas que contribuiu bastante né? Com a nossa saúde, [...] que gerou renda para as famílias, houve melhora na saúde alimentar fruto da produção familiar e independentemente se seja inverno ou verão. Sendo assim, um incentivo a mais para nossa agricultura familiar e contribui também para a limpeza e organização dessas famílias e do assentamento em geral (Fala de um assentado no Círculo de Cultura com os homens)

Ao remeter-se ao conceito ampliado de saúde, definido pela 8ª Conferência Nacional de Saúde a respeito do que é saúde, quando a define como sendo “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde” Conselho Nacional de Saúde (2003), percebe-se que esta definição está diretamente apresentada na maioria das falas dos assentados e assentadas do Assentamento Palmares, representada na fala acima, quando traz a importância e o significado da terra, da casa, da melhoria da renda e da alimentação na vida dos assentados e organização do assentamento.

A partir das reflexões do MST (2000) em torno da saúde, quando entende que a liberdade e o respeito aos direitos definem uma sociedade com saúde, bem como, a distribuição igual da renda e das riquezas, o direito e acesso à terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, cultura, comunicação, energia elétrica, dentre outros. Uma sociedade saudável é aquela onde há justiça, igualdade, participação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta para a garantia dos seus direitos. Esta luta por garantia dos direitos, é visualizada no dia-a-dia do Assentamento Palmares desde o começo da história de luta pela terra que originou o atual assentamento e que se percebe até hoje.

No contexto da agroecologia e da soberania alimentar, verbalizar as experiências é sempre muito mais limitado que vivenciar a realidade local, no entanto as falas dos assentados e assentadas nos transmitem a vivência e suas concepções a respeito do que vêm se construindo

Isso que fazemos é agroecologia e tamos produzindo as nossas verduras, decidindo o que queremos plantar e isso é soberania alimentar. Aprendemos muita coisa, foi muito interessante porque agora uma coisa que eles insistem em fazer, mais que a gente já percebeu é esses canteiros que eles fazem com as plantas. Esses canteiros eles não são, eles não são aproveitados. Primeiro o canteiro é todo fechado né? Ele dificulta a proliferação dos microrganismos ali. Se constrói ele de norte a sul, você pega o sol o dia inteiro na lateral que é a parte maior, mais se constrói ele na parte que a nascente é fluente, o sol é só na parte mais do fundo. E aí vamos aprendendo na convivência com essas coisas aí. (Fala de um assentado do Assentamento Palmares no Círculo de Cultura).

A partir da fala se reconhecendo como construtor da agroecologia, é possível perceber o que Altieri (2012), caracterizou como a fundamentação da agroecologia acontecendo no contexto do assentamento Palmares, visivelmente percebível na avaliação em torno dos canteiros o que a partir da experimentação é possível, naquela realidade, avaliar como não sendo o mais adequado e assim propor modificações que consideram as especificidades locais.

A Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseada em relações mais horizontais entre os atores. (ALTIERI, 2012. p. 16)

Como já discutido nesta pesquisa, no semiárido brasileiro está o maior número de experiências agroecológicas, de forma que a relação agroecologia e convivência com o semiárido é muito forte e, certamente explicado pelo o fato da convivência com o seminário está relacionado com o modo de vida e produção que respeita a cultura e os saberes locais, usando tecnologias, metodologias e processos apropriados ao contexto ambiental e climático da região, o que dialoga diretamente com os princípios agroecológicos. Isso certamente dialoga com a reflexão de (CARNEIRO, *et al*, 2015, pg. 425).

Reconhecemos, justamente em consequência desse avanço do capital, o crescimento das respostas da sociedade em resistência a esse modelo pela tomada de consciência em relação aos seus graves impactos. Nesse processo se consolidam a necessidade de superar o modelo de agricultora do agronegócio e a defesa e construção da agroecologia.

O agronegócio representa um processo de patenteamento, transgenia, nanotecnologia, fatos que sustentam uma fase moderna da expropriação histórica dos camponeses e um processo de aprofundamento da destruidora e moderna agricultura iniciada com a Revolução Verde. E diante de tudo isso, um dos principais objetivos é retirar dos agricultores o controle das sementes e, num contexto amplo, o controle da produção camponesa em benefício das poderosas corporações transnacionais. Este cenário onde estão postas as mais diversas formas de expropriação passa a exigir uma mudança na maneira de produzir no campo, motivação para as experiências de resistência ao modelo do agronegócio, o que também desperta o interesse, principalmente, de

pesquisadores da área que já percebem as desastrosas consequências ambientais do modelo dominante Gubur; Toná, (2012).

6. CONCLUSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica e dos resultados da pesquisa de campo foi possível descrever o contexto e caracterizar o processo de implantação do Projeto Quintais Produtivos no Assentamento Palmares. Algumas questões foram observadas como limitantes na implantação do projeto e dentre elas se destaca a escassez de água, ocasionada pelo período de estiagem que o Nordeste vive desde de 2011 além da ausência de assistência técnica, o que ocasionou algumas questões que comprometeram o objetivo do projeto, tais como: orientação técnica insuficiente no momento da implantação do projeto, bem como no período inicial de utilização. Conseqüentemente as famílias não seguiram o *croqui* que orientava a implantação do projeto e observou-se que em algumas casas as aves têm livre acesso à cisterna que guarda a água de consumo humano, o que pode se apresentar como um risco de contaminação da água; a criação de galinha caipira ficou comprometida diante do alto preço do milho e as famílias não foram orientadas a desenvolver outros meios de alimentação das aves, como plantio de capim ou outro semelhante.

Vale apenas ressaltar que algumas alterações analisadas na implantação do projeto, como implantação do projeto em duas fases, foram feitas para viabilizar a continuidade do projeto.

Identificou-se o cuidado que algumas famílias têm com a cisterna de primeira água. Na maioria das casas, a cisterna é extremamente cuidada, as que não utilizam bomba para retirar a água, reservam um balde específico para usar na cisterna, no entanto observou-se em algumas casas, que as cisternas não são tampadas com tampas específicas, utilizando-se de sacos para fechá-las, além disso constatou-se que em algumas casas, a tubulação de saída da água cinza, especificamente da água utilizada na cozinha, é curto, de forma que a água é despejada muito próximo das cisternas, aumentando com isso o risco de contaminação das águas, enquanto que em outras casas, na maioria delas, esta água é direcionada diretamente para regar algumas espécies de plantas, como banana e goiaba.

Avalia-se que o quintal produtivo se apresenta como uma importante tecnologia de convivência com o semiárido, de fácil apropriação pelas famílias assentadas e se apresenta como um importante espaço de produção de alimentos saudáveis.

A tecnologia do quintal produtivo apresenta uma resistência em relação a escassez de água, pois verificou-se que se utilizando de pouca água as famílias continuaram produzindo o que mais se consome no assentamento: cebolinha, coentro, pimentinha, pimentão e tomate.

O Projeto Quintais Produtivos representa uma importante conquista do conjunto dos assentamentos do estado do Ceará, apesar das limitações já comentadas, pois é notório a grandeza que foi e é produzir alimentos sem uso de agrotóxicos, utilizando-se de um processo de irrigação que necessita de pouquíssima água, pois no geral, os sistemas de irrigação são direcionados para a produção de grande escala, centrado na produção de monocultivo e utilizando-se de todo o pacote tecnológico do agronegócio. No sistema de produção em grande escala, como proposto pelo agronegócio, não existe espaço para a produção diversificada, como a observada nos quintais produtivos do Assentamento Palmares.

A sustentabilidade desta tecnologia social requer uma valorização permanente por meio de ações dos agentes públicos, tais como a educação do campo, a assistência técnica rural, bem como a atuação das equipes de Estratégia da Saúde da Família.

Analisando a relação quintal/habitação/agrovila, conclui-se que o quintal é considerado uma parte importante da habitação e que ambas habitam um espaço de socialização maior construído no contexto da agrovila. Apreendeu-se que o projeto possibilitou algumas questões, dentre elas a retirada do lixo dos arredores das casas, o que também se espalhava pela agrovila. Algumas questões ainda se apresentam como um desafio diante deste entendimento ampliado de habitação, que envolve o manejo da cisterna de placa e o destino dos resíduos sólidos, água cinza e a manutenção das fossas sépticas. Uma das maiores preocupações surgidas durante a pesquisa de campo é com ausência de fossas sépticas em sete casas localizadas do lado do açude, pois em decorrência dessa ausência as famílias usam sumidouros construídos no quintal, onde os desejos, tanto líquidos, quanto sólidos são despejados e assim podem se espalhar pelo solo pois não existe nenhuma barreira que impeça isso, como acontece nas fossas sépticas, seguindo de sumidouro ou outra tecnologia de tratamento de esgoto domiciliar

No âmbito das relações de gênero é possível concluir que apesar das mulheres estarem ocupando espaços de decisões importantes na estrutura organizativa do assentamento, ainda é perceptível uma predominância das mulheres nos trabalhos considerados de reprodução, de forma que o Projeto Quintal Produtivo acarretou maior trabalho para elas, pois sendo ele uma extensão da casa, são a elas atribuído o cuidado com o mesmo, porém esta atribuição está no âmbito do trabalho diário que ele requer, não tendo ficado claro que assim foi no momento das discussões e decisões de concepção dos mesmos.

Referente a relação do Projeto Quintais Produtivos, com os hábitos alimentares e culturais, verificou-se que ele possibilitou o regate do quintal como um espaço de produção e reprodução de saberes pois, apesar de algumas famílias já cultivarem seus quintais, o projeto proporcionou, no geral, o cuidado com o destino do lixo, a produção diversificada de legumes e vegetais, possibilitando o consumo e em alguns casos a venda do excedente. No entanto observou-se também que apesar de produzirem, alguns legumes e vegetais não são introduzidos na dieta alimentar da família, o que gera uma nova possibilidade de estudo, pois requer uma maior reflexão para identificar as raízes culturais destes hábitos ou ausência deles, pois certamente tem uma relação com a construção histórica daquelas pessoas e de seus territórios.

No que diz respeito as alterações proporcionada pelo Projeto Quintais Produtivos na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar, vale ressaltar que Saúde do Campo é um conceito ainda em construção e sendo forjado a partir da realidade de luta dos camponeses considerando as definições elaboradas no contexto dos movimentos sociais camponeses, como as do coletivo de saúde do MST, visualiza-se que no assentamento Palmares as práticas e vivências ali observados contribuem para a construção da saúde ambiental, pois considerando que a saúde passa pela liberdade e o respeito aos direitos, bem como o acesso à terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, cultura, comunicação, energia elétrica, dentre outros, este é um território de luta pela garantir de direitos.

Ainda no tocante a saúde, sendo ela resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde, assim como definido na 8ª Conferência Nacional de Saúde, observa-se no Palmares a construção da saúde a partir da conquista da terra, das moradias, da rádio comunitária, das tecnologias de convivência com o Semiárido, como cisternas de primeira e segunda água e quintais produtivos, da

organicidade dos núcleos de família, bem como das suas preocupações em torno do que ainda precisa ser conquistado e garantido como possibilidades de melhorar as condições de vida

No âmbito da alimentação, existe a preocupação em relação ao que se consome, onde é ressaltado a importância de se produzir alimentos saudáveis e decidindo sobre o que produzir e comer e a isso chamam de soberania alimentar, o que dialoga com o que a teoria traz a respeito do termo. É importante considerar que na construção da agroecologia e da soberania alimentar, existe no assentamento uma decisão coletiva, que compõem o regimento interno do assentamento, que é proibido o uso de agrotóxicos, bem como do desmatamento em até trinta metro das margens dos rios e lagoas e no momento foi encaminhado que se deve cercar todo o percurso do rio que corta o assentamento, para evitar que o gado, ao descer e subir as “barreiras” dos rio, cause o deslizamento da terra e venha ao longo do tempo contribuir para o assoreamento do rio. Tanto a proibição do uso de agrotóxicos, como a proibição do desmatamento de até trinta metro da margem do rio, são definições comprimidas e cuidadosamente vigiada por todo o assentamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago de. LAMINE, Claire. BELLON, Stephane. **Trajetórias da agroecologia no brasil: entre movimentos sociais, redes científicas e políticas públicas.**

<http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/8346/5922>. Acesso em 23 de abr de 2016, as 19:14. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.

AGROECOLOGIA EM REDE. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em 04 de fev de 2016.

ALENTEJANO. Paulo. **Agrária e agroecologia no Arasil no século XXI.** Disponível em

[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20\(1\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20(1).pdf). Acesso em 08 de fev de 2016.

ALMEIDA, Aelson Silva de. **Em artigo, pró-reitor de Extensão comenta a contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais.** Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2010. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/2030-em-artigo-pro-reitor-de-extensao-comenta-a-contribuicao-da-extensao-universitaria-para-o-desenvolvimento-de-tecnologias-sociais>. Acesso em: 16 de mai de 2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, As-pta, 2012.399p.

ANVISA. **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (para relatório complementar relativo à segunda etapa das análises de amostras coletadas em 2012.** Disponível em:

[http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/446359/Programa+de+A%20C3%A1lise+de+Res%20C3%Adduos+de+Agrot%20C3%B3xicos+-+Relat%20C3%B3rio+2012+\(2%20C2%BA+etapa\)/3bc220f9-8475-44ad-9d96-cbbc988e28fa](http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/446359/Programa+de+A%20C3%A1lise+de+Res%20C3%Adduos+de+Agrot%20C3%B3xicos+-+Relat%20C3%B3rio+2012+(2%20C2%BA+etapa)/3bc220f9-8475-44ad-9d96-cbbc988e28fa). Acesso em 16 de Jun de 2015.

ARAÚJO FILHO, João Ambrósio de. **Manejo Pastoril Sustentável da Caatinga.** Recife: Projeto Dom Helder

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Movimentos Sociais: questões de gênero e educação na Experiência do MST.** 2014. Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Movimentos%20sociais%20-%20quest%20C3%B5es%20de%20g%20C3%AAnero%20e%20educa%20C3%A7%20C3%A3o%20na%20experi%20C3%AAncia%20do%20MST%20-%20Djacira%20Maria%20de%20Oliveira%20Araujo%20-%202014.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2016.

ASA BRASIL. **Semiárido.** Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105. Acesso em: 09 de junho de 2015.

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria Cecília Focéis. **Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial.** Saúde Soc. São Paulo V.20, nº 3, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LTDA, 2009.

BRASIL. **Agricultura Familiar e do desenvolvimento agrário.** <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/sobre-o-programa>. Acesso em 22 de abril de 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. 2016. Acesso Em 23 de abril de 2016. Acesso em: 21 de abr de 2016.

BRASIL. **LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em 22 de abril de 2016. às 14:20

BRASIL. **LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm. Acesso em 22 de abr de 2015.

BRASIL. **Nova delimitação do semiárido.** Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1604/nova_delimitacao_jose_per_eira.pdf?sequence=3. Acesso em: 23 de abr de 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>. Acesso em 22 de abril de 2016.

CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Fernando *et al.* **Dossiê ABRASCO - Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de janeiro: EPSJV. São Paulo: Expressão popular, 2015.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. **Gênero. Dicionário de Direitos humanos – ESMPU, 2006.** Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/informacao-e-comunicacao/eventos/mulher/dia-da-mulher/verbet>. Acesso em: 02 de mar de 2016.

Centro de Notícias da ONU. **ONU projeta que população mundial chegue aos 8,5 mil milhões em 2030.** Traduzido & Editado por UNRIC. 30 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31919-onu-projeta-que-populacao-mundial-chegue-aos-85-mil-milhoes-em-2030>. Acesso em: 21 de jun de 2015

Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. **Tecnologias sociais: Experiência do Grupo Inter-Ação para desenvolvimento de tecnologias sociais em comunidades ribeirinhas na Amazônia.** Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT5-1348-1277-20120630111633.pdf>. Acesso em 20 de fev de 2016.

COELHO, Anny Letícia Pereira. **Tecnologia social e extensão universitária: análise da organização do trabalho da arpa em manaus/am**. Disponível em: <http://www.ppgss.ufam.edu.br/attachments/article/62/COELHO,%20%20Anny%20L.%20Pereira,%20TECNOLOGIA%20SOCIAL%20E%20EXTENSAO%20UNIVERSITARIA-ANALISE%20DA%20ORGANIZACAO%20DO%20TRABALHO%20DA%20ARPA%20EM%20MANAUS-AM.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2016.

COHEN, Simone Cynamon. et al. **Habitação saudável e ambiente favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/18.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2015.

COHEN, Simone Cynamon. **Habitação Saudável: um novo caminho para a promoção da saúde e do saneamento básico**. <http://www.tratabrasil.org.br/files/Simone.pdf>. Acesso em 25 de março de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Consolidado dos relatórios das conferências estaduais de saúde**. Brasília, 2003. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CES_consolidado.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2015.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_110.pdf. Acesso em: 03 de jun de 2015.

DANTAS, Vera Lúcia; LINHARES, Ana Maria Bessa. **Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica - O Surgimento da Medicina Social**. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtsp/index.php?livro_id=6&area_id=4&autor_id=&capitulo_id=13&arquivo=ver_conteudo_2. Acesso em: 20 de fev e 2015

EMBRAPA. **Marco Referência em Agroecologia**. Disponível em: http://www.agroecology-school.com/Agroecology/Library_files/Embrapa.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2014.

EXAME.COM. **Como alimentar nove bilhões de pessoas em 2050?**. Revista Exame.com, 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/como-alimentar-nove-bilhoes-de-pessoas-em-2050>. Acesso em: 21 de jun de 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food Insecurity in the World Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2016

Fortalecimento do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR <http://www.fetraf.org.br/sistema/ck/files/Pauta%20unitaria%20HABITACAO%20RURAL.pdf>. Acesso em 25 de março de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social**. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/>. Acesso em: 25 de mar de 2016.

GNADLINGER, Johann. **O papel das Tecnologias Sociais para o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido**. 2009. Disponível em: <http://www.irpaa.org/noticias/77/o-papel-das-tecnologias-sociais-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-semi-arido>. Acesso em 02 de julho de 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisa**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de sim, escrita da história**. Rio de Janeiro, FGV, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=nrcymG7G_WwC&pg=PA265&dq=soci%C3%B3loga+Ann+Oakley&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiUssLxqNzMAhVOlpAKHVqWA3gQ6AEIKzAA#v=onepage&q=soci%C3%B3loga%20Ann%20Oakley&f=false.

GÓMEZ, Carlos Minayo; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Enfoques ecossistêmicos de Saúde: Uma estratégia transdisciplinar**. Interfacehs, v.1, n.1, Art. 1, 2006.

Governo do Estado do Ceará. Instituto de Pesquisa e estratégia econômica do Ceará – IPECE. **Ceará em mapas interativos**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em 23 de maio de 2016.

GUBUR, D.M.P.; TONÁ, N. Agroecologia. In. CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?**. Psicol. cienc. prof. vol.15 no.1-3 Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro, p.1-146, 2006.

IBGE. **Vamos conhecer o Brasil**. <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>. Acesso em 25 de março de 2016.

_____. Crateús. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230410&search=ceara|crateus>. Acesso em 23 de maio de 2016.

INCRA – INSTITUTO DE COLONIZALÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Dados gerais dos assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 21 de junho de 2015

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **O Semiárido Brasileiro – riquezas, diversidades e saberes**. Nº 01, 2014. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Cartilha-semi%C3%A1rido-final.pdf>. Acesso em 30 de jun de 2015

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. Disponível em:

http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 24 de abr de 2015.

LEITE, Sergio Pereira *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEONEL, Junia Conceição. **Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semiárido**. Fortaleza: CETRA, 2014

LIMA, Valquiria. **Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade**. 2010. Disponível em: <http://rts.ibict.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf#page=95> Acesso em 03 de julho de 2015

LUZ, Madel Therezinha *et al.* **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2 Ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2012

MAFORT, Kelli. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento.html>. 2014. Acesso em 10 de maio de 2016.

MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas no campo e seu lugar no processo político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. Livro 1: O processo de produção capitalista. Vl. 2. 4ª ed. 1890.

MDA. **Encontro no MDA apresenta estudo sobre releitura do conceito de rural no país**. <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/encontro-no-mda-apresenta-estudo-sobre-releitura-do-conceito-de-rural-no-pa%C3%ADs-0#sthash.UgYW0jc7.dpuf>. Acesso em 25 de março de 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **A questão fundiária no Brasil contemporâneo e as dificuldades da luta por reforma agrária**. In: Seminário Franco Brasileiro. 2013, Paris.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13 ed. São Paulo: Hucitec. 407p. 2013.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Plano de Atividade Quintais Produtivos**. Fortaleza, 2015.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Proposta emergencial para a seca no Ceará**. Fortaleza, 2011.

_____. Caderno de Cooperação Agrícola nº 10. **O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento**. CONCRAB, 2001.

MATIELO, Etel. **Experiência do curso técnico em saúde comunitária do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2009. 138f. (Dissertação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2009.

Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR). **Pior seca dos últimos 50 anos no nordeste brasileiro confirma estatísticas da ONU sobre escassez**. 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pior-seca-dos-ultimos-50-anos-no-nordeste-brasileiro-confirma-estatisticas-da-onu-sobre-escassez/>. Acesso em 20 de maio de 2016.

PERCASSI, Jade. Os desafios para a habitação nos assentamentos. **MST, 2011**. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/11815>. Acesso em: 10 de abr de 2016.por

PORTES, Juraci. **O significado da moradia nos assentamentos**. **MST, 2008**. <http://antigo.mst.org.br/jornal/281/estados>. Acesso em 25 de março de 2016. Jornal sem-terra, nº 281, abril de 2008.

REVISTA VALOR ECONOMICO. **Crescimento demográfico no Brasil vai desacelerar em 2040, prevê ONU**. <http://www.valor.com.br/internacional/4154720/crescimento-demografico-no-brasil-vai-desacelerar-em-2040-preve-onu>. 2015. Acesso em 26 de março de 2016, as 18:49.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. 1989. Tradução: Dabat, Christine Rufino; Ávila, Maria Betânia. Disponível em: <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>.

SILVA, Camem; Camurça, **Silvia**. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. 63p. Série Mulheres em Movimento, nº 1. Disponível em: <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Feminismo-e-Movimento-de-Mulheres-2013-2a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDORA, Fernanda Peixoto. **Método de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 12 de out de 2015.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: academia, da ciência e da pesquisa**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 29-62. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1722-1877-1-SM.pdf>.

VERGARA, Sylvia Cosntant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APÊNDICE 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**ANÁLISE CRÍTICA DA IMPLANTAÇÃO DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO ASSENTAMENTO PALMARES, CRATEÚS, CE**”, desenvolvida por **Francisca Clarice Rodrigues de Sousa**, aluna do Programa de Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais em Saúde Pública, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. Fernando Carneiro e Co-Orientação do Professor Alexandre Pessoa Dias.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de implantação do Projeto Quintais Produtivos no Assentamento Palmares, CE, enquanto estratégia de tecnologia social de convivência com o semiárido.

É importante lembrar que o senhor(a) não é obrigado a participar deste estudo, sendo que sua participação é voluntária, com plena autonomia para decidir se quer ou não participar. O senhor(a) poderá suspender sua participação a qualquer momento e não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação. Asseguramos que exercer esse direito não irá lhe trazer nenhum prejuízo.

Se o senhor(a) assentado e/ou assentada do Assentamento Palmares, decidir participar desta pesquisa, participará dos Círculos de Cultura, reuniões, receberá visitas domiciliares e ajudará na elaboração de mapas, bem como será convidado a contar sua história de vida e caso você autorize, estes momentos poderão ser gravados, fotografados ou filmados. Desta forma solicitamos sua autorização para que estas atividades sejam gravadas através de um equipamento de áudio, filmadas e fotografadas.

As gravações geradas nestes momentos acima descritos serão utilizadas, somente, na elaboração do relatório final deste estudo. As gravações têm o intuito de não perder informações importantes para a elaboração do relatório final desta pesquisa.

No futuro, os resultados de todas as atividades serão utilizados na elaboração do relatório final do estudo ou podem ser usados em artigos, apresentações em congressos, simpósios ou conferências. Porém, garantimos que o seu nome não será citado, sem sua autorização,

em nenhum momento e que o senhor será consultado(a) em relação ao uso de trechos que por algum motivo possam identifica-lo(a). Essa é uma garantia assegurada a você pela Resolução 496/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Não há riscos físicos ou à saúde envolvidos na sua participação neste estudo. Porém, você pode, diante de algumas perguntas, sentir-se constrangido(a) ou pressionado(a) a não revelar informações cuja divulgação considere prejudiciais a você ou a sua comunidade. Tentaremos ao máximo evitar que isto aconteça e garantimos que tomaremos todas as precauções para que a divulgação deste estudo não cause qualquer problema a você. Considerando que o Sr. ou a Sra, participante desta pesquisa, autorize que os momentos dos quais participar, sejam fotografados, existe mediante isso um risco real de sua identificação, no entanto nenhuma imagem será divulgada sem a sua permissão. Reafirmamos o cuidado e compromisso que temos em evitar que este estudo cause qualquer problema a você ou sua comunidade. As imagens serão utilizadas para ilustrar o relatório final deste estudo e possíveis artigos relacionados a pesquisa.

Também achamos importante que você saiba que não há benefícios ou retornos diretos, pessoais ou coletivos, associados à sua participação no estudo. Os principais benefícios e retornos deste trabalho são para o progresso do conhecimento da realidade de sua comunidade ou da população que apoia. Dessa forma, sua participação poderá ajudar a ampliar a compreensão e reflexão em torno do projeto pesquisado, bem como conhecer sua contribuição para a melhoria da saúde, da renda, da habitação e da vida das pessoas de sua comunidade e assim promover iniciativas que melhorem a vida dos assentados e assentadas, deste e de outros assentamentos do estado. Contudo não podemos dar qualquer garantia nesse sentido.

Asseguramos que a qualquer momento, durante a pesquisa, ou após, o senhor poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato informados neste Termo.

Caso você precise, o pesquisador irá responder, da melhor maneira possível, quaisquer perguntas sobre os procedimentos da pesquisa. Caso você tenha uma pergunta suplementar após a realização das atividades, você poderá entrar em contato com

Francisca Clarice Rodrigue de Sousa através do telefone **(85) 99748-9694** ou pelo e-mail: **claricel.luar@gmail.com**.

O Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP aprovou o convite para esta pesquisa. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com este Comitê. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Se você tem alguma pergunta sobre seus direitos como participante de um estudo, você pode entrar em contato através do telefone/fax **(21) 2598-2863** ou pelo e-mail: **cep@ensp.fiocruz.br**. Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210.

Este Termo de consentimento será redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas serão rubricadas por você participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável ou por pessoa por ele delegada e sob sua responsabilidade.

Autorizações:

Autorizo gravação de áudio da minha participação neste estudo – () Sim () Não

Autorizo fotografar os momentos da minha participação neste estudo – () Sim () Não

Dados para Contato:

Nome: _____

Telefone: _____

PARTICIPANTE: Eu, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre o estudo e seus procedimentos, bem como os riscos ou benefícios decorrentes da minha participação.

Assinatura: _____

Local/Data: _____

PESQUISADOR: Discuti a pesquisa proposta com este participante e, na minha opinião, ele compreendeu os benefícios, riscos e alternativas (incluindo a de não-participação) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Assinatura do Pesquisador: _____

Nome: _____

Local/Data: _____

APÊNDICE 2 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

TÍTULO DA PESQUISA: ANÁLISE CRÍTICA DA IMPLANTAÇÃO DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO ASSENTAMENTO PALMARES, CRATEÚS, CE

Pesquisador: FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA

ÁREA TEMÁTICA:

VERSÃO: 2

CAAE: 49428115.9.0000.5240

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

PATROCINADOR PRINCIPAL: FINANCIAMENTO PRÓPRIO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.410.303

Apresentação do Projeto:

Este parecer refere-se à análise das respostas às pendências emitidas pelo CEP/ENSP no parecer consubstanciado de número 1.285.597, datado de 19 de Outubro de 2015.

Projeto de Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais em Saúde Pública, orientado por Fernando Ferreira Carneiro e Alexandre Pessoa Dias, tendo qualificado em 05/08/2015.

Resumo:

O presente estudo que tem como título “ANÁLISE CRÍTICA DA IMPLANTAÇÃO DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO ASSENTAMENTO PALMARES, CRATEÚS, CE”, de uma pesquisa qualitativa, descritiva – exploratória por meio do estudo de caso no Assentamento Palmares, localizado no município de Crateús, no estado do Ceará. O Assentamento Palmares é dividido em duas agrovilas e esta pesquisa realizar-se-á na Agrovila I, que compreende 72 famílias. Deste total, a pesquisa realizar-se-á com 36 famílias, cujos homens e mulheres sejam responsáveis pela habitação. As famílias que farão parte da pesquisa serão àquelas que foram beneficiadas com o projeto quintais

produtivos. O estudo proposto possui como objetivo geral: Analisar o processo de implantação do Projeto Quintais Produtivos no Assentamento Palmares, CE, enquanto tecnologia social de convivência com o Semiárido e, como objetivos específicos: Descrever o contexto e caracterizar o processo de implantação do projeto; Analisar a relação quintal/habit-ação/agroviola e suas implicações a partir das relações de gênero; Identificar a sua relação com os hábitos alimentares e culturais e, descrever as alterações referentes ao projeto na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar".

Metodologia Proposta: O estudo proposto trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva-exploratória por meio do estudo de caso no Assentamento Palmares, localizado no município de Crateús, no estado do Ceará. O Assentamento Palmares é dividido em duas agrovilas e esta pesquisa realizar-se-á na Agroviola I, que compreende 72 famílias. Deste total, a pesquisa realizar-se-á com 36 famílias, cujos homens e mulheres sejam responsáveis pela habitação. As famílias que farão parte da pesquisa serão àquelas que foram beneficiadas com o projeto quintais produtivos. A pesquisa dos dados secundários será realizada pela revisão e pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos publicados relacionados as áreas de promoção da saúde, produção alimentar, soberania alimentar, questão agrária, bem como dos editais, compreendendo os estudos de concepção, projetos básicos, orçamento, cronograma executivo elaborados desde 2011, quando se começa a conceber o projeto em implantação no estado e nos assentamentos ligados ao MST e demais estudos referentes a tecnologia social quintal produtivo.

Objetivando tornar a coleta de dados um momento que proporcione a análise crítica sobre os temas tecnologia social e convivência com o Semiárido, relação quintal/habit-ação/agroviola e relações de gênero e hábitos alimentares e culturais e promoção da saúde do campo será utilizada uma metodologia dialógica e participativa com a adequação com a pesquisa qualitativa. Considerando que as técnicas utilizadas serão os círculos de cultura, visitas domiciliares e relatos de vida, a pesquisa de campo seguirá em cinco etapas.

No Primeiro momento ocorrerá uma reunião com as 36 famílias, que receberam os quintais produtivos, para socialização dos trabalhos a serem realizados, de forma que as pessoas possam contribuir com a pesquisa a partir das suas experiências e percepções; A família estará representada neste momento por uma pessoa adulta, homem ou mulher, que

seja responsável pela habitação e possa decidir ou ajudar nas decisões do conjunto da família envolvida.

No segundo momento se dará a organização de círculos de cultura, baseados na metodologia de Paulo Freire (2005) e neste caso planeja-se três círculos, sendo um com as mulheres, outro com os homens e o último com homens e mulheres participantes dos dois primeiros círculos. Nos dois primeiros círculos serão identificadas as questões-chaves e mais expressivas em relação ao tema pesquisado e a partir daí serão construídas as situações-problemas referentes a estas questões-chaves. Em seguida estas situações problemas serão decodificadas, constituindo assim o terceiro momento do estudo (terceiro círculo proposto anteriormente), que será realizado também através do Círculo de Cultura (Freire, 2005).

Neste momento serão debatidas as questões-chaves de forma aprofundar a reflexão individual e coletiva em torno das questões-norteadoras do projeto quintais produtivos. De acordo com Dantas e Linhares (2014), a concepção dos círculos de cultura promove a horizontalidade nas relações, bem como a valorização das culturas locais, da oralidade e assim faz a consternação em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação. As visitas domiciliares serão realizadas no quarto momento, e será a oportunidade de observar e registrar as histórias de vida das famílias e suas percepções acerca da agrovila, de sua habitação, do quintal, bem como expectativas ou planos de melhorias.

A Sistematização dos resultados obtidos nos círculos de cultura e nas visitas domiciliares, bem como na observação-participante que compreende todo o trabalho de campo ocorrerão no quinto momento da pesquisa. Neste momento será avaliada a necessidade de atividades adicionais, como encontro, entrevistas, retorno a campo e outras atividades complementares de investigação e observação sobre as vivências do território."

Metodologia de Análise de Dados: A pesquisa dos dados secundários será realizada pela revisão e pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos publicados relacionados as áreas de promoção da saúde, produção alimentar, soberania alimentar, questão agrária, bem como dos editais, compreendendo os estudos de concepção, projetos básicos, orçamento, cronograma executivo elaborados desde 2011, quando se começa a conceber o projeto em implantação no estado e nos assentamentos ligados ao MST e demais estudos referentes a tecnologia social quintal produtivo".

Critério de Inclusão: "Famílias beneficiadas pelo o Projeto Quintais Produtivos".

Critério de Exclusão: "Famílias que não foram beneficiadas pelo Projeto Quintais Produtivos ou que não aceitem participar da pesquisa.

Tamanho da Amostra no Brasil: 36

Objetivo da Pesquisa:

Segundo a pesquisadora os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Primário: Analisar o processo de implantação do Projeto Quintais Produtivos no Assentamento Palmares, CE, enquanto tecnologia social de convivência com o Semiárido.

Objetivo Secundário: Descrever o contexto e caracterizar o processo de implantação do projeto; Analisar a relação quintal/habit-ação/agrovila e suas implicações a partir das relações de gênero; Identificar a sua relação com os hábitos alimentares e culturais; Descrever as alterações referentes ao projeto na perspectiva da promoção da saúde do campo e da soberania alimentar."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora os riscos e benefícios são:

Riscos: Não há riscos físicos ou à saúde envolvidos neste estudo. Porém, os mesmos podem, diante de algumas perguntas, sentir-se constrangidos ou pressionados a não revelar informações cuja divulgação considerem prejudiciais a eles próprios a comunidade. Tentaremos ao máximo evitar que isto aconteça e garantimos que tomaremos todas as precauções para que a divulgação deste estudo não cause qualquer problema aos envolvidos.

Benefícios: Esta pesquisa poderá trazer benefícios diretos, pessoais ou coletivos, no processo de luta por direitos dos camponeses assentados, através do conhecimento da realidade de vivenciada no cultivos agroecológico e resgate cultura dos quintais, contudo não podemos dar qualquer garantia nesse sentido."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa clara e pertinente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou:

- Projeto de Pesquisa na íntegra;
- Formulário de Encaminhamento;
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- Roteiro de entrevistas;
- Folha de Rosto gerada pela Plataforma Brasil.

Ao responder às pendências apresentou ainda:

- Projeto de Pesquisa na íntegra modificado;
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido modificado;
- Declaração da pesquisadora de que a pesquisa ainda não foi iniciada.

Recomendações:

1- Esclarecer em que fase está a pesquisa, considerando o cronograma apresentado.
Resposta da Pesquisadora: A pesquisa encontra-se parada. No momento que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, esperava-se que durante o mês de outubro/2015 fosse possível fazer todas as adequações solicitadas e ainda dar-se início a pesquisa, no entanto isso não ocorreu e por este motivo, continua-se aguardado a aprovação do projeto para que a pesquisa comece. O que tem sido feito são as leituras de bibliográficas que estão relacionadas com o tema pesquisado, o que também é extremamente importante para o estudo em questão.

ANÁLISE DO CEP: Também foi incluída versão atualizada do projeto de pesquisa contendo novo cronograma de pesquisa em que o início da coleta de dados está prevista para o mês corrente (fevereiro/2016). PENDÊNCIA ATENDIDA.

2- Incluir no TCLE, tanto o do projeto, quanto ao anexado ao protocolo de pesquisa: . o espaço para autorização ou não da gravação e o destino desta;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: o risco real de identificação do sujeito que autorizar a divulgação de imagem; a forma de retorno da pesquisa à comunidade, considerando a justificativa exposta.

ANÁLISE DO CEP: Todos os itens foram atendidos.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora enviou novo TCLE por e-mail que foi incluído pelo CEP. PENDÊNCIA ATENDIDA. * Em atendimento ao subitem II.19 da Resolução CNS nº 466/2012, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar relatório final "[...] após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados". O relatório deve ser enviado ao CEP pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". O modelo de relatório que deve ser seguido se encontra disponível em www.ensp.fiocruz.br/etica. * Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como emenda. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a modificação. * Justificar fundamentadamente, perante o CEP, caso haja interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MODIFICACOES_PARA_COMITE_DE_ETICA_TCLE_MODIFICADO.doc	14/02/2016 15:16:09	Carla Lourenço Tavares de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO_EM_FEVEREIRO_DE_2016.doc	14/02/2016 15:15:49	Carla Lourenço Tavares de Andrade	Aceito
Outros	DECLARACAO_PARA_COMITE_DE_ETICA.pdf	14/02/2016 15:15:24	Carla Lourenço Tavares de Andrade	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_591589.pdf	24/11/2015 13:20:21		Aceito
Outros	FORMULARIO_DE_RESPOSTAS_AS_PENDENCIAS.pdf	18/11/2015 16:17:44	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO_COM_TCLE_MODIFICADO.pdf	18/11/2015 16:12:45	FRANCISCA CLARICE	Aceito

Investigador	PROJETO_COM_TCLE_MODIFICADO.pdf	18/11/2015 16:12:45	RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	18/11/2015 16:11:12	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
Outros	FolhaRosto_FranciscaClariceRodrigues deSousa.pdf	19/10/2015 11:31:09	Carla Lourenço Tavares de Andrade	Aceito
Outros	FORMULARIO.pdf	20/09/2015 16:49:30	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
Outros	ROTEIRO.pdf	20/09/2015 16:36:28	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	14/09/2015 18:54:57	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	14/09/2015 18:43:57	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/09/2015 18:42:02	FRANCISCA CLARICE RODRIGUES DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 16 de Fevereiro de 2016

Assinado por:
Carla Lourenço Tavares de Andrade
(Coordenador)